



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

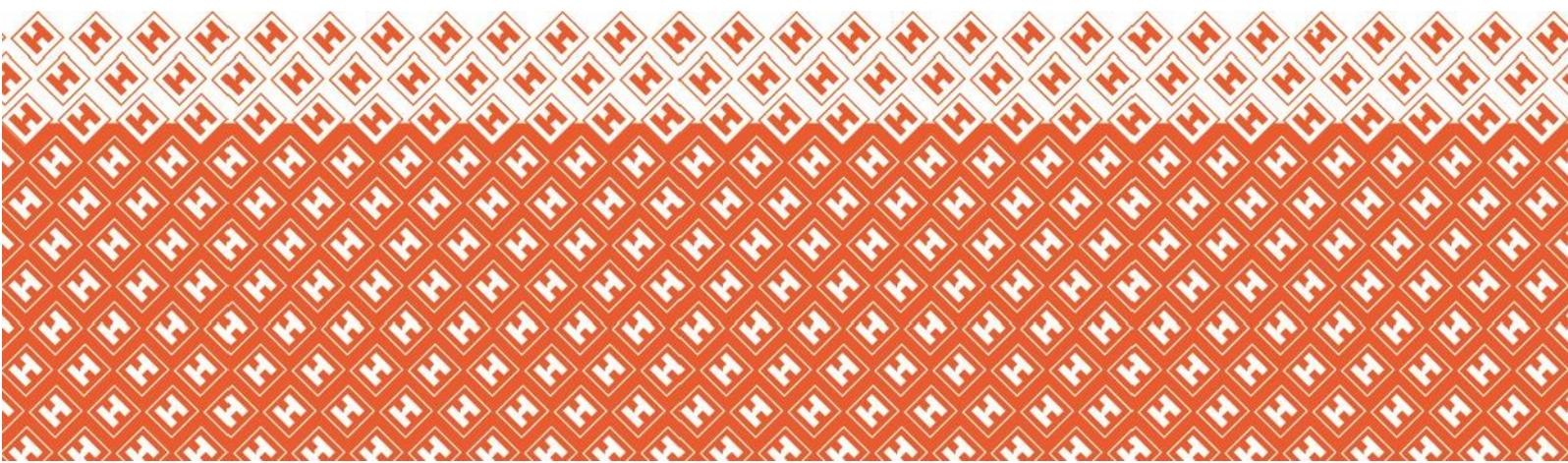
FLÁVIA GABRIELA PEREIRA PASCOAL DE MELO

Educação Patrimonial e Livro didático:
Experiências Educacionais no Crato- CE
(2020-2023)



Universidade Regional do Cariri-URCA

08/2024



Flávia Gabriela Pereira Pascoal de Melo

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E LIVRO DIDÁTICO: EXPERIÊNCIAS
EDUCACIONAIS NO CRATO- CE (2020-2023)**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri com parte da obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História/Ensino de História

Orientadora: Profa. Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo

Melo, Flávia Gabriela Pereira Pascoal de.
M528e Educação patrimonial e livro didático: experiências educacionais
no Crato-CE (2020-2023)/ Flávia Gabriela Pereira Pascoal de Melo. –
Crato-CE, 2024
134p.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em
Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri –
URCA.

Orientadora: Prof^a. Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo

1. Educação patrimonial, 2. Livro didático, 3. Ensino de história;
I. Título

CDD: 907

Flávia Gabriela Pereira Pascoal de Melo

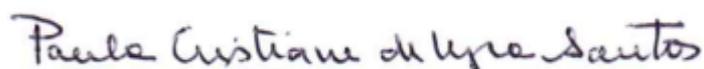
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E LIVRO DIDÁTICO: EXPERIÊNCIAS
EDUCACIONAIS NO CRATO- CE (2020-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHISTÓRIA da Universidade Regional do Cariri-URCA para obtenção do título de Mestre em História em: 21/08/2024

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Simone da Silva Costa (membro externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN



Profa. Dra. Paula Cristiane de Lyra Santos (membro interno)
Universidade Regional do Cariri – URCA



Profa. Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo (Orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Dedico esta dissertação primeiramente a Deus, pois sem ele nada seria possível, à minha orientadora Janaína Valéria Pinto Camilo, à minha querida família e amiga Viviane, cuja compreensão e apoio foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. A vocês, que estiveram ao meu lado em cada momento de desafio e conquista, expresso minha profunda gratidão. Seu incentivo constante e paciência foram essenciais para que eu pudesse alcançar este objetivo. Este trabalho é tanto meu quanto de vocês, pois sem sua presença e suporte, nada disso teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Em meu coração só há o sentimento de gratidão por cada momento e cada pessoa que me acompanhou nesta jornada de realizações. Agradeço, primeiramente, a Deus pela força e pela orientação divina que me sustentaram ao longo do caminho do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória (URCA). Sem a sua graça e misericórdia, nada disso seria possível.

À minha amada família — minha mãe Vania Pereira Pascoal de Melo, meu pai Flávio Henrique Nunes de Melo, minha irmã Vitória Germana Pereira Pascoal de Melo e meu esposo Wellington de Alcantara Libaldi— não há palavras suficientes para expressar o quanto sou grata. O amor incondicional, o apoio constante e as palavras de encorajamento de vocês foram a base sobre a qual construí esta conquista. Cada um foi uma luz a iluminar meu caminho nos momentos mais difíceis.

À minha querida orientadora, Janaína, expresso minha mais profunda gratidão. Seu apoio, sabedoria e orientação cuidadosa foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas palavras e seu exemplo continuarão a guiar meus passos no futuro.

À minha amiga Viviane Bezerra da Silva, agradeço pelo incentivo para participar da seleção do ProfHistória e pelo apoio durante todo o processo. Agradeço também aos meus colegas de turma Djalma Luiz do Nascimento Dantas e Flávia Thais Morais Silva pela colaboração e suporte mútuo ao longo desta trajetória acadêmica. Juntos, enfrentamos desafios, celebramos conquistas e crescemos tanto como profissionais quanto como seres humanos.

Espero que este trabalho não seja apenas uma conquista pessoal, mas também uma contribuição significativa para o campo do Ensino de História. Que os frutos deste esforço se multipliquem e inspirem outros na produção de conhecimento.

RESUMO

Este material acadêmico apresenta o resultado da proposta da pesquisa desenvolvida a partir do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). Ao perceber a importância de se pensar os conceitos a partir de definições historicamente construídas, a pesquisa está voltada ao ensino de história e o conceito de educação patrimonial a partir da análise de conteúdo dos livros didáticos de história e experiências escolares. Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi analisar como o conceito de educação patrimonial é apresentado na coleção de livros didáticos *História, Sociedade e Cidadania*, do ensino fundamental anos finais, Editora FTD, do autor Alfredo Boulos Júnior (PNLD 2020-2023) e perceber como isto se refletia nas experiências escolares do município do Crato-CE. Especificamente, a pesquisa reflete a educação patrimonial como um conceito historicamente construído e destaca como esse termo foi inserido no âmbito educacional. Além disso, analisa como os conteúdos voltados à educação patrimonial na referida coleção estão refletidos nas experiências escolares das instituições educacionais, a partir da realização de entrevistas com os professores de História do ensino fundamental anos finais. Ao constatar algumas ausências a respeito dessa discussão na própria BNCC e nas experiências escolares, foi que desenvolvemos um *web site* informativo que funciona como uma Trilha Patrimonial, evidenciando alguns bens culturais que fazem parte da cidade do Crato. Esse produto educacional não deve ser entendido como um suporte pronto e acabado, mas sim como uma ferramenta dinâmica e complementar, que pode servir como ponte ou apoio para atividades pedagógicas e de planejamento. Ele visa enriquecer o processo educacional, oferecendo aos professores de História recursos adicionais e flexíveis para a promoção de práticas de educação patrimonial em suas aulas.

Palavras-chave: Ensino de História; Livro Didático; Educação Patrimonial; Crato-CE.

ABSTRACT

This academic material presents the result of the research proposal developed from the Professional Master's Program in History Teaching (PROFHISTÓRIA). Upon realizing the importance of thinking about concepts based on historically constructed definitions, the research is focused on teaching history and the concept of heritage education based on the content analysis of history textbooks and school experiences. Thus, the objective of the research was to analyze how the concept of heritage education is presented in the collection of textbooks History, Society and Citizenship, for elementary school final years, Editora FTD, by the author Alfredo Boulos Júnior (PNLD 2020-2023) and to understand how this was reflected in school experiences in the city of Crato-CE. Specifically, the research reflects heritage education as a historically constructed concept and highlights how this term was inserted into the educational sphere. Furthermore, it analyzes how the content focused on heritage education in the aforementioned collection is reflected in the school experiences of educational institutions, based on interviews with History teachers in elementary school in the final years. Upon noticing some absences regarding this discussion in the BNCC itself and in school experiences, we developed an informative website that works as a Heritage Trail, highlighting some cultural assets that are part of the city of Crato. This educational product should not be understood as a ready-made support, but rather as a dynamic and complementary tool, which can serve as a bridge or support for pedagogical and planning activities. It aims to enrich the educational process, offering History teachers additional and flexible resources to promote heritage education practices in their classes.

KEYWORDS: Teaching History; Textbook; Heritage Education, Crato-CE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Banda cabaçal dos Irmãos Aniceto.....	37
Figura 2 - Banda de Música Municipal do Crato.....	38
Figura 3 - Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo.....	41
Figura 4 - Mestre Aldenir residente de Crato.....	42
Figura 5 - Localização do Geopark e da Chapada do Araripe.....	44
Figura 6 - Paisagem da Chapada do Araripe.....	45
Figura 7 - Capa do Livro de História do 6º Ano.....	54
Figura 8 - Capa do Livro de História do 7º Ano.....	55
Figura 9 - Capa do Livro de História do 8º Ano.....	56
Figura10 - Capa do Livro de História do 9º Ano	57
Figura 11 - Conceitos-Chave da Área de História (Fotografia do livro do Boulos)	58
Figura 12 - O que a História estuda? (Fotografia do livro do Boulos)	60
Figura 13 - Atividades (Fotografia do livro do Boulos)	61
Figura 14 - Atividades (Fotografia do livro do Boulos)	61
Figura 15 - Texto de Apoio (Fotografia do livro do Boulos)	62
Figura 16 - As Fontes da História (Fotografia do livro do Boulos)	63
Figura 17 - Fontes da História (Fotografia do livro do Boulos)	64
Figura 18 - Você cidadão! (Fotografia do livro do Boulos)	66
Figura 19 - Para Saber Mais (Fotografia do livro do Boulos)	67
Figura 20 - Os iorubás (Fotografia do livro do Boulos)	68
Figura 21 - Iorubás no Brasil (Fotografia do livro do Boulos)	69
Figura 22- Mestre Didi (Fotografia do livro do Boulos)	70
Figura 23 - Resistencia (Fotografia do livro do Boulos)	71

Figura 24 - Resistencia (Fotografia do livro do Boulos)	72
Figura 25 - Atividade (Fotografia do livro do Boulos)	73
Figura 26 - Memorial da Balaiada (Fotografia do livro do Boulos)	74
Figura 27 - Centro de Cultura Dragão do Mar – CE (Fotografia do livro do Boulos)	76
Figura 28 - A cultura afro-brasileira no pós-Abolição (Fotografia do livro do Boulos)	77
Figura 29 - Visão Inicial da Plataforma “Webnod”	89
Figura 30 - Visão inicial do site.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

DCRC - Documento Curricular Referencial do Ceará

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSE - Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SECULT - Secretaria da Cultura

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URCA - Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	17
1.1 Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial no Brasil: Um Breve Panorama Histórico	17
1.2 Os Documentos Referenciais da Educação e Sua Relação com a Educação Patrimonial	24
1.3 O ProfHistória na Discussão Sobre a Educação Patrimonial	32
1.4 Cidade do Crato, suas particularidades e legislação voltada à Educação Patrimonial.	35
CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O LIVRO DIDÁTICO EM EVIDÊNCIA.....	46
2.1. O Livro Didático de História como Fonte de Pesquisa: Coleção História, Sociedade e Cidadania (PNLD 2020)	46
2.2 Contextualizando Ambiente Escolar para o Desenvolvimento do Estudo	79
2.3. Educação Patrimonial e Experiências Escolares: A Coleção História Sociedade e Cidadania (2020-2023).....	81
CAPÍTULO 3: O PATRIMÔNIO CULTURAL DO CRATO E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DE TRILHA PATRIMONIAL.....	85
3.1. O Site como Recurso Pedagógico para Promoção da Educação Patrimonial ...	85
3.2. Trilha Patrimonial do Crato- CE: O Processo de Construção e Organização do Site:	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS.....	115

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a trajetória do conhecimento histórico e a consolidação da história como disciplina, compreendemos que esse processo foi permeado por relações de poder e discursos dominantes, resultando na reprodução de narrativas hegemônicas e na negligência em relação à diversidade histórica. No entanto, é importante ressaltar que esses aspectos passaram por diversas transformações ao longo do tempo, refletindo os diferentes contextos políticos, sociais e educacionais de cada época.

Os caminhos que levaram à consolidação da História enquanto disciplina escolar no Brasil foram permeados por crises e reconstruções (SCHMIDT, 2012). Pensar sobre tal questão nos permite refletir a complexidade que envolve os processos de transformações e desafios enfrentados, bem como a importância de repensar e redefinir o papel da História no contexto educacional brasileiro.

A História ao longo do tempo foi utilizada como instrumento de construção de uma identidade nacional, sendo usada como uma ferramenta de legitimação do poder estabelecido, reforçando determinadas narrativas e silenciando outras, perpetuando desigualdades e opressões. Para uma educação histórica emancipadora, é necessário reconhecer e problematizar essas relações de poder (FONSECA, 2006), promovendo uma abordagem crítica e plural da história, que valorize diferentes perspectivas e dê voz aos grupos historicamente marginalizados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Assim, entendemos que o ensino de história desempenha um papel relevante na formação dos cidadãos, capacitando-os a serem participantes ativos na construção de uma sociedade mais justa, democrática e consciente de sua trajetória histórica. Dessa maneira, realizamos um estudo voltado à análise do material didático mais utilizado por professores e alunos, influenciando diretamente suas experiências e chegando muitas vezes a ser definidor do processo de ensino /aprendizagem: o livro didático.

Considerando a proposta de pesquisa em questão, ressaltamos que é fundamental compreender a estreita relação entre ensino de história, livro didático e educação patrimonial no processo educativo. Nesse contexto, apesar de suas limitações o livro didático exerce um papel significativo, fornecendo informações, narrativas e recursos visuais que auxiliam na construção do conhecimento histórico.

No entanto, a educação patrimonial vai além, pois dentro do ensino de história ajuda a promover uma abordagem ampla, que envolve o reconhecimento, a preservação e o entendimento das diferentes formas de apropriação do patrimônio cultural e histórico.

Assim, as experiências escolares são um instrumento relevante dentro da pesquisa, oferecendo dados valiosos sobre práticas pedagógicas, participação dos estudantes e resultados obtidos. Ao identificar como as atividades e projetos sobre educação patrimonial são conduzidos dentro do ambiente escolar, podemos realizar reflexões sobre os métodos de ensino, as dinâmicas de aprendizagem e o impacto das abordagens educacionais.

A análise das experiências escolares é de suma importância, uma vez que permite uma compreensão aprofundada do impacto que a educação exerce na formação dos indivíduos. Ao examinar essas experiências, podemos identificar tanto os aspectos positivos quanto os desafios enfrentados por alunos e professores durante o processo educacional. Essa análise nos permite entender como diferentes métodos de ensino, estratégias pedagógicas e sociais moldam o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos estudantes. Além disso, a análise das experiências escolares também nos ajuda a identificar lacunas ou deficiências no processo de ensino bem como identificar questões em que os alunos podem precisar de suporte adicional. Foi pensando nisto que conseguimos desenvolver um produto educacional que pode vir a contribuir para o processo de ensino/aprendizagem da história.

Assim, a questão central que norteia esta proposta de pesquisa é: Como a abordagem do conceito educação patrimonial apresentado na coleção de livros didáticos *História, Sociedade e Cidadania* do ensino fundamental anos finais (PNLD 2020- 2023) é refletida nas experiências escolares, sobretudo nas aulas de história, em que essa coleção foi aceita?

Nesse contexto, escolhemos como foco de análise a coleção *História, Sociedade e Cidadania*, do autor Alfredo Boulos Júnior (PNLD 2020-2023), coleção construída a partir das indicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), explorando o conceito de patrimônio cultural em suas várias dimensões. Nosso recorte espacial e temporal se baseia na utilização dessa coleção em particular e nas

experiências escolares das escolas municipais da cidade de Crato¹, no Ceará, entre os anos de 2020 e 2023 em que a coleção estava em vigor.

Assim, destacamos que a análise das experiências escolares foi realizada a partir de entrevistas com professores de história que lecionam em instituições municipais do Crato-CE, que fazem uso da referida coleção. Para tanto, duas instituições de ensino fazem parte deste estudo: E.E.F. Aldegundes Gomes de Mattos e E.E.F. Estado da Paraíba. O trabalho foi submetido ao comitê de ética, e a pesquisa foi desenvolvida somente após a aprovação do projeto.

A pesquisa partiu de algumas inquietações que orientaram a trajetória de análise e interpretação das fontes, bem como da elaboração do produto educacional: o que se compreende por educação patrimonial e como esse conceito foi sendo inserido na educação? Como os livros didáticos da coleção História, Sociedade e Cidadania (PNLD 2020-2023) do ensino fundamental anos finais apresentam o conceito de educação patrimonial em seus conteúdos verbais e não-verbais? Como os/as professores/as de História do ensino básico das escolas públicas da cidade de Crato-CE fazem uso dessa coleção para o desenvolvimento de práticas de educação patrimonial em sala de aula? Os professores abordam a temática de patrimônio cultural e educação patrimonial nas aulas de história?

Com o objetivo de buscar respostas para essas questões, exploramos conceitos essenciais como patrimônio cultural e educação patrimonial, fundamentados nas ideias de Cerqueira (2005), Toletino (2016), Machette (2016) e no Guia Básico de Educação Patrimonial (1999). Utilizamos o conceito de representação conforme Chartier (2002) para analisar como esses conceitos são apresentados nos livros didáticos de história. Além disso, abordamos apropriação e livros didáticos com base nas contribuições de Kazumi Munakata (2007), Erinaldo Cavalcanti (2005) e Gasparello (2013). A memória coletiva foi abordada a partir das ideias de Maurice Halbwachs (1990).

Alguns trabalhos acadêmicos desenvolvidos a partir do ProfHistória também foram relevantes para o desenvolvimento dessa pesquisa, assim destacamos as ideias de Antonio José Lima Pereira (2021), Railane Antunes Pereira (2016), Bezerra (2016), Catarina Da Silva Moreira (2020) e Sinara Pereira Lima Costa (2022).

¹ Unidade Federativa: CEARÁ; Microrregião: CARIRI; Distância para a capital: 512 KM; Área: 1.176,00; População estimada: 133000; Densidade: 104,87. Disponível em: <https://crato.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso: 06 de jul.

Também é fundamental destacar que a construção do nosso produto educacional partiu da análise da Cartografia Cultural do Crato (2017), disponível em formato impresso e elaborada pela Universidade Regional do Cariri (URCA) em colaboração com a Prefeitura de Crato e outros parceiros. Essa cartografia também está disponível em formato virtual, o qual será apresentado ao longo deste trabalho.

A pesquisa está organizada em três capítulos distintos: O primeiro traça um panorama histórico breve sobre a criação de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural. O segundo capítulo analisa da coleção de livros didáticos *História, Sociedade e Cidadania (2020-2023)* e as entrevistas com os professores de história, com o intuito de compreender como a educação patrimonial é abordada no material didático e nas práticas escolares do ensino fundamental anos finais. No terceiro e último capítulo, destaca-se o produto educacional desenvolvido: um *website* pensado como uma trilha patrimonial dos bens culturais do Crato-CE, e é feita uma reflexão sobre a utilização das tecnologias da informação no ensino de História.

CAPÍTULO 1

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

Neste capítulo, buscamos traçar um breve panorama histórico em torno da criação de políticas públicas voltadas ao Patrimônio Cultural, um conceito que vem sendo construído desde o século XX, com o desenvolvimento de diferentes abordagens e perspectivas sobre o que constitui o patrimônio cultural de uma sociedade. Discorrer sobre tal questão nos possibilita discutir Educação Patrimonial enquanto conceito e ferramenta fundamental para a formação dos sujeitos. Quando aliada ao ensino de história, ela possibilita iniciativas que contribuem para a construção da identidade e o exercício da cidadania.

Trataremos sobre o próprio termo Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial como conceitos historicamente construídos ao longo do tempo e do espaço. Além disso, discutiremos os principais documentos que regulam e orientam o campo da educação no Brasil, com o objetivo de estabelecer uma conexão entre o Ensino de História e a relevância do conhecimento que é possível obter a partir da Educação Patrimonial.

Para tanto, segundo Horta (1999, p.4) entendemos que Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

1.1 Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial no Brasil: Um Breve Panorama Histórico

Em 1922, foi realizada no Brasil a Semana de Arte Moderna, um evento promovido por diversos intelectuais conhecidos como modernista, incluindo Mário de Andrade que era atraído pela diversidade cultural existente no país. Este evento marca um período no Brasil de efervescência cultural. Contudo, na década seguinte

diferente do que propunha Mário de Andrade, nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, embora houvesse uma tentativa de criação de uma identidade nacional ligada ao patrimônio cultural, na prática houve uma forte valorização apenas dos bens de natureza material de uma elite branca luso-brasileira, o que não evidenciava a pluralidade cultural do Brasil, criando uma falsa ideia de homogeneidade cultural (MACHETTE, 2016).

Porém, é importante salientar que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) passou por várias denominações ao longo de sua história. Originalmente criado em 1937 durante o governo de Getúlio Vargas, a instituição foi denominada Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. O objetivo principal do SPHAN era a proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Em 1970, a instituição passa a ser conhecida como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), demonstrando a complexidade e ampliação de sentido que envolve a questão patrimonial. Ao longo do tempo esta instituição passou a ter grande relevância pois se consolidou como a principal entidade responsável por políticas públicas e ações de educação patrimonial no Brasil refletindo seu papel na preservação, promoção e valorização do patrimônio cultural do país em toda sua diversidade cultural e social.

No entanto, vale destacar que durante um período significativo, o instituto privilegiou exclusivamente bens de natureza material, por isso a política de patrimônio, nos anos de 1930 era conhecida como de “pedra e cal” pertencentes a uma minoria privilegiada. Afinal, a legislação definia o patrimônio como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (BRASIL, 1937) Esta visão, no entanto, está ultrapassada. Embora esse decreto tenha estabelecido pela primeira vez uma política destinada à proteção do patrimônio nacional, atualmente as noções de patrimônio são mais amplas estando associada, também, ao intangível, a memória social, ao processo de identificação, à construção da identidade e a formação para o exercício da cidadania, sendo algo que é fruto de reivindicação coletiva.

Dessa maneira, as questões que permeiam uma discussão sobre o patrimônio são mais complexas e é a partir dessa constatação que chegamos à

discussão de que a memória e o patrimônio estão intrinsecamente ligados por meio da materialização e salvaguarda da mesma.

Aqui, portanto, cabe destacar o conceito de memória coletiva a partir das ideias de Maurice Halbwachs (1990). Segundo suas ideias, quando se trata de memória, há uma complexidade de questões que precisam ser consideradas, já que a memória é um fenômeno social e não deve ser reduzida apenas a uma função cerebral individual. Para Halbwachs (1990), nossas memórias individuais são, na verdade, fruto de memórias construídas a partir da convivência coletiva, sendo sempre mediadas pelo ambiente social e pelas interações com outras pessoas. Dessa forma, as memórias podem ser reconstruídas dentro de grupos sociais. Halbwachs (1990, p.71) afirma que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”.

Sendo assim, enquanto produto social, a memória coletiva ajuda a fornecer informações para a constituição das memórias individuais, podendo essas serem reconstruídas pela sociedade. Podendo haver também o esquecimento de determinadas memórias dependendo da intencionalidade e interesses do grupo que o indivíduo faz parte. Portanto, lembrar e esquecer envolve a questão da memória coletiva diante do interesse do grupo social. Tanto a lembrança quanto o esquecimento abrem janelas para o levantamento de diversas questões. O mesmo ocorre com o Patrimônio Histórico-Cultural, pois, além do processo de institucionalização, é a coletividade de indivíduos que se sentem representados pelo patrimônio ou não que decide o que deve ser lembrado e preservado ou esquecido.

Isto não anula o fato de que o Decreto-Lei n. 25/1937 possui relevância quando ajudou a promover, o processo de tombamento de bens, iniciando uma prática que impulsionou debates sobre o que dever ser considerado como patrimônio e merece proteção, dando pontapé para problematização e ampliação da noção de patrimônio cultural.

Em termos internacionais é importante ainda ressaltar o fato de que em 1972, foi realizada a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO) que possui relevância na medida em que incentiva a proteção e preservação de bens patrimoniais considerados importantes para humanidade. Esses bens refletem a identidade de

diversos povos e são considerados patrimônio de toda a humanidade. Nesse sentido, tal convenção ajudou a contribuir para realização de processos de identificação, reflexão e salvaguarda de patrimônios dentro das nações, como no caso do Brasil.

Por conseguinte, um outro marco significativo na história das políticas públicas sobre o Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial no Brasil é a Constituição de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã". Nela, estão dispostos os direitos culturais como fundamentais para o ser humano, conforme evidenciado nos artigos 215 e 216, que garantem o pleno exercício desses direitos pelos indivíduos. Está exposto no art. 215, que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (BRASIL, 1988).

Além do direito à "cidadania cultural" (Chauí, 2021), é importante destacar que ainda na Constituição de 1988 o conceito de patrimônio cultural sofre ampliação no art. 216, conforme descrito a seguir:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I—As formas de expressão;

II—Os modos de criar, fazer e viver;

III—As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV—As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V—Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Vale destacar, que por muito tempo houve uma valorização e proteção significativa dos bens materiais, ou seja, aqueles que eram edificados ou monumentalizados por fazer parte da história nacional (MARCHETT, 2016, p.7). No entanto, a partir da promulgação do Decreto Federal n.3551, de 4 de agosto de 2000, houve a expansão da concepção de Patrimônio Cultural com a inclusão do registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o Patrimônio Cultural brasileiro, valorizando e ampliando a noção de Patrimônio Cultural, estabelecendo diretrizes e procedimentos para o reconhecimento e salvaguarda desses bens culturais imateriais, que incluem manifestações como expressões orais, rituais, festas, danças, músicas, entre outros elementos que fazem parte da cultura e da identidade do povo brasileiro.

A criação de mais um instrumento legal como o decreto mencionado acima, legítima a relevância desses bens imateriais ao estabelecer sua documentação em

livros de registros de saberes, celebrações, formas de expressão ou lugares, além, de criar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) para inventariar os patrimônios culturais intangíveis (BRASIL, 2000).

É perceptível que essa ampliação da concepção de patrimônio cultural resulta na criação de dispositivos legais que asseguram formas de valorização de uma possibilidade maior de bens culturais, visando assim sua proteção e preservação. Dessa maneira, com maior abertura no sentido de patrimônio cultural, este deixa de ser apenas o que era concebido como material ou edificado, agora podendo ser, também, de natureza imaterial ou intangível, revelando a diversidade cultural, que se manifesta por meio da subjetividade, do saber fazer onde o sentimento de identificação com determinado bem ou manifestação fortalece o vínculo coletivo e incentiva a criação de medidas que estabeleçam a proteção e a preservação do mesmo.

Evidentemente, a Constituição de 1988, ao atribuir ao Estado a responsabilidade de proteger esses bens culturais, e o decreto mencionado anteriormente, destacam a importância dos patrimônios culturais na formação da identidade nacional. Isso nos leva a questionar que imagem pretende-se construir da nação. Além disso, quais outros mecanismos poderiam ser empregados para esse propósito? Seria o ensino de história e o livro didático um espaço para essa discussão? Enfim, diversas intencionalidades podem estar por trás dessas questões, e o ensino de história pode ajudar aos discentes a realizarem o processo de problematização dessas questões, já que “Não é possível, portanto, pensar em patrimônio ou memória coletiva sem pensar em alguma relação de poder” (TOLETINO, 2016, p. 42).

Afinal, é importante lembrar que o processo de educação patrimonial pode ocorrer dentro da sala de aula e que diversas metodologias podem ser utilizadas pelo professor de história para esse fim. Vale destacar que, apesar de todos os indivíduos estarem inseridos em um tempo e espaço e terem consciência sobre sua realidade (TOLETINO, 2016), a educação patrimonial pode proporcionar a reflexão e problematização de questões mais profundas sobre o patrimônio cultural. Isso ajuda a embasar melhor essa discussão e permite aos indivíduos perceberem que o patrimônio não está limitado apenas aos bens tutelados pelo Estado (TOLETINO, 2016).

A partir dessa reflexão, pensamos sobre o papel da Educação Patrimonial aliada ao Ensino de História com o propósito de levar aos estudantes à consciência de seus direitos culturais garantidos por meio da Constituição de 1988.

No entanto, é importante entender como o termo Educação Patrimonial chega ao Brasil, afinal assim como o conceito de patrimônio cultural o conceito de educação patrimonial possui uma historicidade e é fruto do seu tempo. Buscaremos então brevemente traçar o panorama histórico dessa terminologia, entendendo que quando se trata de história dos conceitos.

[...] Tal procedimento parte do princípio de traduzir significados lexicais em uso no passado para a nossa compreensão atual. A partir da investigação de significados passados, tanto a história dos termos quanto a dos conceitos conduz à fixação desses significados sob a nossa perspectiva contemporânea. (KOSELLEK, 2006, p. 104)

Partindo dessa noção de que os conceitos são historicamente construídos, é comum atribuir o surgimento da educação patrimonial aos anos de 1980. No entanto, embora a expressão "educação patrimonial" tenha sido introduzida no Brasil em 1983, durante o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, isso não significa necessariamente que tenha sido o ponto inicial. De fato, mesmo antes da criação do termo, já se pode identificar a conexão entre educação e patrimônio em experiências museológicas do século XIX (TOLETINO, 2016). Isto pode ser observado principalmente na Europa, onde houve a valorização do patrimônio cultural e histórico que ganhou destaque com a criação de museus e a preservação de monumentos levando posteriormente a práticas educativas por meio de visitação. Um exemplo disso foi a criação da Comissão dos Monumentos Históricos em 1837, na França, após a Revolução Francesa. Assim como na Inglaterra, onde o movimento para a preservação do patrimônio viu o surgimento do *National Trust* em 1895, dedicado à proteção de lugares históricos e de beleza natural.

Porém, quando direcionamos essa discussão especificamente ao Brasil, podemos destacar a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, que teve como objetivo promover a pesquisa histórica e a conservação de documentos e artefatos significativos para a memória nacional, ajudando na formação de uma consciência histórica e patrimonial. Apesar de estarmos distantes de práticas de educação patrimonial, é possível aqui relacionar a questão patrimonial à educação. Afinal, segundo Fernandes (2010, p.2):

O IHGB “lugar de memória” por excelência, realizará concurso para escrita da história Nacional e incentivará em seus sócios a realização de viagens e estudo no sentido de arraigar a documentação dispersa em arquivos europeus. É também nesse período a criação e o efetivo funcionamento do Arquivo Nacional (1838), já previsto na primeira Constituição do Império[...].

No entanto, é importante destacar as reais intenções desse processo que ocorria no Brasil, pois havia o objetivo da criação de uma identidade nacional para o recém-estabelecido Estado Brasileiro. Nesse contexto, Fernandes (2010, p. 4) enfatiza que:

Tratava-se, pois, de forjar uma identidade nacional para o recém-formado estado brasileiro e, ao mesmo tempo, discutir a viabilidade ou não da nação. Esse debate teve como um de seus fóruns privilegiados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e que, por sua atuação na construção de um modelo historiográfico, será um dos órgãos precursores da política de preservação do patrimônio histórico nacional.

Outra questão relevante a ser mencionada foi a criação do Museu Real, em 1818 – hoje Museu Nacional – que instituiu em meados do século XX seu serviço educativo com vista para a divulgação científica sendo palco da procura de estudantes e pesquisadores. O museu então possibilitou visitas guiadas, palestras, oficinas e outras atividades voltadas para estudantes, professores e o público em geral, buscando integrar a educação formal com o patrimônio cultural e científico preservado por ele.

No entanto, no dia 2 de setembro de 2018 o Brasil assistiu com tristeza a um incêndio em grandes proporções nesta Instituição, levando à perda de peças inestimáveis para as diversas áreas do conhecimento, algo que ajudou a levantar um debate acerca da falta de investimento e cuidado com os bens que fazem parte da “história nacional”. Essa discussão é relevante dentro de um diálogo com a História enquanto campo do conhecimento e da Educação Patrimonial enquanto prática de valorização e salvaguarda de elementos da cultura, natureza, arte e ciência.

Além disso, voltando nosso olhar novamente para o panorama ao qual nos propomos a realizar, é possível perceber que desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que foi a primeira tentativa do governo brasileiro de criar uma instituição voltada especificamente para a preservação do patrimônio histórico e artístico do país em 1937 é que podemos identificar:

[...] em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas, e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área. (TOLETINO, 2016, p. 5)

Assim, é relevante considerar a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em nossa discussão, na medida em que pretendemos pensar sobre educação e patrimônio. Esta instituição publicou o Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) além de cadernos voltados à educação patrimonial, algo que já demonstra a relevância de levar o Patrimônio Histórico Cultural a processos de aprendizagem que podem acontecer fora da sala de aula, mas também dentro dela, afinal entendemos a “[...] educação patrimonial como uma ação fundamental para a consolidação do conceito abrangente de patrimônio, que passa a abraçar, proteger, valorizar e difundir tanto bens móveis quanto bens culturais intangíveis” (MACHETTE, 2016, p.14).

1.2 Os Documentos Referenciais da Educação e Sua Relação com a Educação Patrimonial

Diante do contexto evidenciado anteriormente é perceptível que o Ensino de História não pode deixar de levar em conta esta demanda, já que o Patrimônio cultural é algo que está presente na realidade do aluno, tornando-se referência identitária para os mesmos que precisam refletir sobre o assunto a partir de atividades de Educação Patrimonial.

Entretanto, é importante ressaltar que não concebemos a educação patrimonial como uma estratégia para promover uma alfabetização cultural. Afinal, todos os sujeitos são produtores de cultura e a experienciam em seu dia a dia, portanto, não estão alheios a este conhecimento (TOLETINO, 2016, p.40,).

Aqui buscaremos realizar uma análise em torno dos documentos referenciais e normativos da educação para tentar entender como o conceito de Educação Patrimonial e a questão do patrimônio cultural podem ou fazem parte do campo da educação formal.

Nesse sentido, é relevante inicialmente analisarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), instituída pela Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ou seja, define os princípios e as normas que devem orientar a educação no Brasil, desde a educação básica até o ensino superior,

abordando questões como a estruturação dos sistemas de ensino, a organização dos currículos, a formação de professores, entre outras questões.

Embora não seja encontrada menção específica na LDB sobre ensino de história e educação patrimonial, é possível encontrar lacunas que possibilitam a discussão sobre tal questão. Já no Art. 1º da LDB podemos identificar que ela reconhece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem em todas as áreas da nossa vida inclusive nas manifestações culturais. Entretanto, a lei tem como foco principal a educação escolar.

Aqui destacaremos três princípios dispostos no Art. 3º da LDB, são eles:

- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- XII - Consideração com a diversidade étnico-racial.
- XIV - Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

Esses princípios podem ser alcançados, também, por meio da Educação Patrimonial. Considerando que a identidade brasileira é plural, multiétnica e multicultural, a Educação Patrimonial possibilita a consolidação do conceito de patrimônio cultural. Isso pode ser realizado através de práticas educacionais voltadas para essa diversidade cultural, podendo ajudar a contribuir para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e identificação com os bens materiais e imateriais que fazem parte da vivência de uma variedade de grupos étnico-raciais que podem se sentir representados por eles e reivindicarem sua preservação. Assim, acreditamos que o acesso ao conhecimento sobre cultura pode ser facilitado por meio de processos de educação patrimonial, possibilitando o ensino, a aprendizagem, a pesquisa e o respeito da diversidade cultural.

Ainda podemos identificar outros artigos que nos possibilitam pensar sobre a educação patrimonial ligada à LDB, seria este o Art. 26, evidenciando que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Dessa forma, essa parte diversificada exigida pela LDB pode ser contemplada, por exemplo, quando estabelecemos uma conexão entre Educação

Patrimonial e ensino de História. Afinal, a partir da educação patrimonial é possível promover experiências que levem os discentes a compreenderem que fazem parte da história e estão inseridos em um ambiente com características locais e culturais distintas, proporcionando-lhes um sentimento de identificação por meio da presença de bens culturais tangíveis e intangíveis no local em que vivem. A Educação Patrimonial, aqui é entendida como algo que

[...]estimula o fortalecimento da consciência do caráter público do patrimônio e a identificação e manutenção dos laços de memória com significantes coletivos portadores das memórias sociais dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Por meio da educação patrimonial, busca-se sensibilizar as comunidades sobre a importância de preservar a sua memória; mais que isso, busca-se gerar uma reflexão sobre as memórias dos diferentes grupos sociais, de modo que se perceba que patrimônio não é somente o monumento belo e notável que fala do passado de algumas elites, mas que patrimônio é, outrossim, todo símbolo de memória coletiva, do terreiro à igreja, do sobrado à senzala, das praças públicas aos prédios das escolas, dos antigos armazéns de bairro aos grandes teatros, das canchas retas aos estádios de futebol. A escola, em decorrência da constatação da importância social da educação patrimonial, chamou para si também esta responsabilidade. (CERQUEIRA, 2005, p. 100)

A diversidade cultural do Brasil é um reflexo de sua história, marcada por uma mistura de influências indígenas, africanas, europeias, entre outros povos. Não é novidade que, desde o período colonial, diferentes povos e culturas se entrelaçaram neste território, contribuindo para a formação de uma pluralidade cultural. A variedade de costumes, tradições, idiomas, culinárias e expressões artísticas reflete a complexidade e a riqueza dessa herança cultural.

Reconhecendo essa diversidade, nossas leis precisam levar em consideração tamanha complexidade. Assim, no § 4º do Art.26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é estipulado que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.” Essa abordagem também é fundamental na Educação Patrimonial, cujo objetivo é preservar e valorizar as múltiplas camadas de nossa identidade cultural.

Outro documento importante a ser discutido são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no ensino de história. Afinal, embora seja um documento mais antigo que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os PCNs cumpriram um papel relevante na orientação do currículo das escolas brasileiras, definindo os conteúdos a serem ensinados em cada etapa da educação básica, bem

como a sugestão de metodologias e estratégias pedagógicas. Eles apresentam maior detalhamento dos conteúdos a serem ensinados, diferente da BNCC, que, apesar de ser ampla, seu enfoque está voltado às competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos discentes.

Nos PCNs que estabeleciam diretrizes e orientações para o ensino fundamental e médio, o patrimônio cultural é constantemente mencionado como um tema transversal, ou seja, um conteúdo que deve transpassar todas as áreas do conhecimento, contribuindo para a formação integral dos estudantes. É enfatizada a importância de valorizar e preservar o patrimônio cultural brasileiro, tanto material quanto imaterial, como forma de fortalecer a identidade nacional, promover a cidadania e valorizar a diversidade cultural.

Além disso, quando tratamos especificamente do ensino fundamental anos finais, os PCNs destacam que no ensino de história um dos objetivos gerais que deverá ser alcançado pelos sujeitos é a valorização do patrimônio sociocultural e o respeito à diversidade social. Podemos observar que há uma constante menção ao patrimônio sociocultural, histórico-cultural, arquitetônico, entre outros, ao longo do texto, o que nos permite perceber a necessidade de incluir o estudo do patrimônio cultural nas práticas educativas. Utilizando diferentes recursos didáticos e promovendo atividades que envolvam essa discussão, é possível estimular o senso de pertencimento e a problematização sobre a importância da preservação do patrimônio.

Nos PCNs podemos perceber que quando se trata de características e importância social do conhecimento histórico ao refletir sobre a questão da cidadania e direitos constitucionais no mundo contemporâneo, a preservação do patrimônio é uma questão que precisa ser trabalhada dentro do ensino de história. E no que diz respeito a orientações e métodos didáticos, na sugestão de visita a exposições, museus e sítios arqueológicos, existe uma preocupação quanto à definição de patrimônio e assim, o documento destaca que:

Debater a questão do patrimônio histórico pode remeter às preocupações do mundo de hoje de preservar não só as construções e os objetos antigos, mas também a natureza e as relações dos homens com tudo isso. Pode remeter também para debates sobre as fontes de pesquisa dos estudiosos e para as fontes de informação que sustentam a produção do conhecimento sobre o passado. (Brasil (PCNS), 1998, p.90)

Podemos então perceber a visitação e o estudo do meio como uma proposta didática para aprofundar e ampliar esse debate proposto pelos PCNs, já que tais atividades podem possibilitar a aproximação dos alunos com a temática em questão, estimulando sua participação no processo de aprendizagem, que pode se tornar mais significativa, instigando os alunos a debaterem e refletirem sobre o patrimônio histórico e sua relação com a memória e a identidade.

Ao contrário dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dedica pouco espaço à questão do patrimônio no ensino de história, algo que é amplamente evidenciado quando se trata de outras disciplinas, como Linguagens, Artes, Educação Física, Língua Inglesa e Ciências, nas quais é integrado nas competências e habilidades propostas. No contexto das ciências humanas, o que percebemos é que o patrimônio é destacado nas habilidades a serem desenvolvidas no ensino de geografia, mas em nenhum outro componente curricular ou ano do ensino fundamental há menção a esse tema. Essa falta de abordagem interdisciplinar pode ser mediada pelo professor em seus planejamentos. Afinal, o fato de não estarem explícitos os conceitos de patrimônio ou educação patrimonial na BNCC não exclui o fato de que existem brechas no documento que possibilitam ao professor de história levar essa discussão para o ensino de História.

Essa reflexão é pertinente, pois o patrimônio histórico-cultural é frequentemente abordado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que precederam a BNCC e serviram como guia para o processo de ensino-aprendizagem por um longo período. Além disso, a análise da coleção de livros didáticos *História, Sociedade e Cidadania* amplamente distribuída no Brasil para os anos de 2020 e 2023² destaca o conceito de patrimônio cultural como relevante no ensino da história. Cada volume dessa coleção elege o patrimônio cultural como um dos conceitos-chave da disciplina, introduzindo-o também na capa de cada livro e incluindo um glossário explicativo do manual digital destinado ao professor. Portanto, a ausência de qualquer menção ao patrimônio cultural ou à educação patrimonial no documento normativo educacional é uma negligência com relação à temática e tudo que ela promove com relação a produção do conhecimento e a formação cidadã, objetivos do ensino de História.

² Informação retirada do site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo de sua trajetória na Educação Básica.

Claramente, não podemos ignorar o fato de que a BNCC, especialmente quando abordada no contexto dos anos finais do ensino fundamental, tem recebido críticas. Segundo Figueiredo Filho (2022, p.13-14):

Ainda, que a BNCC seja um texto recente (versão final em 2018) e, considerando que entre alguns estudiosos do documento haja consenso quanto à necessidade da existência de um currículo mínimo nacional. Há também os que discordam da condução do processo para a construção da atual BNCC, dos métodos utilizados, da sua intencionalidade democrática, dos contextos que influenciaram sua produção textual - seja de sujeição à internacionalização das políticas públicas educacionais, seja quanto à inserção de pressupostos ideológicos, além de questionamentos, quanto a uma naturalização de temas considerados polêmicos, amainados com fins a uma pretensa consensualidade, mas que, em tese, poderiam ser inclusos no percentual complementar diverso curricular regional e local. Há ainda, os que discordam da própria necessidade e praticidade de uma Base Nacional Comum Curricular.

Assim, diante de uma análise da BNCC, identificamos que as habilidades específicas do componente curricular História acabam sendo limitadas no que diz respeito às reflexões sobre o patrimônio cultural ou à própria educação patrimonial. No entanto, é possível fazer uso das habilidades propostas e ampliar as discussões, pois, como diz Melo (2021, p. 158), “[...] há possibilidades de burlar as fissuras deixadas pelo documento e suas bases de fundamentação. Nesse jogo de poder e disposição de forças, a liberdade possível é conquistada no cotidiano”. Sendo assim, buscamos elementos existentes na BNCC capazes de abrir espaços para reflexões sobre a educação patrimonial no ensino de história, embora seja importante destacar que tal documento tem sofrido diversas críticas no que se refere às ausências e limitações impostas ao ensino de história.

Já é possível perceber tal fato quando voltamos para o quadro de Competências Específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental, que evidencia a relevância da análise do mundo cultural com base nos conhecimentos das ciências humanas para que o estudante consiga se posicionar e intervir em situações do seu cotidiano (BRASIL, 2017). Essa análise do mundo cultural não pode deixar de

fora as expressões culturais, bens imateriais e materiais, os saberes, entre outras questões que se associam diretamente a uma prática de educação patrimonial.

Além disso, uma outra competência das Ciências Humanas que destaca a viabilidade e importância da educação patrimonial no ensino de história é que está claramente evidenciada na BNCC a necessidade de os alunos desenvolverem a capacidade de:

Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017, p.357)

Especificamente no que diz respeito à disciplina de História, dentro da BNCC podemos encontrar lacunas que podem ser preenchidas com práticas/atividades de educação patrimonial com a possibilidade de inserção do conceito de patrimônio cultural para o alcance de competências e habilidades. Afinal, está disposto que para que o ensino de história aconteça há a necessidade da utilização de uma variada possibilidade de fontes materiais e imateriais e, ainda, que os alunos precisam desenvolver as competências de:

Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas [...] culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo; Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas [...] culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica; Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. (BRASIL, 2017, p.402).

Essa compreensão sobre processos históricos que promovem manutenção de estruturas culturais pode ser desenvolvida com auxílio de práticas educacionais voltadas ao patrimônio histórico-cultural. Afinal, a educação patrimonial no ensino de história pode auxiliar os discentes a relacionar a cultura como memória e identidade, questões que explicam a manutenção de aspectos culturais ao longo do tempo, um exemplo disso é a grande diversidade que dispomos de bens materiais e imateriais que sobrevivem ao passar do tempo.

Dentro das habilidades dispostas para os anos finais do fundamental (6º ao 9º ano) percebemos também essa ausência com relação à menção sobre educação patrimonial ou o conceito de patrimônio cultural. No entanto, dentro das unidades temáticas algumas habilidades trazem a questão cultural como relevante, podendo aí o patrimônio cultural fazer parte da discussão em sala de aula.

O que observamos é uma desarmonia entre o currículo oficial e as vivências nas escolas, que muitas vezes reflete um descompasso entre as diretrizes teóricas e a implementação prática dos conteúdos. O currículo oficial, definido por diretrizes e documentos pedagógicos, estabelece os objetivos, competências, habilidades, conteúdos e metodologias desejadas para a formação dos alunos. No entanto, a realidade nas salas de aula pode divergir dessas orientações devido a diversos fatores, como limitações de recursos pedagógicos e contextos socioeconômicos variados.

Essa diferença entre o currículo prescrito e o vivido pode impactar significativamente os resultados que se pretende alcançar no processo de ensino, revelando a necessidade de uma adaptação constante das políticas educacionais e do planejamento do professor para atender às necessidades reais dos estudantes e garantir que os objetivos educacionais sejam alcançados de maneira eficaz.

Dessa maneira, fica evidente que o trabalho do professor(a) apesar de ser orientado pela BNCC, não se limita ao que está disposto nela. Defendemos aqui, que o profissional da educação deve possuir um olhar atento para todas as questões que ajudem os alunos a problematizarem a realidade em que vivem, afinal, esse é o papel do ensino de história. Portanto, resumir o ensino de história apenas ao que está disposto na BNCC é problemático tendo em vista a diversidade encontrada em nosso país em que a educação patrimonial poderia servir como auxílio para essa discussão em sala de aula.

Essa ausência da terminologia dentro do ensino de história pautado na BNCC, é problemática na medida em que não dialoga com a realidade dos discentes e docentes que em cada região do Brasil vão se deparar com questões culturais distintas, bem como um processo de patrimonialização de bens que não são refletidos dentro de sala de aula, criando um vazio de problemáticas que poderiam vir a ajudar os sujeitos a se posicionarem quanto à determinação do que deve ou não ser protegido e preservado.

Embora possuamos a compreensão de que a educação patrimonial pode acontecer fora da sala de aula, não devemos diminuir a relevância que essa discussão possui dentro do ambiente escolar que aborda conteúdos científicos sistematizados. É fato que uma aula que leve em conta a realidade na qual o estudante está inserido possui maior significado para o mesmo, que pode finalmente compreender questões que fazem parte do seu cotidiano.

Por outro lado, ainda, a educação patrimonial dentro da sala de aula não se resume apenas à discussão de bens patrimoniais apenas locais. A Educação Patrimonial pode levar o estudante a perceber que todo e qualquer lugar do mundo está inserido em espaço e tempo que também possuem patrimônios que são relevantes inclusive em proporção mundial, sendo considerados patrimônios da humanidade. Assim, defendemos o direito de todos ao acesso a tais discussões em sala de aula, afinal, esse conhecimento pode ajudar os sujeitos a intervirem no mundo de forma consciente.

Em contrapartida o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) para Educação infantil e ensino fundamental, em sua versão virtual (provisória) foi desenvolvido a partir da BNCC, mas voltado à realidade do Ceará. Ele destaca a Educação Patrimonial em seus *temas Integradores: Abordagem Transversal*. Neste tópico, a educação patrimonial é pensada como temática fundamental pois funciona como ferramenta que possibilita o conhecimento e valorização do patrimônio cultural presente na realidade dos discentes, bem como valorização da pluralidade da cultura brasileira, podendo contribuir ainda para a produção de novos conhecimentos.

1.3 O ProfHistória na Discussão Sobre a Educação Patrimonial

A análise de diversos trabalhos realizados a partir do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) revela que existe uma produção acadêmica voltada para a Educação Patrimonial e o Ensino de História. Tendo em vista que o programa tem como principal objetivo o aprimoramento do ensino da disciplina em questão, é pertinente examinar o que tem sido abordado em relação à temática deste trabalho e perceber como isso pode contribuir para práticas de Educação Patrimonial dentro do ambiente escolar.

A partir da procura de dissertações realizadas no ProfHistória-Urca, identificamos no site da instituição que a Educação Patrimonial se faz presente em

pesquisas sobre o ensino de história, como no caso da dissertação de Pereira (2021), que aborda a educação patrimonial como temática relacionada ao ensino de História a partir do processo de patrimonialização e tombamento da cidade de Icó no Ceará que foi permeado de conflitos.

A partir das ideias de Pereira (2021) podemos perceber que o processo de patrimonialização e tombamento nem sempre é acompanhado de aceitação, o que pode gerar conflitos caso esse processo seja imposto à população e não seja acompanhado de um processo de educação patrimonial. Assim, Pereira (2021, p. 22) orienta “[...] compreender a educação patrimonial como resultado de diferentes concepções que subsidiam as ações de tombamento e preservação”. Fica evidente a partir da escrita de Pereira (2021, p.83) que o processo de tombamento da cidade de Icó parte de uma “[...] proposta construída basicamente sob perspectiva externa e técnica, sem participação efetiva da população e dos representantes do poder público local [...]”. Essa questão é relevante dentro do ensino de história na medida em que nos permite pensar a educação patrimonial como mecanismo que pode possibilitar os sujeitos a se aproximarem do debate voltado ao que consiste no patrimônio e como deve ser realizado o processo de salvaguarda desses bens, entendendo que esse processo deve ser também fruto de reivindicação dos sujeitos e que a imposição muitas vezes afasta as pessoas desse debate.

E a partir disso, Fonseca (2009) nos ajuda a compreender que não basta apenas preservar um bem baseado em seu o “valor excepcional” como por muito tempo o patrimônio foi concebido pelas práticas de patrimonialização e tombamento que privilegiavam os bens de uma elite brasileira. Na verdade, é necessária uma “mudança de procedimentos, com o propósito de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural.” (FONSECA, 2009, p.65).

Assim, é evidente que a educação patrimonial dentro desse contexto é significativa, pois quando aliada ao ensino de história pode ajudar os sujeitos a perceberem o patrimônio como fruto de reivindicação coletiva por estar imbuído de sentidos e significados atrelados à construção da identidade e memória de um grupo que se sente representado pelo bem em questão. Para Santos (2013, p. 62), “[...] a educação patrimonial corrobora tanto na construção da consciência crítica e histórica, quanto para elevação da autoestima, o fortalecimento do sentimento de pertença e a

construção das identidades culturais.” Portanto, não deve estar desassociada dos processos de proteção e preservação que são feitos pelas instituições.

Além desse trabalho, que reflete bem sobre o ensino de história e a educação patrimonial a partir de um recorte espacial que vivenciou um processo de tombamento que gerou conflitos, existem outros trabalhos encontrados no site do ProfHistória nacional que dialogam com a temática que nos propomos a desenvolver. Como no caso da dissertação de Pereira (2016) intitulada *EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O PAPEL SOCIAL DO ARQUIVO NACIONAL*, que trata sobre educação patrimonial e ensino de história delimitando seu olhar para a questão do patrimônio documental e o arquivo. Ou da dissertação de Bezerra (2016) intitulada *EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA*, que trata da educação patrimonial enquanto metodologia para o ensino de história e o patrimônio cultural é percebido como recurso didático, o que contrapõe as ideias de Tolentino (2016) que defende a educação patrimonial como um processo e não uma metodologia, pois pode ser trabalhada com a utilização de diversas metodologias dentro do ensino de história.

No trabalho de dissertação de Moreira (2020) intitulado *ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO TRATO COM AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR*, a autora se propôs a um estudo que levou em conta o Ensino de História com a Educação Patrimonial, a partir do enfoque no reconhecimento de referências patrimoniais e memórias de matrizes afro-brasileiras, indígenas, caboclas, rurais e ribeirinhas que fazem parte do ambiente escolar.

No estudo de Costa (2022), intitulado *HISTÓRIA E GEOGRAFIA: UMA PROPOSTA DE ENSINO INTERDISCIPLINAR À LUZ DO PATRIMÔNIO NATURAL* podemos notar a reflexão sobre a interdisciplinaridade entre as disciplinas de História e Geografia, centrada no patrimônio natural. Essa dissertação tem como foco a Cidade do Crato, que também é o local de estudo em nossa pesquisa.

Como essas dissertações, muitas outras possibilitam uma reflexão sobre a educação Patrimonial e o Ensino de História sob diferentes perspectivas. Nosso trabalho, busca pensar essa temática dentro da realidade das escolas do Crato - Ceará que é comumente retratada como “cidade da cultura” (CORTEZ, 2000) e possui o Geoparque Araripe reconhecido pela UNESCO por seu valor científico, cultural, paisagístico, geológico, arqueológico, paleontológico e histórico. Além disso,

recentemente recebeu o Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo que funciona no antigo Hospital Manuel de Abreu, espaço esse que agora é destinado a expressões artísticas, a cultura, a ciência, entre outras atividades.

1.4 Cidade do Crato, suas particularidades e legislação voltada à Educação Patrimonial.

A partir do que foi exposto acima, é importante também a verificação dos aparatos legais que estão relacionados à educação patrimonial ou salvaguarda dos patrimônios culturais da cidade do Crato. Para então entendermos o contexto em que se situam as escolas que farão parte de nosso estudo. É nesse viés, que encontramos diversos documentos no site do Município e em seu Diário oficial que vão ajudar a fomentar essa discussão.

Assim sendo, verificamos que a cidade possui uma legislação voltada para proteção e preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município do Crato, a partir da Lei Nº 3.304/2017 que dispõe que

Art. 2º. Constitui o patrimônio histórico e artístico do Município do Crato, os bens móveis e imóveis, as obras de arte, as bibliotecas, os documentos públicos, os conjuntos urbanísticos, os monumentos naturais, as jazidas arqueológicas, as paisagens e locais cuja preservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, quer por seu excepcional valor artístico, etnográfico, folclórico ou turístico, assim considerados pelo Secretário Municipal de Cultura, ouvido o Conselho Municipal de Cultura e decretado o tombamento por ato do Chefe do Poder Executivo, na forma do estabelecido no Capítulo II desta Lei. (CRATO, 2017)

Essa lei também dispõe do processo de tombamento dos bens que não levam em consideração o processo de apropriação da significância dos mesmos para os sujeitos na medida em que evidencia que o bem pode ser tombado voluntariamente ou compulsoriamente. Aqui compreendemos que o tombamento deve ser acompanhado por um processo de educação patrimonial para que não aconteça algo semelhante à experiência de Icó tratada anteriormente. Afinal os sujeitos devem fazer parte dessa tomada de decisão. Assim, está disposto que

Art. 3º. O tombamento de bens de propriedade de pessoa natural ou jurídica de direito privado far-se-á voluntária ou compulsoriamente. §1º O tombamento será voluntário se o proprietário, espontaneamente, oferecer o bem para Tombamento ou anuir, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da entrega da notificação que receber para inscrição do bem no competente Livro de Tombo. §2º Será compulsório o tombamento quando o

proprietário não responder a notificação no prazo do parágrafo anterior ou quando, no mesmo prazo, apresentar impugnação escrita à inscrição do bem a tombar. §3º Instaurado o processo de tombamento, e após a notificação do proprietário, passam a incidir sobre os bens as limitações ou restrições administrativas próprias do regimento de preservação de bem tombado, até decisão final. (CRATO, 2017)

Além disso, o município do Crato dispõe de algumas leis que apresentam os patrimônios tombados como no caso da Lei Municipal nº 2.200 em seu Art. 2º, de 16 de dezembro de 2003, a qual considera os Irmãos Aniceto Patrimônio Imaterial do Município (CRATO, 1999). Vale ressaltar a importância do grupo conhecido como Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto na cidade do Crato e em toda a Região do Cariri Cearense. O fundador era descendente dos índios Kariri, e segundo os integrantes desta banda cabaçal, ela já possui uma longa trajetória, iniciando suas atividades por volta do século XIX. Trata-se de um grupo tradicional de música e dança da cidade do Crato, formado por membros da família Aniceto, que ao longo das gerações têm mantido viva essa tradição cultural.

A banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto utiliza instrumentos típicos de cabaçais, como pífanos (flautas de bambu), zabumbas, caixas e pratos, criando uma sonoridade característica que mistura influências indígenas, africanas e europeias. Este grupo desempenha um papel importante ao fomentar o incentivo a preservação e a promoção da cultura popular nordestina em apresentações vibrantes que evidenciam bem elementos musicais, da roça, da natureza e folclore da região na qual está inserida.

Como se trata de um grupo que tem sobrevivido ao longo do tempo, mantendo a resistência e transmitindo conhecimentos de geração em geração, podemos compreender melhor essa questão a partir das contribuições de Silva (2011, p. 34-35), que afirma que:

O *habitus cultural* fomentado pelas práticas das bandas cabaçais se construíram historicamente no seio familiar e vem sendo transmitido de geração em geração. A partir desse *habitus cultural*, formado desde a infância nos novos filhos, netos, sobrinhos das novas gerações dos integrantes destas bandas cabaçais, uma matriz de compreensão é construída e orienta as ações desde muito cedo as ações e atitudes desses novos agentes, que acabam por adentrar involuntariamente – basta ter nascido na família de um integrante de uma banda cabaçal – nesse campo cultural oriundo deste *habitus*.

Assim, a partir de tais apontamentos é evidente que nas apresentações da Banda Cabaçal dos Irmão Aniceto podemos identificar que além do entretenimento também existe a promoção de educação com destaque na relevância das tradições e identidade cultural do Cariri, algo que pode facilmente ser discutido a partir da Educação Patrimonial.

Figura 1: Banda cabaçal dos Irmãos Aniceto.



Fonte: Site da Assembleia Legislativa do Ceará – ALECE (2023).

Já a Lei 3.507/2018 cria o Livro de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial do município e define a Banda de Música Municipal do Crato como patrimônio histórico-cultural do município em seu Art. 1º (CRATO, 2018). Essa Banda atualmente possui 143 anos de história no município e faz parte da significativa rede cultural da Região do Cariri. A banda possui uma longa história e tradição no município, representando não apenas a musical local, mas também carregando consigo as memórias e identidades da comunidade. Por meio de suas apresentações em festivais, eventos culturais e celebrações locais, a banda de música do Crato enriquece a vida cultural da cidade e ajuda a fortalecer o sentimento de identidade dos seus habitantes, algo que está fortemente ligado a questão patrimonial.

Figura 2: Banda de Música Municipal do Crato



Fonte: Gazeta do Cariri, 2018.

Nesse sentido, até aqui conseguimos identificar leis que se destinam à salvaguarda de bens patrimoniais, mas nenhuma lei que leve em consideração o processo de educação patrimonial para reflexão desse processo pelos habitantes da cidade. E apesar de não termos encontrado nenhuma menção explícita de como isso pode ser trabalhado dentro do ambiente escolar identificamos a Lei nº 2.707/2011 que “Torna obrigatório, nas Escolas públicas e particulares deste Município, a introdução da História do Crato, que passa a integrar o programa da matéria de história” (CRATO, 2011) e em seu Art. 1º. Destaca que “Fica instituído a aplicação da matéria da História Do Crato para os alunos que cursam o ensino fundamental II” (CRATO, 2011) mencionando ainda a adoção de uma material oficial destinado para esse fim. Nesse sentido, esta lei pode ser uma possibilidade para contemplar a questão patrimonial nas aulas de história.

Até o momento, conseguimos identificar leis voltadas para a proteção de bens patrimoniais, mas não encontramos nenhuma legislação que contemple o processo de educação patrimonial e sua reflexão pelos habitantes da cidade. Embora

não haja uma menção explícita sobre como isso deve ser abordado no ambiente escolar, a Lei nº 2.707/2011 pode representar uma possibilidade de introdução da temática no ensino de história. Esta lei "Torna obrigatório, nas escolas públicas e particulares deste Município, a introdução da História do Crato, que passa a integrar o programa da matéria de história" (CRATO, 2011). Além disso, seu Art. 1º estabelece que "Fica instituída a aplicação da matéria História do Crato para os alunos que cursam o ensino fundamental II" (CRATO, 2011), prevendo também a adoção de um material oficial para esse propósito, que até o final da pesquisa não foi identificado.

Ainda, destacamos nesta discussão o Guia Básico de Educação Patrimonial, material relevante quando nos propomos a realizar um estudo sobre educação patrimonial. Afinal, esse recurso, elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em parceria com o Museu Imperial, é fundamental para a promoção e implementação da educação patrimonial no Brasil. Publicado em 1999, o guia foi desenvolvido por Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, oferece diretrizes, metodologias e práticas educativas que visam mobilizar e integrar a sociedade na valorização e preservação do patrimônio cultural.

Este guia serve como uma ferramenta essencial para educadores, gestores culturais e para sociedade em geral, proporcionando uma percepção mais profunda da relevância do patrimônio cultural e incentivando ações de preservação, valorização e salvaguarda desse patrimônio nas esferas local e nacional. É a partir dele que entendemos que

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. (HORTA et al., 1999, p. 6).

Levando em consideração a riqueza cultural da Região do Cariri, especialmente a cidade do Crato, podemos abrir uma reflexão direcionada ao ensino de história a partir do desenvolvimento de atividades durante as aulas de história que ajudem a promover a curiosidade nos discentes. Utilizando metodologias que aproximem os estudantes do conteúdo histórico, essas atividades podem tornar o aprendizado mais atrativo e significativo.

No site da prefeitura do Crato, no que se refere à Secretaria da Cultura (SECULT), dentre as suas várias atribuições destacamos algumas para este trabalho, são elas a valorização de todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social da Cidade do Crato; a preservação e valorização do patrimônio material e imaterial do município e administração do patrimônio histórico, artístico e cultural do município, apoiando os artistas, coordenando a participação do município nos festejos populares, incentivando e apoiando as tradições folclóricas, os folguedos e o patrimônio imaterial do município³. Tais menções nos evidenciam que existe uma preocupação com a questão patrimonial no município, ao menos no que diz respeito à responsabilidade atribuída a Secretaria de Cultura do município.

No entanto, como isso se manifesta no ambiente escolar? Esta é uma questão que abordaremos no próximo capítulo, com o objetivo de evidenciar, por meio de entrevistas com professores de história, se as escolas públicas municipais de ensino fundamental participam de algum processo de educação patrimonial.

Além disso, é possível encontrar no site da prefeitura do Crato a existência da III Conferência de Cultura do Crato, e arquivos que fazem referência a mesma como no caso da PORTARIA Nº 221101/2022 que evidencia em seu Art. 4º. Que “a III Conferência Municipal de Cultura do Crato tem como objetivo promover a participação da sociedade civil nas discussões das políticas públicas de cultura do município e aprovar as diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Cultura.”

Dentro do Regimento Interno da III Conferência Municipal de Cultura do Crato, disponível no mesmo site, um dos seus eixos temáticos destaca o Patrimônio Cultural e Natural, enfatizando a proteção e promoção do patrimônio material, imaterial e natural. Há também uma referência à candidatura da Chapada do Araripe como Patrimônio da Humanidade, juntamente com a inclusão de um subeixo temático sobre educação patrimonial e memória.⁴

Essa discussão é relevante na medida em que percebemos o contexto no qual a cidade está inserida. Já que por muito tempo houve uma construção simbólica da mesma como “Cidade da Cultura”, construção essa problematizada por Cortez (2000, p. 56), que em seu trabalho de dissertação evidencia que:

³ Informação disponível no site da Prefeitura do Crato, através do link: <https://www.crato.ce.gov.br/secretaria.php?sec=5>. Acesso em: 29 de maio 2024.

⁴ Informação disponível no site da Prefeitura do Crato, através do link: <https://www.crato.ce.gov.br/secretaria.php?sec=5>. Acesso em: 29 de maio 2024.

[...] a virada do século, coincidiu com a eclosão e disseminação do fenômeno religioso de Juazeiro, em torno do padre Cícero. Aquele movimento, com seus desdobramentos sociais, políticos e econômicos provocou a emergência da construção simbólica do Crato como “cidade da cultura”.

Mas, vale destacar que o município contempla diversas manifestações artísticas e culturais que são evidenciadas na 1ª edição da *Cartografia Cultural do Crato* (JADE, 2017) como as bandas cabaçais, os grupos de reisado e mestres da cultura, a escola de música Maestro Azul, além de outras formas de expressões artísticas e culturais do município. Além disso, atualmente a cidade recebeu o Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo que foi inaugurado no dia 1º de abril de 2022, este dispõe de espaços para promoção de atividades artísticas, científicas e culturais voltadas ao patrimônio material e imaterial.

Figura 3: Prédio do Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo



Fonte: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - SECULTCE, 2022.

Figura 4: Mestre Aldenir residente de Crato.



Fonte: Mapa Cultural do Ceará – SECULT-CE, 2019.

A imagem do Mestre da Cultura do Ceará, José Aldenir Aguiar nos ajuda a evidenciar a existência dos “tesouros vivos” que residem na cidade do Crato. De acordo com o Mapa Cultural do Ceará, Aldenir coordena o tradicional grupo de Reisado Reis de Congo, que possui mais de 50 anos de existência, em sua comunidade no Distrito Bela Vista, Vila Padre Cícero, em Crato. Seus conhecimentos são demonstrados nas diversas apresentações que seu grupo realiza em eventos dentro e fora da cidade, mostrando a importância de entender o patrimônio cultural como algo dinâmico e em constante movimento. Além disso, ele transmite seus conhecimentos para seus familiares, garantindo a continuidade dessa rica tradição cultural. Assim, evidentemente,

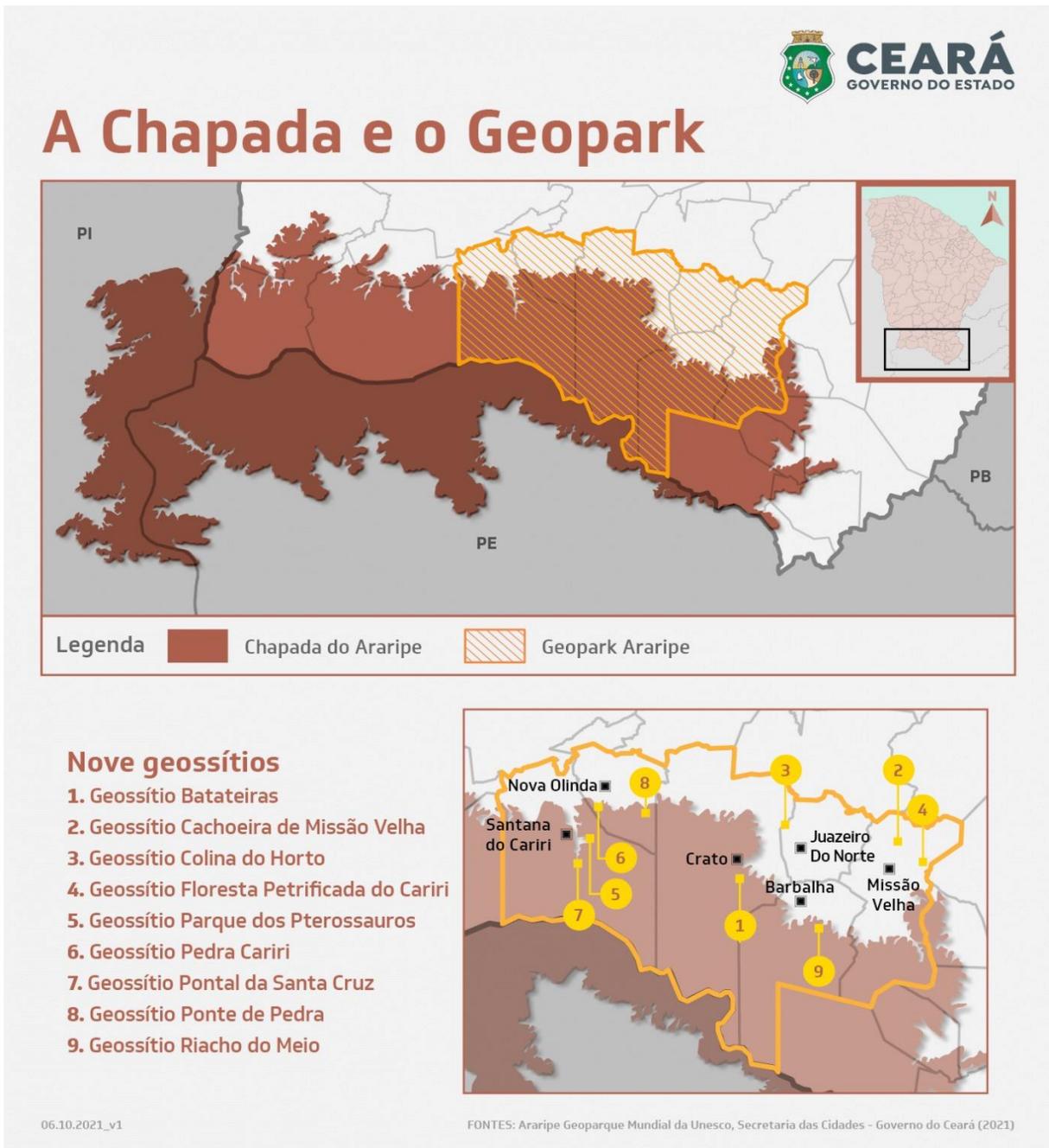
O Patrimônio Cultural Brasileiro não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas Instituições e Agentes Governamentais. Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras

de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade. (HORTA et al., 1999, p. 5).

Vale destacar ainda, que a cidade de Crato abriga parte da Floresta Nacional do Araripe, a primeira Unidade de Conservação Criada e que pode se tornar Patrimônio Mundial pela Unesco. Além disso, a presença do Geopark Araripe reconhecido internacionalmente pelo seu valor geológico, sendo rico em diversidade paleontológica, ambiental, histórica e cultural. Ele foi aceito para integrar a Rede Global de Geoparques pela Unesco, sendo o primeiro das Américas, possuindo diversos Geossítios, inclusive um deles localizado na cidade do Crato, o Geossítio Batateiras. Nesse sentido, é evidente que pensar a questão patrimonial nesse contexto é relevante, afinal, é possível que sejam efetivados em sala de aula processos de educação patrimonial voltados também para o patrimônio natural, pois como evidencia Costa (2022, p.44):

[...]é importante ter uma compreensão mais ampla dos processos de construção da história local da região do Cariri e de sua geografia, principalmente do município de Crato, cuja exuberância da chapada do Araripe apresenta-se como elemento primordial de sua paisagem, colocando-a em destaque por sua beleza paisagística e riqueza hídrica, sendo popularmente chamada de “Princesa do Cariri” e “Cratinho de açúcar”.

Figura 5: Localização do Geopark e da Chapada do Araripe



Fontes: Araripe Geoparque Mundial da Unesco, Secretaria das cidades – Governo do Ceará (2021)

Figura 6: Paisagem da Chapada do Araripe



Fonte: Secretaria de Ciências, Tecnologia e Educação Superior – Governo do Ceará, 2021.

Nesse sentido, pensar educação patrimonial dentro do ambiente escolar e mais especificamente nas aulas de história, é relevante na medida em que pode contribuir para discussões, processos de reflexões e problematização da questão patrimonial de forma local e mundial, ajudando a fomentar ações que promovam práticas de reconhecimento, preservação e salvaguarda de bens patrimoniais.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O LIVRO DIDÁTICO EM EVIDÊNCIA

Neste capítulo, buscaremos analisar o livro didático intitulado *História, Sociedade e Cidadania* do autor Alfredo Boulos, verificando como o conceito de educação patrimonial é representado na coleção e percebendo como isso se reflete nas experiências escolares da cidade do Crato-CE, onde essa coleção foi adotada.

Além disso, pretendemos refletir acerca da possibilidade do desenvolvimento de atividades em sala de aula voltadas à educação patrimonial. Evidenciaremos, por meio da análise de entrevistas com os professores da rede pública do Crato das escolas E.E.F. Aldegundes Gomes de Mattos⁵ e E.E.F. Estado da Paraíba⁶, se há efetivação de processos de Educação Patrimonial em sala de aula e se o livro consegue dar suporte a tais práticas que ajudem a atrair o olhar do aluno para a disciplina de história por meio da educação patrimonial.

Aqui, o objetivo é refletir sobre as possibilidades dentro do ensino de história para obtenção de processos que promovam educação patrimonial. Afinal, como podemos perceber, anteriormente, a cidade na qual as escolas estão situadas possui uma gama de bens que são referências para a identidade dos sujeitos que fazem parte do local.

Portanto, o que buscamos não é reduzir o olhar do ensino de história e da educação patrimonial para a perspectiva local, mas evidenciar que, a partir de uma atividade bem planejada dentro do ambiente escolar, é possível relacionar os assuntos relativos ao patrimônio cultural com os conteúdos de história, que não se restringem apenas a algo que está presente em realidades distantes daquela que o aluno vivencia.

2.1. O Livro Didático de História como Fonte de Pesquisa: Coleção História, Sociedade e Cidadania (PNLD 2020)

⁵ E.E.F. Aldegundes Gomes de Mattos, CNPJ: 03.804.985/0001-04, Endereço: Rua João Pereira Luna, 803, Vila Alta, 63118-190, Crato – CE, e-mail: aldegundesgomesdematos@sme.crato.ce.gov.br.

⁶ E.E.F. Estado da Paraíba, CNPJ: 10.952.136/0001-55, Endereço: Praça Doutor Joaquim F. Teles, 727, Pimenta, 63105-090, Crato – CE, e-mail: e.paraiba.crato@gmail.com.

Como mencionado anteriormente, a presente pesquisa volta-se para a coleção de livros didáticos do Ensino Fundamental Anos Finais do componente curricular História, intitulada *História, Sociedade e Cidadania (2020-2023)*, do autor Alfredo Boulos Júnior. Aprovada no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a coleção possui 4 volumes e está em sua 4ª edição, publicada pela editora FTD no ano de 2018. Segundo dados retirados do site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a coleção foi amplamente distribuída em todo o Brasil; evidenciamos isso inclusive, na cidade do Crato- CE, que faz uso dessa coleção nas escolas públicas do ensino básico.

O volume 1 do livro didático destinado ao aluno, dedicado à seriação do 6º ano do ensino fundamental, possui um total de 240 páginas, assim como o volume 2 destinado ao 7º ano do ensino fundamental. Já os volumes 3 e 4 dedicados ao 8º e 9º ano do ensino fundamental totalizam cada um 272 páginas.

É relevante mencionar que os livros didáticos buscam atender a diversas exigências curriculares, devendo estar alinhados, por exemplo, ao edital do PNLD e à BNCC. Portanto, a escrita e organização do livro didático passam por diversos mecanismos condicionantes, que visam garantir a conformidade com as diretrizes educacionais nacionais.

Assim, a partir de Chartier (2002) entendemos que as representações culturais se constituem como práticas sociais que podem passar por transformações, como no caso do livro didático, que não expressa reflexões sem sentido da realidade. A análise dessa questão nos ajuda a identificar como a sociedade se organiza e a perceber disputas, negociações e tensões que acontecem dentro dela. Esse entendimento nos possibilita compreender o livro didático enquanto objeto cultural (GASPARELLO, 2013) que não é neutro diante do ponto de vista político, ideológico e social; possui uma visão de mundo bem delimitada. A partir disso, Chartier (2002, p. 17), nos alerta para o fato de que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos. desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

Partindo do guia dos livros didáticos do PNLD (2020), percebemos que o Livro do Estudante de cada volume foi estruturado de forma a possuir quatro unidades, divididas em cerca de dois a cinco capítulos, organizados para atender à sequência dos objetos de aprendizagem da BNCC. A abertura de cada capítulo conta com imagens e legendas, textos, propostas de atividades iniciais, box e seções. Ao longo dos capítulos, podemos encontrar box com dicas e sugestões de vídeos. As atividades estão presentes ao final de cada capítulo, bem como em seções intituladas "Dialogando", "Para refletir" e "Para saber", que incluem a proposição de textos, imagens e questões.

O Manual Digital do Professor traz orientações e atividades complementares, apresentando inicialmente a Metodologia da História, Metodologia de Ensino-Aprendizagem, Base Nacional Comum Curricular e o Contexto Atual, Apresentação das seções do Livro, Projetos de trabalho interdisciplinar, Formas de Avaliação, Referências Bibliográficas, além do Quadro de Conteúdos, Objetos de Conhecimento e Habilidades. Ao longo do capítulo há presença de textos de apoio e encaminhamentos ao docente, com sugestão de links de vídeos complementares e imagens. Para Munakata (2016, p.133) esses elementos são relevantes, na medida em que o

[...]livro não é apenas um conjunto de ideias, valores, sentimentos. É também algo que se vê, que apresenta uma visualidade que precisa ser decodificada. Ter uma coluna de texto é diferente de ter duas colunas. Textos que são intercalados com quadros e boxes requerem decodificação mais complexa.

Geralmente, é por meio desses espaços presentes nos livros que encontramos a abordagem de temas relacionados ao patrimônio cultural e à discussão sobre educação patrimonial. Nesse contexto, são relevantes as ideias de Munakata (2016), que reflete sobre a relação entre o ambiente escolar e o livro didático, destacando que a criação deste é condicionada pela existência da escola. Portanto, são vários os elementos que condicionam a construção do livro didático, mas, especificamente no caso da escola, é essencial considerar o ambiente educativo em todo o processo direcionado à análise de livros didáticos. Assim, buscamos evidenciar, através de entrevistas com professores de História, se o processo de educação patrimonial foi um elemento relevante na escolha da coleção e se é possível realizar experiências voltadas à educação patrimonial com o uso desse material.

Com base nisso, refletimos sobre a relação entre o professor e o livro didático, uma vez que a escolha desse material pode estar condicionada à presença de um “[...]professor bem formado, de livros adequados às diferentes necessidades e expectativas” (MUNAKATA, 2007, p.141). Considerando a forma como a coleção é apropriada e utilizada pelos docentes, a partir de Kazumi Munakata (2007), evidenciamos a relevância desse profissional no processo de ensino-aprendizagem, que muitas vezes não é percebido com a mesma importância dentro das políticas educacionais. Afinal, o livro didático sozinho não consegue dar conta da complexidade do processo de ensino. Para Munakata (2007, p.144), “É possível que nesse desencontro entre a estratégia dos autores, das editoras e do governo e a apropriação efetiva do livro pelos professores esteja a esperança de uma educação criadora.”

Ao tentar ampliar nosso entendimento sobre a história da coleção, enfrentamos dificuldades para obter informações adicionais. No entanto, por meio da pesquisa nos guias mais antigos do PNLD, encontramos que a coleção "História, Sociedade e Cidadania" foi aprovada e aceita no edital do PNLD em 2008. Embora sua primeira edição seja do ano de 2004.

Alfredo Boulos Júnior, além de autor de obras paradidáticas, é doutor em Educação com área de concentração em História da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É mestre em Ciências com área de concentração em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Chegou a lecionar na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. Ele também assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) do governo do Estado de São Paulo. (BOULOS, 2018, contracapa). Além disso, a partir do seu currículo Lattes⁷ podemos identificar que desde 1998 ele publica livros pela editora FTD.

Destacamos aqui, que apesar de comumente o autor do livro didático ser conhecido dessa forma, nos aproximamos da ideia de Cavalcanti (2016, p.265) que trabalha com noção de “autor de textos para o livro didático” levando em consideração toda complexidade que envolve a construção da obra didática em que “é importante enfatizar que os diversos profissionais que produzem o livro didático grafam suas marcas, imprimem seus traços nas diversas etapas constitutivas do produto em fabricação” (CAVALCANTI, 2016, p.265), sendo a escrita apenas um dos elementos

⁷ Currículo Lattes do autor Alfredo Boulos Júnior. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1421259871718064>. Acesso em 15 de jun. 2024

que compõem o conjunto da obra. Além disso, não podemos perder de vista a ideia de que, na sociedade atual marcada pelo capitalismo, o livro é uma mercadoria elaborada para atender também aos interesses do mercado, sendo o livro didático destinado especificamente à escola (MUNAKATA, 2012, p. 185-186).

Nesse viés, o livro didático compreendido como um objeto cultural (GASPARELLO, 2013), fruto de seu próprio tempo, desempenha um papel crucial ao estabelecer uma conexão entre o ensino, os professores e os alunos. Muitas vezes, ele é o único livro com o qual os alunos têm contato e chega a adentrar em suas residências. Nesse sentido, ressaltamos a importância desse recurso no desenvolvimento das atividades em sala de aula, não apenas como um roteiro a ser seguido, mas como um suporte capaz de conferir maior significado às aulas de História.

Conforme ressaltado por Cavalcanti (2016), o livro didático é uma construção social, fruto do trabalho coletivo de várias pessoas, e deve ser explorado como uma fonte de investigação em pesquisas acadêmicas, bem como objeto de estudo em sala de aula. Nesse sentido, é importante problematizar o fato de que os livros não são constituídos somente por verdades absolutas, permitindo questionamentos e análises críticas.

O livro didático oferece informações contextualizadas e recursos visuais que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, ele pode servir como uma fonte de referência para os alunos, ampliando seus conhecimentos sobre o tema, tendo o potencial de estimular a reflexão crítica dos estudantes, apresentando diferentes perspectivas e abordando questões relevantes para a compreensão da história e da sociedade. Com orientação do professor o livro didático pode desempenhar um importante papel como ferramenta pedagógica, enriquecendo as aulas de História e promovendo o desenvolvimento dos alunos.

Porém, vale ressaltar que existem muitas críticas direcionadas aos livros didáticos de história, sendo um dos temas relevantes dentro das pesquisas acadêmicas, suscitando debates acerca de suas limitações e desafios. Uma das principais críticas está relacionada à tendência de apresentar uma história linear e simplificada, deixando de abordar a complexidade e as nuances dos eventos históricos. Além disso, a falta de pluralidade de perspectivas é frequentemente apontada, com a predominância de uma visão eurocêntrica e a marginalização de narrativas e contribuições de grupos sub-representados. A ausência de atualização

adequada também é uma crítica comum, já que os livros didáticos podem não acompanhar os avanços historiográficos e as mudanças sociais, gerando informações desatualizadas criando lacunas na compreensão dos estudantes.

Assim, percebemos o livro didático levando em conta suas limitações que precisam ser evidenciadas e problematizadas. Porém, entendemos também que este pode ser uma ferramenta relevante para o ensino de história e pesquisas acadêmicas. Afinal, “[...] pode conduzir a campos reflexivos plurais e a fronteiras permanentemente abertas em termos de investigação quanto ao ensinar-aprender História.” (ALVIM; MIRANDA, 2008, p.116). Além de ser um material de fácil acesso para alunos e professores, o livro didático é um importante meio de difusão do conhecimento histórico, apresentando uma sequência lógica de conteúdos que possibilita a compreensão e a contextualização dos fatos históricos, sendo por muitas vezes definidor do processo de ensino da História.

Dessa forma, inicialmente é importante destacar que a coleção *História, Sociedade e Cidadania* evidencia em seu título terminologias/conceitos que podem facilmente ser relacionados a uma discussão que leve a um processo de educação patrimonial dentro de Ensino de História. Como sabemos, os conceitos e termos possuem uma historicidade e podem ser apropriados de diferentes formas dependendo do tempo e finalidade para a qual são utilizados.

Neste ponto, é possível associar facilmente o conceito de cidadania à questão patrimonial. Ao refletirmos sobre a relevância desta temática, que buscamos desenvolver nesta dissertação, é fundamental considerar a importância do ensino de História na promoção da "capacidade que ela terá de preparar os alunos para a sociedade em que vivem" (ALVES, 2016, p. 12). Afinal, a garantia do exercício da cidadania reside no fato de que o estudo da História está intrinsecamente ligado ao conhecimento do passado (ALVES, 2016).

Dessa forma, a educação patrimonial oferece aos estudantes a oportunidade de questionar sua realidade, utilizando o conhecimento histórico como ferramenta. O patrimônio cultural deve ser visto como resultado de reivindicações de grupos que se identificam com ele, incentivando práticas conscientes de cidadania ao exigir sua preservação. “[...] Daí que a construção da cidadania seja um processo que diz respeito à relação das pessoas e grupos com o Estado e, mais recentemente, com o sentimento de pertencimento à nação” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 15).

Esta discussão só é possível a partir da ampliação que houve nos sentidos atribuídos ao patrimônio ao longo do tempo. Pois, segundo Funari e Pelegrini (2009, p. 10), apesar de inicialmente a palavra remeter a “[...] origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família.” É possível perceber hoje que o sentido atribuído a essa terminologia já passou por ampliações. Segundo Choay (2006, p.11):

Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.

É a partir desse entendimento de mobilidade temporal e espacial que entendemos que os conceitos de Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural podem fazer parte do Ensino de História dentro do ambiente escolar. Afinal, apesar da questão patrimonial fazer parte de diversos debates na contemporaneidade “[...]a expansão e revolução conceitual do patrimônio cultural ressignificaram e potencializaram, nas últimas décadas, as ideias de arte, história, cultura e educação, o que justifica a sua presença nos espaços oficiais e nos textos das leis contemporâneas.” (TOLENTINO; BRAGA, 2016, p. 8). Assim, evidentemente, o ensino de história deve possibilitar aos alunos acessar esse debate durante as aulas ou projetos escolares.

Além do conceito de *cidadania*, o título do livro didático que nos propomos analisar também traz a abordagem da terminologia *sociedade*, que pode ser relacionada com a questão patrimonial, já que o patrimônio cultural demonstra bem as questões que a sociedade atribui relevância e as que são tornadas irrelevantes com o tempo. Afinal, o que ainda permanece na sociedade é fruto de reivindicação e constância na prática dos saberes e fazeres ou na permanência de bens materiais por seu valor simbólico na construção da identidade dos sujeitos que se sentem representados coletivamente por eles.

Embora o título da obra didática não faça menção às expressões "educação patrimonial" ou "patrimônio cultural", é perceptível que a reflexão sobre sociedade e cidadania pode intencionalmente levar à conexão com esses conceitos. Isso se deve ao fato de que o título dialoga com um outro recurso que é utilizado nas capas do material: as imagens que claramente destacam patrimônios históricos e

culturais de diversas regiões do Brasil. Essas representações visuais enriquecem o conteúdo didático com exemplos concretos da diversidade cultural brasileira.

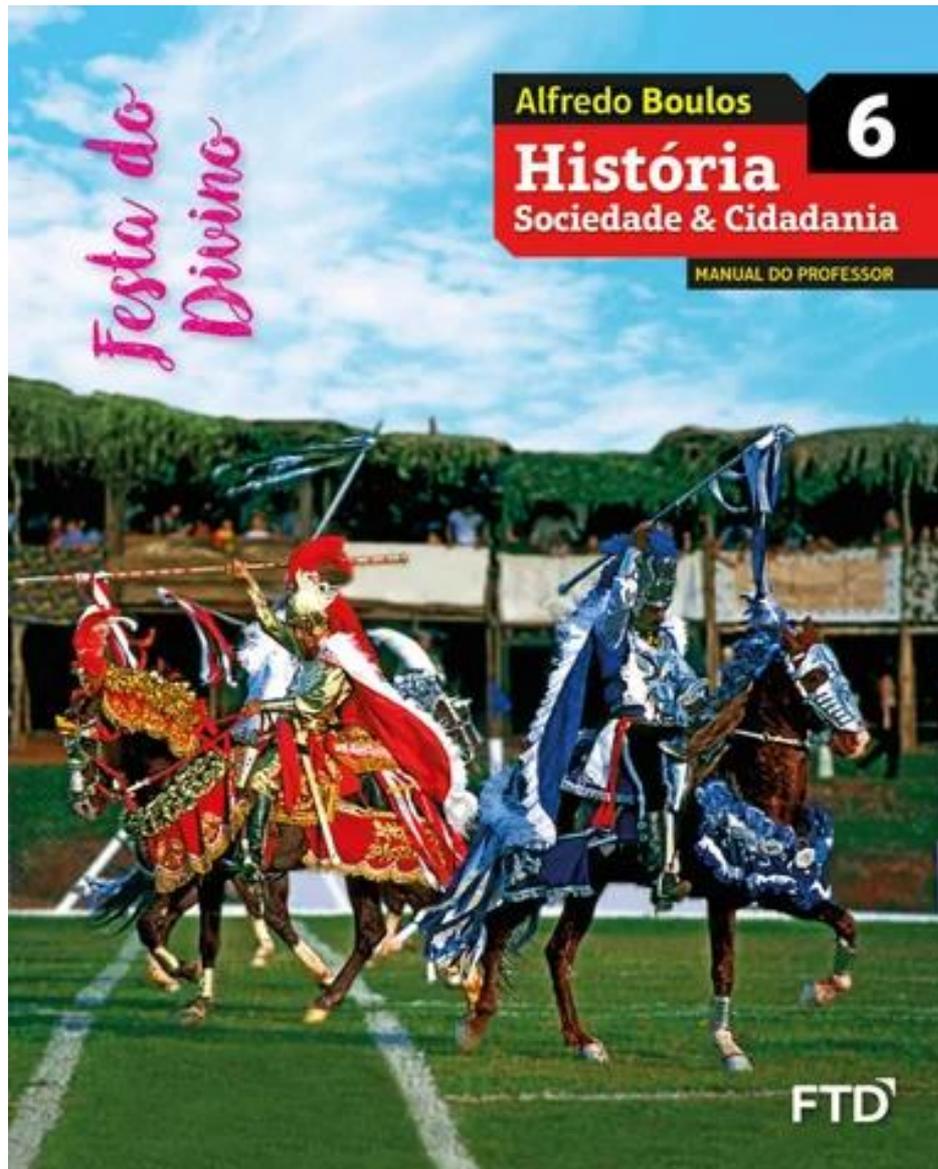
Assim, a obra didática mesmo antes de ser aberta aborda implicitamente a dimensão da educação patrimonial ao sensibilizar os alunos para a riqueza cultural e histórica do país por meio do uso de imagens. A respeito dessa questão, Knauss (2006, p. 99) nos ajuda a entender que “[...] desde o tempo em que se fixou a palavra escrita, o novo código não veio substituir a imagem. A convivência entre expressão visual e expressão escrita sempre foi muito próxima”. Dessa maneira, reconhecendo que há uma intencionalidade na escolha das imagens de cada capa dos livros do 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental que nos propomos analisar, destacamos que a falta de aproximação entre imagem e texto pode prejudicar o entendimento da mensagem que se busca transmitir (KNAUSS, 2006). Por meio do uso de recursos visuais, podemos observar que o patrimônio cultural foi um aspecto central na seleção da imagem que ajuda a promover a proposta da capa da coleção.

A partir desta constatação inicial, pretendemos exibir e analisar as imagens que compõem as capas dos livros didáticos do ensino fundamental anos finais, para então perceber se o que está disposto na capa condiz com a proposta do restante do conteúdo da obra.

Observamos que a criação de um livro didático é uma tarefa que envolve uma equipe com funções específicas e bem definidas. Além do autor do livro didático entre os profissionais envolvidos, encontramos o gerente de arte, a coordenadora de arte, e especialistas dedicados ao projeto da capa, à fotografia da capa e ao tratamento das imagens. Além disso, há um supervisor de arte, editores de arte, bem como pessoas responsáveis por ilustrações, iconografias e cartografias.

Esse trabalho colaborativo é importante para garantir a qualidade do produto que chega até as salas de aula, permitindo que cada membro da equipe contribua com suas impressões e especialidades para a obra didática. Esse tratamento com as imagens é relevante para que o livro não apenas atraia visualmente o aluno, mas também reflita com precisão o conteúdo e a proposta educacional da obra.

Figura 7: Capa do Livro de História do 6º Ano

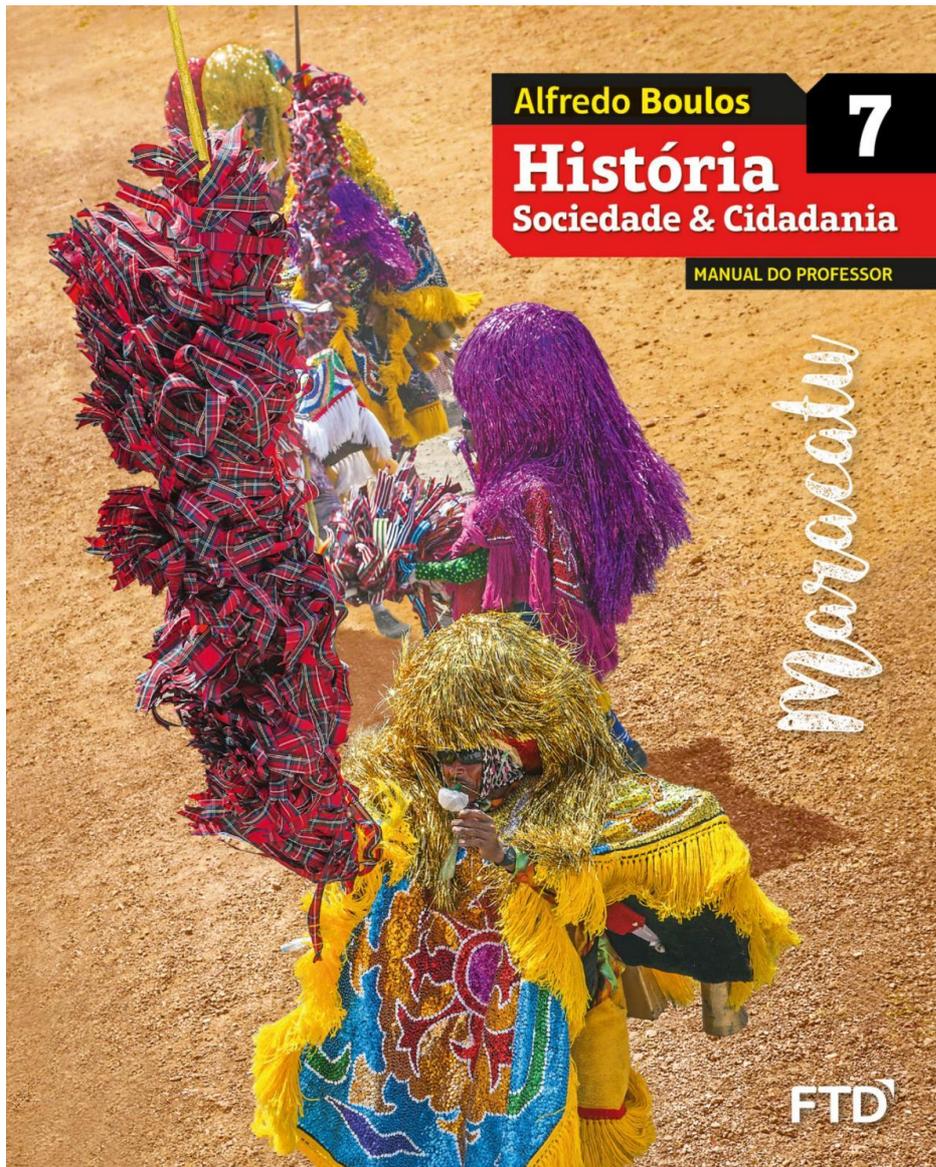


Fonte: Boulos, 2018. (Livro digital)

A imagem presente na capa do material didático destinado ao 6º ano do ensino fundamental evidencia a Cavalhada de Pirenópolis (GO) com menção à Festa do Divino. Mais especificamente, voltando ao uso da imagem, ela busca fazer menção à Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, patrimônio imaterial nacional registrado pelo IPHAN no Livro das Celebrações.

A celebração articula o passado ao presente, envolvendo permanentemente toda a cidade e determinando os padrões de sociabilidade local. A cidade faz a festa e a festa faz a cidade. Por meio dela, marca-se o tempo, reproduzem-se estruturas sociais e configuram-se identidades coletivas e individuais. (IPHAN, 2010, p.13)

Figura 8: Capa do Livro de História do 7º Ano



Fonte: Boulos, 2018. (Livro digital)

A imagem destacada na capa do livro do 7º ano do ensino fundamental evidencia o maracatu rural de Aliança, no estado de Pernambuco, em 2015, uma manifestação registrada como patrimônio imaterial. No site do IPHAN, conseguimos encontrar inclusive prêmios de salvaguarda e proteção dessa manifestação cultural em diversas cidades de Pernambuco, além do fato de que, desde 2014, o maracatu rural é considerado patrimônio imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Figura 9: Capa do Livro de História do 8º Ano



Fonte: Boulos, 2018. (Livro digital)

A imagem acima retratada na capa do livro do 8º ano do ensino fundamental evidencia a celebração de uma tradição junina com a apresentação de quadrilhas juninas. O Arraial de Belô como é conhecido, é uma festa com uma programação diversificada de apresentações de quadrilhas juninas e outras apresentações artísticas que acontecem em Belo Horizonte – Minas Gerais.

No entanto, é importante ressaltar que, enquanto essa festividade é significativa por destacar a grandiosidade das festas juninas no Sul e Sudeste, em outras regiões do país há uma forte presença de quadrilhas juninas como no caso da Região Nordeste, com presença de fogueiras, músicas e comidas típicas, trajes

tradicionais, entre outros elementos que compõem a tradição junina nacional. Essa forte persistência na permanência de tais tradições novamente nos leva à reflexão sobre o patrimônio imaterial.

Figura 10: Capa do Livro de História do 9º Ano



Fonte: Boulos, 2018. (Livro digital)

Na capa do livro do 9º Ano do Ensino Fundamental, está exposta uma dança tradicional gaúcha, o xote de duas damas, em Santa Maria (RS), de 2017. Em 2005, essa dança foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial do estado do Rio Grande do Sul (BOULOS, 2018, contracapa). Vale destacar que, além das danças tradicionais gaúchas, as músicas e as letras, também foram reconhecidas como

integrantes do patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

A partir de tais constatações, antes mesmo de verificar o conteúdo do interior da coleção podemos perceber que houve uma preocupação na escolha das imagens que iriam compor a parte externa da obra. É evidente, por tanto, que no processo de construção do material didático o patrimônio cultural foi eleito para fazer parte da exibição externa da obra.

Partindo dessa perspectiva, ao analisarmos o interior da coleção destinada por meio do manual digital para os professores do componente curricular de História, identificamos que vários conceitos fundamentais do campo histórico são selecionados para integrar todos os volumes da coleção, incluindo o de Patrimônio Cultural, com base na proposta dos PCNs, evidenciado na imagem abaixo:

Figura 11: Conceitos-Chave da Área de História (Fotografia do livro do Boulos)

1.5 CONCEITOS-CHAVE DA ÁREA DE HISTÓRIA

A disciplina História, nos anos finais do Ensino Fundamental, segundo os PCN, não pretende fazer do aluno um historiador. Seu compromisso maior é com a facilitação ao aluno do acesso à construção do conhecimento histórico, por meio do uso e do cruzamento de fontes variadas e de diferentes tipos de documento (BRASIL, 2017, p. 396). Nesta obra, trabalhamos alguns conceitos-chave na nossa disciplina – como o de História, tempo, cronologia, cultura, patrimônio cultural, identidade, memória, política e cidadania. A seguir, organizamos uma espécie de glossário com esses conceitos, que pode ser útil ao trabalho do professor na preparação de sua aula.

Fonte: Boulos, 2018, p. VIII, volume 1 (Livro digital)

Portanto, como já foi evidenciado no capítulo anterior, notamos uma ausência na BNCC em relação à menção dos conceitos de educação patrimonial ou patrimônio cultural nas séries dos anos finais do ensino fundamental. Isso é problemático, considerando que os PCNs abrem uma possibilidade maior para essa discussão. A obra em questão intitulada *História, Sociedade e Cidadania*, evidencia isso e destaca a pretensão de estabelecer um diálogo entre o conceito de patrimônio cultural com os conteúdos propostos em seus capítulos, algo significativo, uma vez que atribui um maior valor a essa questão em uma obra que foi amplamente escolhida e distribuída em todo o Brasil.

Diante do nosso interesse em analisar como o patrimônio cultural está representado dentro da coleção, é que, a partir de Chartier (2002) entendemos que

representações são construções sociais. Portanto, através da análise de textos, imagens e atividades podemos perceber como essa representação ocorre.

Assim, conseguiremos identificar quais aspectos do patrimônio cultural são incluídos ou excluídos da obra didática, revelando as intencionalidades. Afinal, a ausência de determinadas questões também pode representar certas intenções educacionais, revelando o olhar que o autor possui acerca desse conceito dentro do ensino de história, problematizando questões ou reforçando a perpetuação de visões cristalizadas do mundo.

Para tanto, imagens e ilustrações são significativas no nosso processo de análise, afinal também são representações culturais (CHARTIER, 2002) perpassadas de significados, podendo direcionar o olhar do aluno para um processo de educação patrimonial ou moldar a percepção dos estudantes sobre a questão. A análise das imagens, portanto, pode nos fornecer informações sobre como os bens culturais estão visualmente comunicados.

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo. (CHARTIER, 2002, p.24)

Partindo dessas questões, ao investigar o conteúdo de cada volume da coleção, percebemos que é possível estabelecer uma conexão entre os conteúdos abordados no volume destinado ao 6º Ano e o conceito de patrimônio cultural. Especialmente na primeira unidade, que dialoga com o fazer historiográfico, destacando permanências e mudanças, e abrindo um diálogo sobre a ideia de tempo histórico e espaço. Nesse volume, são feitas reflexões em torno das diferentes formas de gerenciamento do tempo, dependendo da cultura, religião e lugar. A abordagem tradicional nos livros didáticos é a linearidade de periodizações, embora essa forma de percepção do tempo já seja bastante criticada pelos historiadores atuais, ela ainda é apresentada na coleção.

Essa constatação nos leva, inicialmente, a perceber que, no conteúdo inicial do primeiro capítulo, há uma apresentação superficial do conceito de patrimônio cultural material como forma de pensar permanências e mudanças. Dessa maneira, ele é representado por meio de imagens e legendas de edificações que compõem centros históricos considerados como Patrimônio Mundial da UNESCO.

Na proposta de atividades que encerra o primeiro capítulo, também evidenciamos a representação do patrimônio cultural ao identificar a presença da imagem do edifício da Câmara Municipal de Ouro Preto – Minas Gerais, que atualmente abriga o Museu da Inconfidência. Além disso, o Centro Histórico de Salvador – Bahia é destacado, sendo reconhecido por sua importância cultural e tombado pela UNESCO como Patrimônio Histórico, Cultural e Material da Humanidade. Essas referências exemplificam como os conteúdos didáticos podem conectar os alunos ao patrimônio cultural de diferentes regiões. No entanto, é possível que essa conexão seja feita a partir da presença de bens patrimoniais da região na qual o aluno está inserido.

Figura 12: O que a História estuda? (Fotografia do livro do Boulos)

O que a História estuda?

Bem, você deve estar se perguntando aonde queremos chegar apresentando todas essas mudanças. Afinal, o que a História estuda?

A História estuda justamente o processo de **mudanças** ocorridas nas sociedades. Incluem-se aí as mudanças no campo da comunicação, da moda, da alimentação, da construção de moradias, do lazer, entre outras.

Mas a História não estuda apenas as mudanças. Estuda também as **permanências**, ou seja, aquilo que, mesmo com o passar dos anos, não mudou ou mudou pouco. Exemplos disso são as construções presentes em algumas cidades brasileiras, como Ouro Preto, São Luís, Olinda, Goiás e Salvador. Repare que elas são muito antigas; foram construídas há muito tempo e preservadas até hoje.



Vista aérea do Largo do Alto da Sé com destaque para a Catedral da Sé, à direita, construção iniciada em 1548; à esquerda, farol inaugurado em 1941, situado no alto do Morro do Serapião. Olinda (PE), 2013. O Brasil tem 19 sítios considerados como Patrimônio Mundial da Unesco, dentre os quais estão os centros históricos das cidades de Ouro Preto, São Luís, Olinda, Goiás e Salvador.

Figura 13: Atividades (Fotografia do livro do Boulos)

ATIVIDADES

I Retomando

1. O que se pode concluir observando as imagens a seguir?



2. Observando as fotografias dessa importante construção situada na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, o que é possível concluir?



3. A atividade 1 mostra imagens de mudanças ocorridas na história; já a atividade 2 mostra exemplo de lugares que, mesmo com o passar do tempo, continuam muito parecidos com o que eram há décadas. Afinal, o que a História estuda?

20

Figura 14: Atividades (Fotografia do livro do Boulos)

4. Analise as afirmações e a imagem a seguir.



Centro histórico de Salvador (BA), 2017.

- I. A História estuda as mudanças e as permanências ocorridas nas sociedades humanas. No caso da imagem do centro histórico de Salvador, pode-se perceber que muitas construções continuam como antes, o que indica uma permanência.
- II. O historiador age como um detetive, constrói uma versão da História a partir dos vestígios deixados pelos seres humanos.
- III. Para construir um conhecimento sobre determinado povo ou episódio, o historiador necessita do saber elaborado por profissionais de outras áreas, a exemplo dos arqueólogos.

Das afirmações anteriores:

- a) apenas I e II estão corretas.
 - b) apenas II e III estão corretas.
 - c) apenas I e III estão corretas.
 - d) todas estão corretas.
5. Como vimos, há sobre a Terra uma variedade de povos, de culturas e de calendários. Com base no que você estudou, responda:
- a) O que é um calendário?
 - b) Quais as datas usadas por judeus e muçulmanos como marco inicial de seus calendários?
 - c) O ano 2022, no calendário cristão, corresponde a qual ano no calendário judeu? E no calendário muçulmano?

21

Fonte: Boulos, 2018, p. 20-21, volume 1 (Livro digital)

O texto de apoio destinado ao professor de história, localizado no livro digital próximo à atividade proposta ao final do primeiro capítulo, destaca uma possível brecha que pode ser percebida como uma possibilidade para o desenvolvimento do tema na sala de aula com o desenvolvimento de metodologias que fomentem a discussão sobre o que constitui o Patrimônio Cultural. É evidenciado que a cidade de Ouro Preto - MG é um "lugar de memória" que sobrevive à passagem do tempo como forma de resistência. Este exemplo pode ser utilizado como ponto de partida para atividades que explorem a importância e o significado do patrimônio cultural, incentivando os alunos a refletir sobre a preservação e valorização do patrimônio cultural.

Figura 15: Texto de Apoio (Fotografia do livro do Boulos)

Texto de apoio

Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica

Em 1897 é fundada Belo Horizonte. Ouro Preto adentra um período de ostracismo e melancolia. No entanto, o esquecimento que espreitava a cidade atuará como catalisador de sua reinvenção: lutar contra o esquecimento motivou a construção de uma nova visão sobre a antiga capital mineira; seu passado torna-se o motivo de sua preservação arquitetônica. De cidade jogada no limbo do tempo, Ouro Preto transformar-se-ia em suporte de uma memória histórica e coletiva, ou seja, um "lugar da memória". Aqui, o perigo da ruína completa e do esquecimento gera as condições de construção de uma imagem histórica. Justamente por ter perdido seu papel de centralidade política, e adentrado um período de perdas econômicas, é que Ouro Preto irá constituir-se como um "lugar da memória". A perspectiva da ruína e do esquecimento atua em função de sua rememoração e de seu simbolismo histórico: a cidade passa a ser vista como vestígio de um passado porque atesta em sua materialidade as mudanças que se deram no

tempo, isto é, ela serve como prova, como testemunho da passagem e das cisões temporais pelas quais a história se constrói.

Já não mais sendo a capital de Minas Gerais, mas sendo uma cidade "antiga", e representando, pela sua arquitetura, a imagem de um mundo pretérito, Ouro Preto será pronunciada como a cidade guardiã de uma memória histórica que resiste aos processos sociais destrutivos do mundo moderno. O "lugar da memória" surge, assim, do que sobrevive, ou remanesce, ao tempo destruidor da modernidade. [...]

O paradoxo de tal equação está no fato de que os mesmos fatores que contribuem para o esquecimento, para a ruptura do presente com o passado, servem como êmulos na reconstrução desse passado [...].

NATAL, Caion Meneguello. Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica. *Urbana*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-20, abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635117/2932>>. Acesso em: 12 set. 2018.



Acima, edifício da Câmara Municipal de Ouro Preto (MG), em 1853. Ao lado, o mesmo edifício, em 2010. Hoje, ele abriga o Museu da Inconfidência.

3. A atividade 1 mostra imagens de mudanças ocorridas na história; já a atividade 2 mostra exemplo de lugares que, mesmo com o passar do tempo, continuam muito parecidos com o que eram há décadas. Afinal, o que a História estuda?

20

Fonte: Boulos, 2018, p. 20, volume 1 (Livro digital)

Além disso, pudemos observar que, no segundo capítulo, visando atender à habilidade EF06HI02 da BNCC, como descrito no campo das orientações gerais (BOULOS, 2018), é abordado o assunto referente às fontes históricas com apresentação dos tipos de fontes (escrita, visual, oral ou da cultura material). É possível observar que há exposição de imagens e textos que podem ajudar a consolidar um diálogo referente à ideia do patrimônio cultural material, a partir da materialidade de certos objetos culturais que fazem parte do cotidiano dos indivíduos.

Figura 16: As Fontes da História (Fotografia do livro do Boulos)

As fontes da História

O trabalho do historiador é semelhante ao do detetive. Ao investigar um caso, o detetive usa os vestígios deixados pelos envolvidos, como, por exemplo, um fio de cabelo, um brinco, uma lata vazia... O historiador age da mesma forma: utiliza todos os vestígios ou pistas disponíveis para construir um conhecimento sobre a História. Os vestígios (escritos, imagens, objetos etc.) produzidos pelas pessoas na sua passagem pela Terra são chamados de fontes históricas.

As fontes históricas podem ser escritas, visuais, orais ou da cultura material.

Cédulas de identidade, diários, leis etc. são exemplos de fontes escritas.

Fotografias, pinturas, desenhos, cartões-postais são exemplos de fontes visuais.

DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento [...].

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Trecho do Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 13 de julho de 1990.



Uma fotografia é um exemplo de fonte visual.

Figura 17: Fontes da História (Fotografia do livro do Boulos)

Cantigas, lendas, entrevistas são exemplos de fontes orais. Nas sociedades que não usam a escrita é quase sempre pelos mais velhos que os mais novos ficam sabendo da história de seu povo. As lembranças dos mais velhos são, portanto, uma fonte para o conhecimento da História.



A entrevista é um exemplo de fonte oral. O menino grava e depois transcreve a entrevista. São Paulo (SP), 2017.

Brinquedos, móveis, vestimentas etc. são objetos da cultura material de um grupo ou povo e, como tal, também são importantes fontes históricas.

A bombacha (calça larga presa ao tornozelo por botões), a bota e a cuiá de beber o chimarrão (bebida feita com as folhas da erva-mate) são exemplos de objetos da cultura material dos gaúchos. Podemos usá-los como fonte para o estudo sobre eles. Guaíba (RS), 1999.



Fonte: Boulos, 2018, p. 25, volume 1 (Livro digital)

Neste capítulo, também é possível identificar nas atividades a potencialidade de se pensar a educação patrimonial através dos objetos da cultura material, afinal conforme está disposto no Guia Básico da Educação Patrimonial:

Descobrir esta rede de significados, relações, processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados, que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização é a tarefa específica da Educação Patrimonial. (HORTA et al., 1999, p. 7).

Pensar a educação patrimonial a partir da utilização dos objetos da cultura material envolve utilizar esses objetos como ferramentas pedagógicas na promoção da compreensão e valorização do patrimônio cultural. Quando se trata de pensar o uso de objetos na educação patrimonial, é evidente que “O patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles” (HORTA et al., 1999, p. 6).

Objetos da cultura material, como utensílios domésticos, vestimentas, ferramentas, obras de arte e construções, são evidências materiais da história e das tradições de uma coletividade. Ao explorar esses itens, os alunos podem investigar os contextos históricos e sociais em que foram criados e usados, compreender processos de fabricação e identificar as relações de troca e uso que deram sentido a esses objetos ao longo do tempo.

Além disso, esse enfoque permite que os alunos desenvolvam habilidades críticas ao analisar como os objetos refletem mudanças sociais, econômicas e tecnológicas ao longo do tempo, integrando aspectos materiais e imateriais da cultura e ressaltando a relevância dos objetos cotidianos como portadores de memória e identidade cultural.

Figura 18: Você cidadão! (Fotografia do livro do Boulos)

III Você cidadão!

Leia a notícia a seguir com atenção.

Os mantos tupinambás são resquícios exuberantes do povo que dominava a costa do Brasil há 500 anos. Há apenas seis exemplares preservados no mundo que ainda trazem quase intactos os trançados de fibras naturais e penas vermelhas de guarás e azuis de ararunas.

Mas, apesar de eles terem sido confeccionados em território nacional, os brasileiros que queiram conhecê-los terão de viajar ao exterior: todos os exemplares de mantos tupinambás de que se tem notícia estão em acervos da Europa.

O mais conhecido e conservado deles está em [...] Copenhague, capital da Dinamarca. O exemplar foi exposto no Brasil em 2000, nas comemorações dos 500 anos do descobrimento pelos portugueses.

Foi nessa ocasião que povos que reivindicam ser herdeiros dos tupinambás, em especial os Tupinambá de Olivença, na Bahia, passaram a requerer o retorno do manto. Desde então, porém, apesar de contarem com o apoio de universidades e outras organizações, não tiveram sucesso em reaver os objetos.

[...]

ALVIM, Mariana. Das peças indígenas a fósseis: os itens culturais brasileiros que estão ou correm risco de ir parar no exterior. **BBC Brasil**, São Paulo, 3 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42405892>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Manto tupinambá, c. 1600. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.



- Que tipo de fonte histórica são mantos tupinambás?
- Esses mantos podem ser considerados parte do nosso patrimônio material?
- Em sua opinião, é correta a atitude dos herdeiros dos Tupinambá de pedir o retorno do manto para o Brasil?

35

Fonte: Boulos, 2018, p. 35, volume 1 (Livro digital)

Ao longo do livro do 6º Ano, é possível identificar o uso frequente de imagens de lugares, objetos da cultura material (bustos, estátuas, manequins, artesanato, edificações, danças, entre outras possibilidades) e patrimônios reconhecidos institucionalmente pelo seu valor histórico e cultural. No entanto, muitas vezes, torna-se indispensável que o professor contextualize melhor essas imagens, pois, sem uma explicação adequada, elas podem não fazer sentido para os discentes dentro do texto. O diálogo entre imagens e texto é necessário e pode ser enriquecido

através de uma ampliação por meio de pesquisa e uso de outras metodologias educacionais.

Assim, na perspectiva de como o patrimônio cultural é representado na coleção, especificamente no livro do 6º Ano do ensino fundamental, considerando a discussão sobre bens patrimoniais da região onde a pesquisa é desenvolvida, ainda se mostra muito distante do cotidiano dos alunos do Crato – CE, encontramos, na seção “Para saber mais” do quarto capítulo, intitulado “Primeiros Habitantes da América”, uma referência ao Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no Piauí, um dos estados da região Nordeste, reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Essa referência precisa ser contextualizada dentro de um diálogo que busque evidenciar a questão patrimonial no ensino de história.

Figura 19: Para Saber Mais (Fotografia do livro do Boulos)

PARA SABER MAIS



LEONARDO BORGES / AFEISS

Niède Guidon e sua luta

Niède Guidon nasceu em Jaú (São Paulo), doutorou-se em Arqueologia na França e pesquisa sítios situados no Piauí desde 1973. Sua luta e determinação levaram à criação do **Parque Nacional da Serra da Capivara**, em 1979, no município de São Raimundo Nonato, no Piauí. Anos depois, para administrar o parque foi criada a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), onde se encontram milhares de pinturas rupestres, restos de fogueiras, **urnas funerárias** e ossadas de animais “pré-históricos”.

Atualmente, Niède Guidon luta para transformar o Parque Nacional da Serra da Capivara num grande centro turístico. 📺

Arqueóloga Niède Guidon. Brasília, 2013.

Dica!
Patrimônio Mundial da Unesco: Serra da Capivara (Piauí).
Duração: 2 min. Disponível em: <<http://livro.pro/opiy3c>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

Urna funerária: vaso grande onde eram enterrados os restos mortais de um indivíduo.

A área arqueológica de São Raimundo Nonato



Fonte: ATLAS geográfico escolar. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 163.

DIALOGANDO

A transformação do Parque Nacional da Serra da Capivara num centro turístico pode ajudar as pessoas que vivem na região? Como?

Em 1991, o Parque Nacional da Serra da Capivara – um verdadeiro tesouro arqueológico – foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

O mesmo pôde ser evidenciado no segundo volume da coleção, destinada ao 7º Ano do ensino fundamental. A ausência de representação dos patrimônios do Ceará no livro didático é um reflexo da maneira como a diversidade cultural brasileira é frequentemente apresentada de forma desigual e centrada em regiões mais conhecidas historicamente, como as capitais do Rio de Janeiro e da Bahia. No segundo volume da coleção, enquanto há uma evidente representação de culturas distantes como astecas, maias e incas, através de imagens, textos e legendas, a proximidade com a realidade dos alunos cearenses se perde.

Um dos poucos momentos em que o livro toca nas influências culturais africanas, no Capítulo 2 da obra, intitulado “Povos e Culturas Africanas: Malineses, Bantos e Iorubás”, ainda assim, se concentra mais nas raízes dessas culturas na Bahia do que em outros estados, como o Ceará. No Capítulo 10, “Africanos no Brasil”, embora haja referência ao patrimônio afro-brasileiro como forma de resistência, as imagens novamente focam principalmente na Bahia e no Rio de Janeiro, com apenas uma menção à capoeira em Uruaú, Ceará, na seção das atividades no final do capítulo por meio de uma imagem e legenda. Evidenciamos isso nas imagens abaixo:

Figura 20: Os iorubás (Fotografia do livro do Boulos)

Os iorubás

Nas terras da África ocidental viveram povos igualmente importantes na formação cultural do Brasil; entre esses povos merecem especial atenção os iorubás.



Fonte: Boulos, 2018, p. 35, volume 2 (Livro digital)

Figura 21: Iorubás no Brasil (Fotografia do livro do Boulos)

Iorubás no Brasil

Segundo o estudioso Pierre Verger, foi principalmente após 1830, quando os muçulmanos destruíram a cidade de Oiô, capital política dos iorubás, que eles foram trazidos para o Brasil como escravos, tendo entrado, em grande número, pelo porto de Salvador. Entre os iorubás aqui chegados havia muitos sacerdotes, príncipes, líderes políticos e artistas, que foram empregados, sobretudo, em trabalhos urbanos e domésticos, na cidade de Salvador e no Recôncavo Baiano. Embora trazidos à força e em condições adversas, os iorubás fizeram história e arte em solo brasileiro.

A arte de matriz iorubá pode ser vista em várias regiões do Brasil, mas é a Bahia seu principal polo de irradiação; lá nasceram ou vivem alguns dos grandes nomes da música e das artes plásticas de matriz iorubá.

Na música temos vários artistas herdeiros da tradição iorubá, como os integrantes dos blocos **Olodum** e **Ilê Aiyê** e a cantora **Margareth Menezes**.

Margareth Menezes (1962) é uma cantora, compositora e produtora musical. Autora de momentos marcantes para a música popular brasileira, Margareth, nos seus mais de 20 anos de carreira, tornou-se popular pela potente voz. Viajou a todos os continentes, contabilizando várias turnês mundiais e álbuns lançados. Os álbuns *Elegibô* e *Kindala* alcançaram, respectivamente, a 1ª e 2ª posições da *Billboard World Albums*. Na fotografia, vê-se Margareth se apresentando na Costa do Sauípe (BA), em 2013.



Figura 22: Mestre Didi (Fotografia do livro do Boulos)

Mestre Didi (1917-2013) foi escultor e escritor baiano, expoente da arte de matriz iorubá no Brasil.



Mestre Didi, 2009.

Cetro da ancestralidade, obra do artista. Salvador (BA). Fotografia de 2015.

38



Fonte: Boulos, 2018, p. 38, volume 2 (Livro digital)

Figura 23: Resistencia (Fotografia do livro do Boulos)

Resistência

A escravidão é uma instituição muito antiga e existiu em várias partes do mundo. Mas, onde houve escravidão, houve resistência. No Brasil, não foi diferente. O excesso de trabalho, a disciplina rigorosa, os castigos, o fato de o senhor não cumprir com a palavra quando um escravizado conseguia juntar dinheiro para comprar sua carta de alforria, tudo isso provocou diferentes formas de resistência entre os escravizados. Eles resistiam praticando religiões de origem africana; jogando **capoeira**; promovendo festejos, como o **congado**, o **reisado**, o jongo; e fundando irmandades.

As irmandades eram associações organizadas por leigos e que tinham sede em igrejas católicas. Para que uma irmandade funcionasse era necessário que tivesse seus estatutos aprovados por uma autoridade da Igreja católica. As irmandades promoviam: o culto aos seus santos padroeiros; a cooperação entre seus membros para construir, reformar ou ornamentar uma igreja; a assistência mútua entre seus integrantes. A assistência era de ordem **material** (protegendo suas famílias da pobreza) e **espiritual**, garantindo aos integrantes apoio na hora da morte (missa de corpo presente, sepultamento digno e orações em sua intenção).

Jogo de capoeira em frente ao monumento Zumbi dos Palmares, no centro do Rio de Janeiro, durante a comemoração do Dia da Consciência Negra, data da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro (RJ), 20 de novembro de 2013.

Capoeira: dança e luta ao mesmo tempo, a capoeira foi uma forma de diversão e defesa desenvolvida no Brasil pelos africanos e seus descendentes.

Congado: tipo de dança dramática que representa a coroação de um rei (e às vezes de uma rainha) do Congo, constituída de um cortejo com passos e cantos, em que a música acompanha a expressão dramática dos textos, e que se caracteriza pela embaixada, e por lutas simbólicas de espada.

Reisado: festa popular que se realiza na véspera e no dia de Reis. Tipo de auto natalino surgido no final do século XIX, difundindo-se no Norte e Nordeste; é constituído de um figurante acompanhado por um coro cantando peças em sequência.

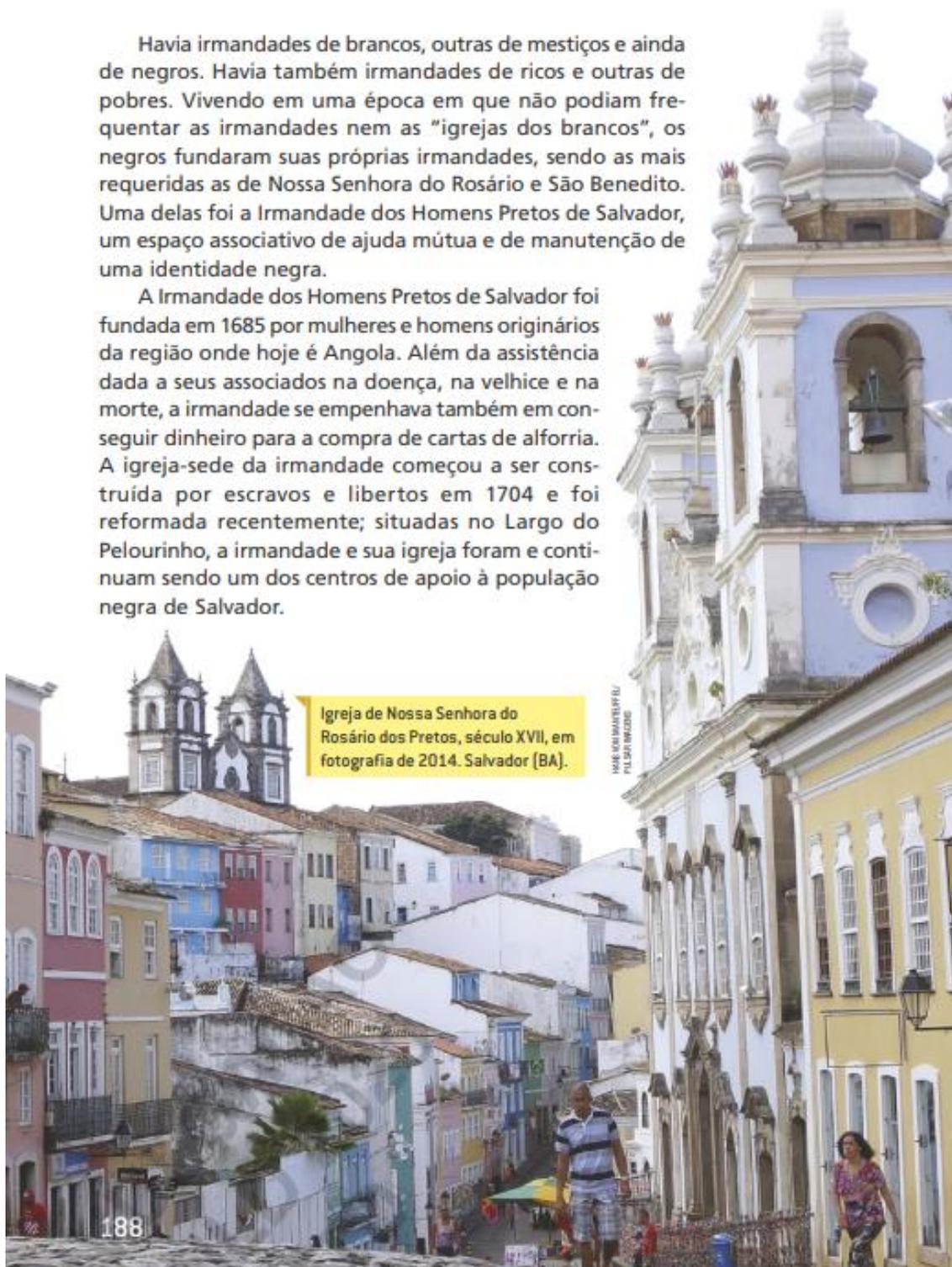


Fonte: Boulos, 2018, p. 187, volume 2 (Livro digital)

Figura 24: Resistencia (Fotografia do livro do Boulos)

Havia irmandades de brancos, outras de mestiços e ainda de negros. Havia também irmandades de ricos e outras de pobres. Vivendo em uma época em que não podiam frequentar as irmandades nem as “igrejas dos brancos”, os negros fundaram suas próprias irmandades, sendo as mais requeridas as de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Uma delas foi a Irmandade dos Homens Pretos de Salvador, um espaço associativo de ajuda mútua e de manutenção de uma identidade negra.

A Irmandade dos Homens Pretos de Salvador foi fundada em 1685 por mulheres e homens originários da região onde hoje é Angola. Além da assistência dada a seus associados na doença, na velhice e na morte, a irmandade se empenhava também em conseguir dinheiro para a compra de cartas de alforria. A igreja-sede da irmandade começou a ser construída por escravos e libertos em 1704 e foi reformada recentemente; situadas no Largo do Pelourinho, a irmandade e sua igreja foram e continuam sendo um dos centros de apoio à população negra de Salvador.



Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, século XVII, em fotografia de 2014. Salvador (BA).

MARK KONIGSBERGER/FILIPSA INEZOLO

Fonte: Boulos, 2018, p. 188, volume 2 (Livro digital)

Figura 25: Atividade (Fotografia do livro do Boulos)

5. Onde houve escravidão houve resistência.
- a) Cite algumas formas de resistência à escravidão praticadas na colônia portuguesa da América.
- b) Você já deve ter visto ou até mesmo participado de um jogo de capoeira. Com base nesse conhecimento, responda: você concorda com a autora do texto a seguir?



Capoeira na praia de Uruau (CE), 2014.

A capoeira é uma luta popular em que a “manha” e a malícia se sobrepõem à força física, posto que o mais forte não é aquele fisicamente mais avantajado, porém o mais malicioso, o mais mandingueiro. [...]

REIS, Leticia V. S. Negro em “terra de branco”: a reinvenção da identidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; REIS, Leticia Vitor de Sousa (Org.). *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Estação Ciências, 1996. p. 37.

Fonte: Boulos, 2018, p. 197, volume 2 (Livro digital)

Essa falta de representação compromete a conexão dos alunos cearenses com sua própria história e patrimônio cultural, reforçando uma visão centrada em outros lugares do Brasil, que não reflete a diversidade e a riqueza cultural do Ceará. A inclusão de mais imagens, textos e referências que abordem o patrimônio cearense não apenas enriqueceria a experiência educacional dos alunos, mas também promoveria um senso de identidade cultural mais forte e inclusivo dentro do currículo escolar.

Apesar de o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) evidenciar a educação patrimonial como parte de seus temas integradores sob a ótica de uma abordagem transversal e evidenciar que “[...] a abordagem da temática Educação Patrimonial em sala de aula é uma ferramenta indispensável para assegurar o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural local.” (SEDUC, 2019, p.83) a coleção adotada na cidade do Crato – CE aborda poucas referências a

patrimônios do Ceará, levando-nos a refletir acerca do processo de hierarquização e validação do conhecimento dependendo do local onde o produto/livro foi construído.

Além disso, o DCRC crítica a utilização do livro como substituto do currículo, já que este muitas vezes não acompanha as mudanças que ocorrem na realidade vivida pelas escolas, evidenciando que “[...] as escolas poderão tratar o contexto local a qual se está inserido, adaptando a proposta curricular ao contexto abordado do estado, município e comunidade.” (SEDUC, 2019 p. 525), abrindo assim possibilidades para inserção de temáticas dentro do ensino de história, como o patrimônio cultural.

Vale destacar que no DCRC também podemos encontrar diversas possibilidades de inserção da temática patrimonial dentro do ensino de história nos anos finais do ensino fundamental, nas suas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetos específicos que levam ao desenvolvimento de habilidades e competências que podem ser alcançadas a partir da educação patrimonial nas aulas de história.

Mais especificamente no que se refere à exposição explícita da terminologia, evidenciamos que o patrimônio histórico é mencionado dentro dos objetos específicos destinados ao 9º ano do ensino fundamental, como forma de pensar a questão da preservação do patrimônio dentro da unidade temática proposta.

No entanto, a ausência de representação mais contextualizadas do patrimônio cultural do Nordeste, em particular do Ceará, na coleção *História, Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, torna-se cada vez mais evidente ao longo dos volumes. No terceiro volume da coleção, voltado para o 8º ano do ensino fundamental, embora identifiquemos alguns elementos relativos ao patrimônio cultural, percebe-se um distanciamento crescente em relação às possibilidades de discussão sobre o patrimônio da região nordestina, especificamente no Ceará.

Encontramos apenas uma menção ao Centro Cultural Dragão do Mar em Fortaleza - CE, acompanhada de uma breve legenda explicativa. Outras poucas referências ao patrimônio no Nordeste incluem o Memorial da Balaiada em Caxias, Maranhão, e uma imagem com legenda de um monumento em homenagem à Independência da Bahia. No entanto, essas menções são muito limitadas e não representam adequadamente a riqueza e diversidade cultural do Ceará e de outros estados nordestinos.

Essa falta de inclusão mais significativa e contextualizada do patrimônio nordestino no livro didático de história não apenas mantém o desequilíbrio na representação cultural do país, mas também compromete a identificação e valorização dos alunos com sua própria história e cultura regional. A inclusão mais significativa de imagens, textos e discussões sobre o patrimônio cearense e nordestino poderia enriquecer consideravelmente o currículo e a experiência escolar, promovendo um maior entendimento sobre a pluralidade cultural que compõe o Brasil.

Figura 26: Memorial da Balaiada (Fotografia do livro do Boulos)



Fonte: Boulos, 2018, p. 168, volume 3 (Livro digital)

Figura 27: Centro de Cultura Dragão do Mar – CE (Fotografia do livro do Boulos)



Fonte: Boulos, 2018, p. 208, volume 3 (Livro digital)

No volume 4 da coleção, destinado ao 9º ano do ensino fundamental, a presença do patrimônio cultural torna-se cada vez mais ausente. Quando está presente, é apenas em brechas de determinados assuntos, como a menção ao modernismo com a Semana de Arte Moderna em 1922, ou em uma seção sobre a cultura afro-brasileira, que evidencia como a cultura brasileira é profundamente influenciada pela cultura africana em aspectos como vestimenta, culinária, danças e ritmos.

Figura 28: A cultura afro-brasileira no pós-Abolição (Fotografia do livro do Boulos)

A cultura afro-brasileira no pós-Abolição

Leia o que dois historiadores dizem sobre o assunto:

[...] A escravidão foi uma página muito triste da história do Brasil. [...] Por conta da condição de escravizados dos africanos e seus descendentes, suas práticas e costumes não eram reconhecidos, já que só era considerado cultura o que fosse criado pelos europeus.

Ainda assim, africanos e afrodescendentes imprimiram de modo decisivo suas referências no Novo Mundo. Daí dizemos que as culturas afrodescendentes têm a marca da resistência, por persistirem apesar da repressão e da desqualificação a que foram [...] submetidas em várias partes do mundo. No Brasil, a culinária, os modos de vestir, ritmos, danças, assim como as palavras e expressões gramaticais, trazem em nosso cotidiano as marcas da presença africana.

A cultura afro-brasileira também se caracteriza pela criatividade, pois ao longo de nossa história os africanos e seus descendentes foram obrigados a refazer suas vidas e inventar caminhos para sair da escravidão e enfrentar a discriminação. [...]

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA, Walter. *Uma história da cultura afro-brasileira*. São Paulo: Moderna, 2009. p. 7-9.

Dica! A importância de Lima Barreto. Duração: 5 min. Disponível em: <<http://livro.pro/zxuz4i>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Fonte: Boulos, 2018, p. 61, volume 4 (Livro digital)

Mais uma vez, a coleção não se dedica a tecer textos mais elaborados sobre o patrimônio cultural. As menções são pontuais e implícitas, não demonstrando clareza ao aluno sobre o conceito e, muitas vezes, essas menções são desconexas. A ausência de uma abordagem mais aprofundada e contínua sobre o patrimônio cultural, especialmente no contexto regional do Ceará e do Nordeste, demonstra a fragilidade com que o conceito de patrimônio cultural é abordado. Frequentemente, o patrimônio cultural é restrito a monumentos, arquitetura e locais de outras partes do mundo, dando pouca evidência ao patrimônio do Brasil e, mais especificamente, da região Nordeste.

Assim, ao analisar algumas exposições de imagens e textos nos livros da coleção, que trouxemos para exemplificar a abordagem da obra, podemos demonstrar que a obra aborda o conceito de Patrimônio Cultural. No entanto, essa abordagem não é feita de forma mais explicativa, mas sim de maneira subentendida dentro de imagens, legendas e textos. Além disso, evidenciamos uma ausência significativa de discussões sobre os bens patrimoniais que são mais próximos da realidade dos estudantes da cidade do Crato - CE.

Porém, com base nas exemplificações trazidas no livro didático, o professor pode enriquecer o diálogo, permitindo que o aluno pense sobre essa questão a partir do contexto de sua própria região, cidade ou bairro. Para tanto, nossa proposta de produto educacional, evidenciada no próximo capítulo, pode ajudar o docente a planejar esses momentos para suas aulas de história. Isso promove uma conexão mais significativa entre o conteúdo abordado e a realidade vivida pelos alunos, além de possibilitar o desenvolvimento de projetos voltados para a educação patrimonial.

Afinal, considerando que a educação patrimonial desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, ao promover a compreensão e valorização do patrimônio cultural e histórico de uma comunidade, é relevante inserir a educação patrimonial no ambiente escolar. Isso permite que os alunos conheçam e se conectem com a história, as tradições e os valores culturais que constituem a sociedade em que vivem. A inclusão da educação patrimonial no currículo escolar enriquece o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e motivados a práticas que levem à preservação de seu patrimônio cultural.

Essa abordagem multidisciplinar permite que os estudantes desenvolvam habilidades de pesquisa, análise, crítica e interpretação, ao mesmo tempo em que fortalecem sua identidade e senso de pertencimento. Além disso, a educação patrimonial incentiva a preservação e conservação do patrimônio, estimulando o respeito aos bens de natureza material e imaterial. Ao compreender a importância do patrimônio, os alunos se tornam agentes ativos na sua proteção, ajudando a construir uma sociedade mais consciente e voltada à preservação da sua história e cultura. Portanto, a educação patrimonial na escola é essencial para formar cidadãos críticos, responsáveis e comprometidos com a preservação e proteção do patrimônio cultural.

A Educação Patrimonial vem com o intuito de desmistificar o senso comum, fazendo com que os estudantes e a comunidade em geral percebam a sua casa, sua escola, o seu bairro como patrimônios culturais pertencentes a sua história. É sempre mais fácil e cômodo dar valor e significado ao que está distante de nós, e muitas vezes o que está próximo torna-se invisível e não é digno de ser valorizado e preservado (TEIXEIRA, 2008, p.203).

Portanto, é possível perceber que, dentro do ambiente escolar, existe uma oportunidade vantajosa para a disseminação dessas ideias de preservação e valorização do patrimônio cultural, visto que é na escola que os estudantes podem ter

acesso a informações e diálogos pertinentes à apropriação conceitual da qual tratamos nessa pesquisa.

Embora a coleção aborde o conceito de Patrimônio Cultural por meio de representações de imagens, legendas e atividades propostas, ficou evidente que esses elementos, por si só, não são suficientes para realizar um processo completo de educação patrimonial que leve em conta a realidade específica dos alunos, especialmente quando se trata de uma cidade no Nordeste do país com uma rica diversidade de bens culturais.

Para que a educação patrimonial tenha possibilidade de se efetivar, é relevante integrar os elementos dispostos no livro com as especificidades locais dentro do ensino de história, permitindo que os alunos conheçam o patrimônio mundial, nacional, regional, mas também se conectem com a história, as tradições e os valores culturais de sua própria comunidade. Dessa forma, o ensino de história se torna mais relevante e significativo, proporcionando uma compreensão mais profunda e uma valorização maior do patrimônio cultural do lugar onde vivem.

É aí que a figura do professor é essencial, a fim de ajudar o discente a pensar o patrimônio para além da institucionalização, mas como algo fruto de resistência e reivindicação, evidenciando também em sala de aula os patrimônios que fazem parte das experiências diárias dos mesmos e que muitas vezes passam despercebidos diante de uma contextualização sobre Patrimônio Cultural que se limita apenas aos dispostos no livro didático.

2.2 Contextualizando Ambiente Escolar para o Desenvolvimento do Estudo

Para o desenvolvimento desta pesquisa, selecionamos duas escolas da rede pública da cidade do Crato-CE para realizarmos entrevistas com os docentes, objetivando perceber se, nessas escolas, já foi possível o desenvolvimento de experiências escolares voltadas à educação patrimonial dentro do ensino de história, promovidas pelo uso da coleção de livros didáticos de história intitulada: *História Sociedade e Cidadania*, do autor Alfredo Boulos, para os anos de 2020 a 2023.

Para tanto, é importante evidenciar que as escolas participantes do estudo são a E.E.F. Aldegundes Gomes de Mattos e a E.E.F. Estado da Paraíba e que direcionamos nosso olhar especificamente aos anos finais do ensino fundamental.

Ambas as escolas estão inseridas em bairros diferentes e possuem realidades distintas.

Para tanto, com o intuito de entender melhor o contexto de cada escola utilizaremos os dados obtidos pelo Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (INSE). O INSE é um indicador que permite aos professores, à gestão escolar, ao município e à população em geral acessar o nível socioeconômico das escolas. Esse indicador contextualiza o desempenho das instituições nas avaliações e exames realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Além disso, cada estudante responde a um questionário que ajuda a identificar como o contexto social em que estão inseridos influencia seu desempenho escolar. A partir dos dados de cada instituição de ensino, é possível compreender melhor se as escolas, considerando a realidade social, cultural e econômica de seus alunos, estão alcançando sucesso ou enfrentando desafios.

Enquanto a E.E.F. Aldegundes Gomes de Mattos está situada em uma localidade periférica da cidade do Crato-CE, a E.E.F. Estado da Paraíba está localizada em uma área próxima ao centro da cidade e da Universidade Regional do Cariri (URCA) bem como da sede do Geopark Araripe.

A escola Aldegundes Gomes de Mattos, está localizada na rua João Pereira Luna, no bairro Vila Alta. Possui o Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (INSE) nível 3 (Médio - baixo); assim, os estudantes estão entre meio e um desvio padrão abaixo da média nacional do INSE. Enquanto a escola Estado da Paraíba possui o INSE nível 4, ou seja, os estudantes estando até meio desvio padrão abaixo da média nacional do INSE. A diferença, ao que parece ser mínima entre elas também pode representar uma disparidade significativa nas condições sociais que interferem no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Enquanto a Escola Aldegundes Gomes de Mattos homenageia em seu nome um ex-prefeito interino na década de 1950, a escola Estado da Paraíba foi nomeada em homenagem ao estado da Paraíba, possivelmente como forma de estreitar os laços culturais e históricos entre a cidade de Crato e a Paraíba. Muitas vezes, escolas e outras instituições recebem nomes de estados, cidades ou personalidades como um reconhecimento e celebração das contribuições culturais, históricas e educacionais desses lugares ou indivíduos.

A E.E.F. Estado da Paraíba, a localiza-se na Praça Dr. Joaquim Fernandes Teles, no Bairro Pimenta. Foi fundada em março de 1966, seu nome pode refletir uma intenção de honrar a memória e as relações históricas compartilhadas, além de incentivar a compreensão e valorização da diversidade regional do Brasil. Provavelmente recebeu este nome devido à grande amizade que existia entre os governadores da Paraíba e do Ceará (DOMICIANO; SILVA; QUEIROZ, 2010). É comum que nomes de escolas sirvam como símbolos de respeito e reconhecimento pelas influências culturais e educacionais significativas.

2.3. Educação Patrimonial e Experiências Escolares: A Coleção História Sociedade e Cidadania (2020-2023)

Reconhecendo que a coleção *História, Sociedade e Cidadania* aborda o conceito de patrimônio cultural, mas que a análise do material revela abordagens pontuais e não tão eficientes sobre o patrimônio cultural ou educação patrimonial, é necessário perceber isso também no ambiente escolar. Por ser uma obra amplamente adotada, inclusive no município do Crato, que oferece inúmeras riquezas patrimoniais, e considerando a relevância do livro para o ensino de história, buscamos realizar entrevistas com os professores da rede municipal de Crato para entender como a obra foi apropriada por eles, com o intuito de compreender como isso está refletido no processo de ensino da história.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 17)

Para tanto, ressaltamos que submetemos a proposta do trabalho ao Comitê de Ética, que forneceu parecer de aprovação. Afinal, uma das fontes do nosso estudo será as entrevistas realizadas com os professores de História que atuam no município do Crato.

Aqui pretendemos evidenciar os resultados obtidos a partir das entrevistas com os docentes de história que atuam no ensino fundamental dos anos finais das escolas municipais Aldegundes Gomes de Mattos e Estado da Paraíba. O intuito foi analisar como os assuntos voltados ao patrimônio cultural presentes na coleção

História, sociedade e cidadania estão refletidos nas experiências escolares, e se este conceito foi um critério levado em conta no processo de escolha da coleção.

Ainda buscamos entender como aconteceu o processo de escolha do livro didático em cada uma dessas instituições e os critérios utilizados na seleção da coleção. Além disso, pretendemos investigar se, a partir das experiências dos docentes em sala de aula, foi possível trabalhar a Educação Patrimonial com base na coleção em suas aulas de História, e se os professores conseguem identificar temas relacionados a essa questão dentro da coleção. Por fim, buscamos compreender se essa coleção já inspirou algum projeto voltado à Educação Patrimonial na instituição de ensino onde atuam.

Nesse contexto, levamos em consideração o primeiro questionamento feito aos docentes sobre o motivo da adoção da coleção *História, Sociedade e Cidadania*, do autor Alfredo Boulos, pela instituição onde atuam e como ocorreu o processo de escolha do livro didático de História. A partir das respostas, observamos que na instituição Aldegundes Gomes de Mattos, o processo foi democrático, com participação dos docentes. Cada escola do município recebeu coleções para análise, podendo escolher uma primeira e uma segunda opção. As escolas então fizeram suas escolhas, e os votos foram somados para definir a coleção adotada pelo município. No caso do Aldegundes, a coleção *História, Sociedade e Cidadania* foi a primeira opção e acabou sendo a adotada no município.

Na instituição de ensino Estado da Paraíba, percebemos, a partir das entrevistas, que os docentes não participaram do processo de escolha da coleção analisada, pois chegaram à instituição após a seleção do material devido à contratação recente. No entanto, destacaram que, no novo processo de escolha das coleções aprovadas pelo último edital do PNLD, optaram por manter a coleção, apesar da crítica de que ela já está presente no município há cerca de 10 anos.

Quanto ao segundo questionamento, que buscou entender os critérios utilizados pelos docentes para realizar a escolha da coleção, os profissionais da Escola Aldegundes concordaram em diversos aspectos. Em suas análises individuais, destacaram a clareza dos conteúdos, a estruturação da obra, a linguagem adequada, e a sugestão de conteúdos extras. Porém, o principal critério foi a adequação das atividades ao nível dos estudantes, considerando que alguns alunos chegam ao ensino fundamental anos finais com deficiências no processo de alfabetização.

Ao analisar a questão na Escola Estado da Paraíba, os docentes, não tendo participado do processo de escolha inicial da coleção, mencionaram os critérios que os levaram a optar pela obra novamente. Houve divergências, possivelmente devido à falta de envolvimento no processo de seleção anterior. Alguns docentes avaliaram os conteúdos, as atividades propostas e mencionaram que, apesar das atividades trabalharem com fontes históricas, o formato e as questões apresentaram críticas. Destacaram ainda a orientação ao professor quanto às habilidades e competências, que auxilia no planejamento de aulas, mas apontaram que as atividades poderiam ser melhoradas, embora os textos de apoio e sugestões de documentários sejam bons.

Aqui cabe destacar, que a partir desse segundo questionamento feito aos docentes, identificamos que o conceito de patrimônio cultural ou que a educação patrimonial não foi um critério adotado pelos mesmos para seleção da coleção. Eles elencaram aspectos referentes a organização da mesma e se estava adequada a realidade dos estudantes.

Em relação ao terceiro questionamento, sobre esta ser a coleção mais distribuída em todo o País, a maioria dos docentes participantes evidenciaram desconhecer essa informação. Ao serem questionados sobre a razão desse grande número de adoções, um aspecto quase unânime nas respostas foi a familiaridade em trabalhar com a obra e a resistência à mudança. Outros motivos destacados incluíram a adequação dos conteúdos para cada série, a objetividade, a adequação das atividades ao nível dos estudantes e a linguagem clara da obra. Uma resposta que se destacou mencionou a possibilidade de a obra ser desenvolvida por uma editora antiga e reconhecida, que provavelmente realizou uma propaganda eficaz do material, considerando-o como um produto destinado a atender as necessidades do mercado.

Quando questionados sobre há quanto tempo trabalham na instituição de ensino e há quanto tempo utilizam essa coleção, houve muita divergência e algumas incertezas nas respostas. No entanto, observou-se que os professores da Escola Aldegundes estão mais familiarizados com a obra, pois estão há mais tempo na rede no município.

A partir dos últimos questionamentos durante a entrevista sobre a possibilidade de trabalhar Educação Patrimonial utilizando essa coleção em aulas de História, se é possível identificar temas relacionados à questão dentro da coleção e se a coleção já ajudou a pensar em algum projeto voltado para Educação Patrimonial, observamos uma ausência significativa de práticas promovidas pela

obra. Apenas uma pequena parcela dos entrevistados mencionou um projeto sobre memória e patrimônio, mas ressaltaram que a coleção não forneceu suporte significativo para sua realização.

Nenhum outro profissional recordou ter realizado algum projeto tendo em vista a proposta da obra. No entanto, havia proposições para o futuro mesmo que a maioria tenha reconhecido que a obra oferece pouco suporte para o desenvolvimento dessas atividades, principalmente no que diz respeito ao patrimônio regional ou local.

Aqueles que concordaram que a obra possibilita trabalhar com educação patrimonial destacaram principalmente o livro didático do 6º ano. Esse volume apresenta as ideias iniciais sobre o papel da história, o fazer historiográfico, os conceitos de permanência e ruptura, e aborda o patrimônio material e imaterial, entre outras possibilidades. Esses temas iniciais facilitam a introdução da educação patrimonial no contexto escolar, permitindo aos alunos compreenderem a importância de preservar e valorizar os bens culturais e históricos.

No entanto, é relevante ressaltar a crítica feita pela maioria dos docentes, que apontam que a obra aborda o patrimônio de maneira pontual, sem considerar os bens patrimoniais mais próximos da realidade dos alunos, como os patrimônios do Crato, que oferece muitas possibilidades nesse sentido. Embora a Lei nº 2.707/2011, mencionada anteriormente, estabeleça a necessidade de adoção de um material didático oficial para a abordagem da história do Crato, durante as entrevistas não foi identificado nenhum material específico para essa finalidade. Inclusive, um dos professores sugeriu que deveria ser criado um material específico destinado a essa finalidade, para ajudar na promoção de projetos sobre o patrimônio do município do Crato dentro das escolas.

A partir de tais constatações anteriores, no último capítulo desta pesquisa, apresentaremos a proposta de um produto educacional voltado à temática dos bens patrimoniais do Crato. Essa iniciativa visa auxiliar os docentes a integrarem a questão patrimonial no ensino de História, fornecendo uma ferramenta virtual como recurso para enriquecer a proposta de abordagem do conteúdo sobre patrimônio cultural local.

CAPÍTULO 3

O PATRIMÔNIO CULTURAL DO CRATO E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DE TRILHA PATRIMONIAL

Baseado nas observações e constatações previamente discutidas, agora apresentamos nossa proposta de produto educacional. Esta iniciativa surge da necessidade de mais materiais pedagógicos que auxiliem o trabalho docente, especialmente na prática da Educação Patrimonial. Por meio das entrevistas realizadas com os docentes, percebemos a necessidade de propor algo que facilite o processo de planejamento de suas aulas. O objetivo é criar um recurso que integre o patrimônio cultural local ao ensino de história, promovendo um aprendizado mais significativo e contextualizado para os alunos.

Neste capítulo, destacaremos a importância do site como recurso pedagógico nas aulas de História, visando promover uma educação patrimonial com ênfase na valorização dos bens patrimoniais do Crato. Além disso, vamos nos debruçar no processo de elaboração do site, bem como os conteúdos que envolvem este produto educacional.

3.1. O Site como Recurso Pedagógico para Promoção da Educação Patrimonial

Com o avanço dos recursos tecnológicos na Educação podemos encontrar no uso das TIC um fator motivador, porque permite a manipulação de diferentes mídias (texto, imagem, som), possibilitando maior aprendizagem e o estabelecimento de uma relação mais interativa entre o sujeito e o conhecimento. Elas também poderão ser utilizadas como técnicas para auxílio na ruptura do modelo de ensino, centrado apenas no professor e abrir novos caminhos para além das estruturas físicas da sala de aula convencional. (FERNANDES, 2012, p.24)

A necessidade crescente de integrar as Tecnologias da Informação e do Conhecimento (TIC) na educação é uma resposta ao contexto de um mundo cada vez mais interconectado. Essa realidade é evidenciada pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (2023), que revelou que a proporção de pessoas com 10 anos ou mais que utilizaram a Internet no Brasil subiu de 84,7% em 2021 para 87,2% em 2022.

Com o intuito de contribuir para a promoção da educação patrimonial dentro do ambiente escolar a partir do ensino da história, desenvolvemos um site educativo que consiste em uma trilha patrimonial on-line, levando em conta alguns bens

patrimoniais da cidade do Crato-CE. Esta iniciativa partiu da análise da Cartografia Cultural do Crato (2017), organizada por Rosiane Bezerra de Oliveira (Dane de Jade). Desenvolvida em parceria com a Universidade Regional do Cariri (URCA), a Secretaria da Cultura do município e outros colaboradores, o material apresenta a pluralidade cultural da cidade. Disponível também no formato on-line, permite atualizações constantes, oferecendo uma proposta aberta e compartilhada que foi fundamental para a construção do nosso site.

Outro recurso valioso que nos auxiliou na concepção do produto desenvolvido ao final da pesquisa, foi o site criado por Sinara Pereira Lima Costa, concluinte do Programa de Mestrado em Ensino de História - ProfHistória (URCA). Seu site, intitulado "Trilha interdisciplinar para o ensino de história com a geografia na educação básica", destaca o patrimônio natural da região do Cariri Cearense, baseando-se no Geopark Araripe e os Geossítios Colina do Horto e Batateira. Essa referência é extremamente relevante, pois nossa proposta foi a criação de uma trilha patrimonial considerando os bens culturais da cidade de Crato, na mesma região.

Além disso, o Guia Básico da Educação Patrimonial (1999) foi essencial, pois nos possibilitou desenvolver uma aba no site com propostas de atividades voltadas à educação patrimonial dentro do ensino de história, as atividades envolvem análise de objetos culturais, de imagens e aulas de campo. Nesse Viés, "É importante notar que cada objeto ou evidência da cultura traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados" (HORTA et al., 1999, p. 8). Além disso, nossas sugestões de atividades se baseiam em algumas etapas metodologias que ajudam a nortear uma atividade de educação patrimonial, sendo elas a "observação, registro, exploração e apropriação" (HORTA et. al., 1999, p. 9). Destacamos ainda que, apesar das sugestões de atividades o professor pode adequá-las à realidade da sua escola ou aos objetivos traçados que precisam ser alcançados ao final das vivências.

Pensar sobre educação patrimonial a partir da análise do livro *História, Sociedade e Cidadania* evidencia que, embora o patrimônio cultural esteja representado na obra enquanto conceito, os bens patrimoniais da realidade local dos alunos não são contemplados. O livro didático, seguindo a BNCC, reúne conteúdos gerais, mas não consegue abordar todos os aspectos específicos de cada região. Por isso, a criação de um site que enfoque o patrimônio local torna-se relevante, pois complementa o material didático, oferecendo uma ferramenta que conecta professores e alunos ao patrimônio cultural de sua própria comunidade.

Diante da criação do site, nosso objetivo foi realizar um registro virtual de alguns bens patrimoniais da cidade do Crato-CE, explorando o patrimônio cultural do município por meio de imagens, textos e propostas de atividades. Buscamos promover a importância da preservação do patrimônio material e imaterial do lugar, ajudando a fomentar o debate sobre ações de educação patrimonial no contexto da educação básica. Por meio deste espaço virtual, visamos conscientizar sobre o valor histórico e cultural do patrimônio, além de oferecer um recurso educacional relevante para a comunidade escolar.

A construção de um site foi pensada por ser uma opção de grande alcance, pois será divulgado na Secretaria Municipal de Educação do Crato, nas escolas participantes da pesquisa e na secretaria de cultura, podendo alcançar outros municípios que fazem parte da mesma região, para que chegue a todos os/as professores/as das redes municipais com o objetivo de contribuir para o ensino de história dentro da sala de aula a partir de discussões sobre o patrimônio cultural da cidade em questão.

Salientamos a importância da proposta na medida em que as novas tecnologias podem ajudar a despertar o interesse dos estudantes para a temática a ser trabalhada. Além disso, o fato de que vivemos em um mundo cercado por diferentes tipos de recursos tecnológicos que fazem parte do cotidiano de professores e estudantes se torna algo que não pode passar despercebido, já que “É notório que as TIC tornam as aulas mais atrativas e os alunos têm a oportunidade desconstruir conhecimentos de forma autônoma e significativa.” (LIMA; ARAÚJO, 2021, p.1). Acreditamos que o ensino pode se utilizar dessas ferramentas que atraem o olhar do outro para fortalecer e instigar nos alunos e professores o sentimento de curiosidade epistemológica e a busca por aprender sempre mais (FREIRE, 2011).

Assim sendo, as tecnologias digitais são recursos tecnológicos que se incorporam proporcionando uma comunicação diversificada modificando o sistema de ensino. E vem cooperando com um diferencial muito produtivo, que melhora a interação entre professor e aluno, melhorando o modo de transmitir e aprender. Tornando-se uma tecnologia utilizada para agregar, contribuir e dividir informações [...] (LIMA; ARAÚJO, 2021, p.3).

Acreditamos na ideia de que a criação de sites voltados à educação, e mais precisamente, ao ensino de história favorece o processo de aprendizagem dos estudantes e pode facilitar o processo de planejamento dos professores, desde que

seja feita de forma ética e responsável. Afinal, cada vez mais os sujeitos estão interligados ao mundo por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Destacamos ainda que o acesso a tal ferramenta, aliado à orientação e mediação dos professores, pode trazer grandes resultados no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades e competências dispostas na BNCC.

Nesse viés, evidenciando que a proposta do trabalho, apesar de estar para além do que está disposto na BNCC, não podemos ignorar que há algumas competências gerais em seu texto, das quais a pesquisa pode se valer. Por exemplo:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer o protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p. 7).

A proposta foi elaborar um produto que atendia aos princípios de uma educação voltada ao respeito e valorização da diversidade cultural. Assim, destacamos a seguinte competência específica das Ciências Humanas que serve como referência para a construção da nossa proposta de site:

Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, ao outros e as diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das ciências humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p.357).

Dessa maneira, a seguir apresentaremos o processo de construção do site e como seu conteúdo foi organizado, objetivando contribuir significativamente para o ensino de história a partir de um produto destinado aos professores, mas que também pode ser utilizado por alunos com a devida mediação dos docentes. A proposta não é uma tentativa de substituir o professor, pelo contrário, é aproximá-lo do estudante por meio de mais uma ferramenta destinada ao processo de ensino da história.

3.2. Trilha Patrimonial do Crato- CE: O Processo de Construção e Organização do Site:

Compreendendo a importância da educação patrimonial dentro do ensino da história, é que, neste momento, será apresentado o produto educacional, um

website, cujo endereço eletrônico é <https://trilha-patrimonial---crato--ce7.webnode.page/>, destinado a professores de História, em especial da cidade do Crato.

Neste momento da nossa dissertação, pretendemos mostrar alguns passos do site, exibindo os conteúdos que os professores do ensino fundamental anos finais poderão explorar e problematizar sobre elementos voltados para os conceitos de patrimônio cultural e educação patrimonial, ancorados na delimitação dos bens patrimoniais da cidade do Crato. Portanto, o objetivo será mostrar o site com seus caminhos teóricos, metodológicos e informações sobre a história do município, desenvolvendo um produto que atenda aos princípios de uma educação voltada ao respeito e valorização da diversidade cultural.

Pretendemos, portanto, apresentar a seguir os textos como se encontram no produto (*website*) deste trabalho, intitulado "Trilha Patrimonial – Crato – CE", cujo link já foi citado anteriormente. Este produto foi criado a partir da plataforma Webnode (figura 29), uma plataforma online gratuita que permite a criação de sites para diversas finalidades, conforme a intenção do usuário. A plataforma dispõe de diversos modelos para o projeto do site, permitindo mudanças de cores, organização das páginas, inserção de textos e imagens, entre outras possibilidades. Assim, a Webnode, sendo uma ferramenta de fácil acesso, nos ajudou a criar um site organizado e, ao mesmo tempo, simples, facilitando o acesso para todos.

Figura 29: Visão Inicial da Plataforma “Webnod”

webnode Recursos Templates Pacotes Premium Guia online Blog Webnode [Crie um site](#) [Iniciar sessão](#)

Crie o seu próprio site gratuito!

Pode criar um site incrível com a Webnode em alguns minutos. Junte-se aos nossos 45 milhões de utilizadores e construa o seu próprio site agora mesmo.

Agora com a ajuda da inteligência artificial!
Deixe a IA gerar um site personalizado, adaptado às suas necessidades.

- ✓ Escreverá textos relevantes para o seu site
- ✓ Obterá imagens apropriadas de um banco de imagens

[Comece grátis](#)

É importante ressaltar que as informações presentes no website, nos itens como "Introdução e Contextualização," "Patrimônio Cultural e Ensino de História," e "Bens Patrimoniais" foram retiradas ou inspiradas em partes desta dissertação (Capítulos 1 e 2) e elementos da Cartografia Cultural do Crato (2017). Além disso, todas as imagens dispostas no site foram devidamente referenciadas com links de acesso apropriados.

O site foi desenvolvido com base nas abas descritas a seguir:

Início

Figura 30: Visão inicial do site



Fonte: Site da autora, 2024.

Objetivamos criar um site com uma trilha patrimonial da cidade do Crato, destacando alguns de seus bens que podem ser pensados dentro do ensino de História, a fim de proporcionar uma ferramenta interativa e acessível que conecte os estudantes com a riqueza cultural e histórica da região. Essa iniciativa busca fomentar o interesse e a curiosidade dos alunos, utilizando o patrimônio local como recurso pedagógico nas aulas de História. Além disso, esse recurso pode contribuir para a valorização e preservação do patrimônio cultural da cidade, sensibilizando a comunidade escolar sobre a importância de proteger e preservar tais bens históricos.

Fonte da imagem: Assembleia Legislativa do Ceará – ALECE, 2023. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/noticias/alece-celebra-nesta-sexta-os-208-anos-da-banda-cabacal-dos-irmaos-aniceto>. Acesso em: 06 jul. 2023.

Quem somos?

Este site consiste em um produto educacional destinado a professores de História da Educação Básica da cidade do Crato, Ceará. O projeto foi desenvolvido a partir de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA - URCA pela mestranda Flávia Gabriela Pereira Pascoal de Melo, sob orientação da Professora Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo.

Mestranda:

Flávia Gabriela Pereira Pascoal de Melo

Graduada no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Regional do Cariri-URCA (2018.2). Foi bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) pela Universidade Regional do Cariri-URCA (2015-2018). Pós-Graduada (Lato Sensu) no curso em Educação Infantil e Alfabetização pelo Instituto Dom José-IDJ (2018-2019). Atualmente, Mestranda no curso de Mestrado profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

E-mail: flaviagabrielapp@hotmail.com

Orientadora:

Janaína Valéria Pinto Camilo

Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pós-doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Atualmente é professora de magistério superior da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e professora colaboradora do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri (PROFHISTÓRIA URCA).

Introdução e Contextualização

Cidade do Crato:

A cidade do Crato, situada na região do Cariri cearense, atualmente comemora seu aniversário de 260 anos. É um lugar cercado por tradições, festas populares e manifestações artísticas que refletem a riqueza cultural da região. Com raízes profundas que remontam ao século XVIII, o Crato preserva tradições indígenas, africanas e europeias que se manifestam em festividades. Pensar sobre o patrimônio histórico e cultural do Crato é relevante dentro do ensino de História, pois ele reflete

a diversidade dessas manifestações culturais. Esse patrimônio inclui desde construções históricas e espaços públicos, até tradições populares e folclóricas que refletem a identidade e a memória coletiva da população, algo que será evidenciado por meio de exemplificações de bens culturais em nossa "trilha patrimonial".

Trilha Patrimonial e o Ensino de História:

O site Trilha Patrimonial do Crato, criado a partir de uma proposta de pesquisa desenvolvida durante o Mestrado Profissional em ensino de História - PROFHISTÓRIA (URCA), tem como objetivo principal proporcionar uma ferramenta educacional interativa e acessível que conecte professores e alunos à riqueza histórica e cultural da cidade do Crato. O site será um recurso valioso para os educadores de História, oferecendo conteúdos detalhados sobre alguns dos principais bens patrimoniais da cidade, incluindo construções históricas, espaços públicos e tradições populares. Além disso, ele incentivará os alunos a explorarem e valorizarem o patrimônio cultural local, promovendo uma aprendizagem ativa e engajadora. Com imagens ilustrativas, descrições informativas e atividades pedagógicas, o site facilitará a compreensão e o apreço pelo patrimônio cultural, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a preservação da memória coletiva da região.

Patrimônio Cultural e Ensino de História

O que é Patrimônio Cultural?

"O patrimônio cultural refere-se aos bens, manifestações e práticas culturais que um grupo social considera como valiosos e dignos de preservação e transmissão às futuras gerações. Ele abrange elementos materiais, como monumentos históricos, artefatos e construções, bem como elementos imateriais, como tradições, línguas, músicas e danças, que refletem a identidade e a memória coletiva de uma comunidade" (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Qual a relação entre Patrimônio Cultural e Ensino de História?

"O ensino de história e o patrimônio cultural são indissociáveis, pois o patrimônio serve como fonte primária de conhecimento e como ferramenta pedagógica que possibilita uma

compreensão mais profunda da história e da identidade cultural de um grupo" (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Para mais informações sobre temática acesse a aba "sugestões de leitura" que encontrará a sugestão de um material completo sobre o assunto.

Referências:

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

Bens Patrimoniais

Patrimônio Cultural:

➤ **Grupos de tradição popular:**

1. Banda Cabaçal dos Irmão Aniceto:

A Lei Municipal nº 2.200, de 16 de dezembro de 2003, em seu art. 2º, considera os Irmãos Aniceto como Patrimônio Imaterial do Município. Este reconhecimento destaca a importância do grupo conhecido como Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto na cidade do Crato e em toda a Região do Cariri Cearense. O fundador era descendente dos índios Kariri, e segundo os integrantes desta banda cabaçal, ela já possui uma longa trajetória, iniciando suas atividades por volta do século XIX.

A Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto é um grupo tradicional de música e dança da cidade do Crato, composto por membros da família Aniceto, que ao longo das gerações têm preservado essa tradição cultural. Utilizando instrumentos típicos de cabaçais como pífanos (flautas de bambu), zabumbas, caixas e pratos, eles criam uma sonoridade característica que mescla influências indígenas, africanas e europeias, refletindo bem os aspectos da cultura nordestina.

Você pode encontrar uma playlist com as músicas do grupo através do link abaixo:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLNNE_7EFfXNBidn0xuG7D6O5AAc8Ozgl9

2. Banda de Música Municipal do Crato:

A Lei Municipal 3.507/2018 define a Banda de Música Municipal do Crato como patrimônio histórico-cultural do município em seu art. 1º. Essa Banda atualmente possui 143 anos de história no município e também faz parte da

significativa rede cultural da Região do Cariri. A banda possui uma longa história e tradição no município, representando não apenas a música local, mas também carregando consigo as memórias e identidades da comunidade a partir de suas diversas apresentações em celebrações e eventos culturais locais.

3. Reisado do Congo do Mestre Aldenir:

Mestre Aldenir nos ajuda a evidenciar a existência dos "tesouros vivos" que residem na cidade do Crato. Ele coordena o tradicional grupo de Reisado Reis de Congo, que possui mais de 50 anos de existência, em sua comunidade no Distrito Bela Vista, Vila Padre Cícero, em Crato. Seus conhecimentos são demonstrados nas diversas apresentações que seu grupo realiza em eventos dentro e fora da cidade, mostrando a importância de entender o patrimônio cultural como algo dinâmico e em constante movimento. Além disso, ele transmite seus conhecimentos para seus familiares, garantindo a continuidade dessa rica tradição cultural.

4. Dança do Coco:

Outra forma rica de expressão cultural é a dança do coco, presente no município e originada do trabalho escravo nos engenhos, especialmente da atividade de quebra do coco. Hoje, essa expressão cultural é mantida viva por meio da dança, com diversos grupos dedicados à sua prática. Um exemplo significativo é o grupo Coco das Mulheres da Batateira, iniciado pela mestra Edite Dias em 1979. Este grupo não apenas preserva a tradição, mas também transmite seus conhecimentos para as crianças, resultando no Coco Infantil da Batateira, que conta com a participação de filhas, netas e parentes das brincantes. Essas atividades transformam a dança em um momento de encontro e alegria, fortalecendo os laços comunitários e a identidade cultural local.

5. Maneiro Pau:

O Maneiro Pau é outro exemplo de expressão cultural através da dança, onde o ritmo do pandeiro ou da ganzá e a cantoria dos participantes são acompanhados pelo som das batidas dos cacetes de jucá. A dança representa um simbolismo de combate entre os dançarinos, geralmente homens, que se movimentam em círculos. Um exemplo notável desse tipo de manifestação no município é o Maneiro Pau do Mestre Cirilo, reconhecido como um dos Tesouros Vivos

do Estado do Ceará e conhecido nacionalmente pela sua habilidade e dedicação à preservação dessa tradição cultural.

➤ **Patrimônio Histórico e Arquitetônico:**

1. Casa de Câmara e Cadeia:

A Casa de Câmara e Cadeia do Crato, erguida em 1877 próxima à Praça da Sé, desempenhou múltiplas funções ao longo de sua história. Inicialmente, abrigou a prefeitura, câmara municipal, fórum, junta militar e delegacia de polícia até os anos 1970. Posteriormente, o edifício passou a ser sede do Museu Histórico do Crato J. Figueiredo Filho e do antigo Museu de Arte Vicente Leite. Este importante patrimônio histórico está tombado em nível estadual e local, porém encontra-se atualmente fechado devido ao desabamento da parte superior da estrutura. O local não apenas representa um marco arquitetônico, mas também é um repositório de diversas memórias históricas e culturais da cidade.

2. Complexo da estação ferroviária da RFFSA:

A Estação da RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) em Crato é um significativo patrimônio histórico da cidade. Construída durante o auge da expansão ferroviária no Brasil, a estação foi um importante centro de transporte e conexão para a região do Cariri cearense. Sua arquitetura característica, típica das estações ferroviárias do século XX, reflete não apenas a funcionalidade de facilitar o transporte de passageiros e mercadorias, mas também a importância econômica e social que a ferrovia trouxe para o desenvolvimento regional. Hoje, mesmo não sendo mais operacional, a Estação da RFFSA em Crato continua a ser um marco emblemático da história local, além de ser um ponto de interesse cultural e turístico, lembrando o papel relevante da ferrovia na conectividade e no desenvolvimento da cidade e da região.

Após o fim do período das locomotivas conhecidas como "Maria Fumaça" e sofrer depredações, o espaço foi transformado para abrigar o Centro Cultural do Araripe, que inclui galerias, auditório, anfiteatro e um amplo espaço ao ar livre para atividades externas.

3. Caldeirão da Santa Cruz do Deserto:

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto é um importante patrimônio cultural e histórico localizado na região do Cariri cearense. Este sítio representa um marco da resistência e da cultura popular nordestina, sendo um exemplo vivo das lutas sociais e religiosas ocorridas no Brasil durante o século XX. Fundado por beatos e seguidores, o Caldeirão foi um centro comunitário autossustentável que promovia a igualdade social e econômica entre seus membros, caracterizando-se pela prática da agricultura cooperativa e pela solidariedade comunitária. Apesar da perseguição política e da destruição física do local na década de 1930, sua memória e legado perduram como um símbolo de resistência cultural e social, contribuindo para a valorização da história e da identidade do povo do Cariri e do Ceará como um todo.

4. Casa da Rua D. Quintino (Museu de Fósseis - DNPM):

Uma das construções mais antigas da cidade do Crato abriga atualmente o Museu de Fósseis - DNPM, onde são expostos artefatos que narram a história dos povos originários, a influência católica no Cariri, aspectos culturais do cotidiano local, além de elementos relacionados ao Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e personalidades históricas como Bárbara de Alencar e Irineu Pinheiro.

5. Igreja da Sé:

A Catedral de Nossa Senhora da Penha é um importante patrimônio histórico e cultural, construída entre os anos de 1745 e 1762. Localizada no coração da cidade, esta catedral é conhecida por sua imponente arquitetura colonial, que reflete a rica herança religiosa e artística da região do Cariri cearense. Além de seu valor estético, a igreja desempenha um papel central na vida religiosa e comunitária, sendo um local de grande importância para os fiéis e para a preservação da história local. Sua presença ao longo dos séculos testemunha as mudanças e continuidades da fé e da cultura no Crato, destacando-se como um ponto de referência não apenas espiritual, mas também histórico e turístico na região.

6. Seminário São José:

O Seminário São José em Crato é um destacado patrimônio histórico e cultural da região do Cariri cearense. Inaugurada em 1875 como a primeira escola secundária do interior cearense, esta instituição é reconhecida por sua arquitetura imponente e por sua relevância na formação religiosa e educacional da cidade. Ao

longo de décadas, o Seminário São José tem desempenhado um papel crucial na formação de clérigos e na promoção de valores cristãos e culturais entre seus estudantes e na comunidade local. Além de sua função educacional, o seminário é valorizado por sua contribuição para a preservação da identidade religiosa e histórica de Crato, servindo como um marco emblemático que testemunha as tradições e a evolução da fé na região.

7. Vale do Amanhecer:

O Vale do Amanhecer em Crato é reconhecido como um patrimônio cultural da região do Cariri cearense. o Templo Patario teria sido fundado por volta de 1986 por um grupo de mestres da doutrina espiritualista cristã, fundada por Tia Neiva na década de 1960. Este centro espiritual, destaca-se por suas práticas religiosas e filosofia baseadas na fraternidade universal e na busca pela paz interior. Localiza-se no Sítio São Vicente - Vila Lobo.

8. Terreiros, Casas, Centros e Tendões Espíritas:

Além dos patrimônios arquitetônicos voltados à religião cristã, o Crato também abriga casas, terreiros e tendões espíritas, bem como outros espaços dedicados a religiões de matriz afro-indígena. Estima-se a existência de aproximadamente 200 terreiros, casas e centros em funcionamento no município. Esses locais desempenham um papel fundamental não apenas na prática religiosa, mas também na preservação e celebração das tradições espirituais e culturais de diversas comunidades na região do Cariri cearense. Eles contribuem de maneira significativa para a diversidade religiosa e cultural local, representando uma rica tapeçaria de crenças e rituais que enriquecem a identidade do Crato e de seu povo.

9. Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo:

O Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo, inaugurado no dia 1º de abril de 2022, que atualmente integra a rede de equipamentos culturais da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, anteriormente funcionava como o Hospital Regional Manuel de Abreu. Construído na década de 1940 para sediar o Seminário da Ordem da Sagrada Família, o edifício passou a oferecer ensino religioso até 1969. Em 1973, o local foi adaptado para abrigar o Hospital Manoel de Abreu, que permaneceu em

operação até 2014. Atualmente, o prédio é utilizado como um espaço de lazer dedicado à promoção da arte, ciência, cultura e tecnologia.

➤ **Festas e Celebrações**

1. Festa da Baixa Rasa:

A Festa da Santa Cruz da Baixa Rasa é uma celebração tradicional e culturalmente significativa realizada em Crato, no Cariri cearense. Anualmente, ela é realizada em memória de um vaqueiro que se perdeu na mata enquanto perseguia um boi e veio a falecer. Após um suposto milagre atribuído a ele, todos os anos ocorre uma visita ao local onde o vaqueiro foi encontrado. Nesse evento, as pessoas se reúnem para orar, fazer promessas, pedir milagres ou expressar gratidão. Promovida pela Secult (Secretaria de Cultura), a Câmara Municipal instituiu a Festa como Patrimônio Cultural e Imaterial da Cidade do Crato por meio da Lei nº 3.078/2015.

2. Festa de São José:

A Festa de São José em Crato é uma tradição cultural e religiosa significativa na cidade, celebrada anualmente em honra ao padroeiro local. Além de reunir os fiéis em momentos de devoção e fé, a festividade destaca-se pelos aspectos culturais que a acompanham, como as apresentações de grupos folclóricos como reizados e congadas, e pelas feiras de artesanato e gastronomia típica do Cariri cearense. A festa não apenas fortalece os laços comunitários, mas também preserva um importante patrimônio imaterial, valorizando as tradições religiosas e culturais que compõem a identidade histórica e social do Crato.

Durante os 15 dias de novena, a imagem de São José visita diariamente as residências dos moradores do bairro Seminário. Esses momentos são marcados por orações, culminando na chegada da imagem à igreja, onde ocorre a "Festa das Pitombas". O ciclo festivo se encerra no dia 19 de março com uma grandiosa procissão, reunindo fiéis em uma demonstração pública de devoção e celebração.

3. Aniversário do Município:

No dia 21 de junho, é comemorado o aniversário da cidade do Crato. A criação da Vila Real de Crato remonta a 1746, e atualmente a cidade testemunha seus 260 anos de história. Essa data especial é marcada por eventos cívicos, culturais e sociais que unem a comunidade em celebração à sua identidade local. Durante as festividades, ocorrem desfiles cívicos, apresentações artísticas, exposições históricas,

atividades esportivas e manifestações religiosas e culturais, que destacam a diversidade e riqueza cultural do município. A celebração do aniversário do Crato não apenas fortalece o sentimento de pertencimento dos seus habitantes, mas também valoriza e preserva as tradições que moldaram sua história e contribuíram para seu desenvolvimento ao longo dos séculos.

4. Festas Juninas:

As festas juninas em Crato e no Ceará são celebradas com grande entusiasmo e são reconhecidas como importantes patrimônios culturais da região. Elas são marcadas por uma série de elementos tradicionais que fazem parte dessa festividade tão querida:

- Fogueiras: As fogueiras são um dos símbolos mais emblemáticos das festas juninas. Em Crato e no Ceará, as pessoas acendem fogueiras nas ruas, praças e até mesmo em frente às casas, criando uma atmosfera festiva e acolhedora.
- Vestimenta: Durante as festas juninas, é comum as pessoas se vestirem com trajes típicos, como vestidos de chita, camisas quadriculadas, chapéus de palha e lenços coloridos, ressaltando a identidade cultural nordestina.
- Comidas típicas: A gastronomia junina é bastante variada e deliciosa. Pratos como canjica, pamonha, milho verde cozido, bolo de milho, pé-de-moleque e cocada são muito apreciados durante as festas.
- Músicas: As músicas típicas das festas juninas, como o forró e o baião, embalam as danças e as quadrilhas, sendo tocadas em todas as celebrações juninas.
- Dias de São Pedro, São João e Santo Antônio: As festas juninas são divididas em três datas principais: 24 de junho (São João), 29 de junho (São Pedro) e 13 de junho (Santo Antônio). Cada uma dessas datas tem suas próprias tradições e rituais específicos, incluindo danças, cantigas e homenagens aos santos.

Esses elementos juntos não apenas celebram as tradições populares e religiosas, mas também fortalecem os laços comunitários e preservam a rica herança cultural do Crato e de todo o estado do Ceará.

5. Expocrato:

A Expocrato é um evento de grande relevância cultural e econômica para a cidade e região do Cariri, no Ceará. Realizada anualmente durante oito dias, no mês de julho, no Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, essa exposição

agropecuária não apenas impulsiona o desenvolvimento agrícola e pecuário local, mas também celebra a rica cultura nordestina em suas diversas manifestações. Além das exposições de animais, máquinas agrícolas e produtos regionais, a Expocrato oferece uma variada programação de shows musicais com artistas renomados, atraindo milhares de visitantes de todo o país. Ao destacar e valorizar as tradições agrícolas e culturais da região, a Expocrato desempenha um papel crucial na preservação e promoção do patrimônio cultural do Cariri cearense, contribuindo significativamente para a economia local e fortalecendo a identidade regional.

6. Festa de Nossa Senhora da Penha:

A festa de Nossa Senhora da Penha em Crato ocorre sempre na última semana de agosto e encerra com a procissão no dia 1º de setembro, feriado municipal. É uma celebração religiosa de grande importância e patrimônio cultural para a cidade. Realizada em honra à padroeira local, a festividade atrai fiéis e visitantes de toda a região do Cariri cearense. Durante os dias de comemoração, que incluem novenas, procissões e missas solenes, os devotos expressam sua devoção através de rituais tradicionais, como a queima de fogos e a ornamentação da igreja dedicada à santa. Além do aspecto religioso, a festa de Nossa Senhora da Penha também é um momento de encontro social, reunindo a comunidade em atividades culturais, apresentações folclóricas e feiras de artesanato, que ressaltam a rica identidade cultural do Crato.

Para mais informações sobre temática acesse a aba "sugestões de leitura" que encontrará a sugestão de um material completo sobre o assunto.

Referências:

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

JADE, Dane. **Cartografia Cultural do Crato**. 1. ed. Crato: TECNOGRAF, 2017.

Imagens Ilustrativas retiradas dos seguintes sites:

Fonte: Mestres da Cultura. Mestre Aldenir. Disponível em: <https://www.mestresdacultura.com.br/mestre-aldenir/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Assembleia homenageia Banda Cabaçal e destaca sua contribuição à cultura popular. Disponível em:

<https://www.al.ce.gov.br/noticias/assembleia-homenageia-banda-cabacal-e-destaca-sua-contribuicao-a-cultura-popular>. Acesso em: 06 jul. 2023.

Fonte: Banda de Música Municipal do Crato. Disponível em: <https://www.facebook.com/BandaDeMusicaMunicipalDoCrato/photos>. Acesso em: 06 jul. 2023.

Fonte: RODRIGUES, Paulo Henrique. Autointitulada "terra da cultura", Crato vê ruir seu último prédio histórico fechado há 15 anos. *Diário do Nordeste*, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/paulo-henrique-rodrigues-o-ph/autointitulada-terra-da-cultura-crato-ve-ruir-seu-ultimo-predio-historico-fechado-ha-15-anos-1.3486137>. Acesso em: 26 jun. 2024.

Fonte: DIOCESE DE CRATO. Seminário São José. *Diocese de Crato*. Disponível em: <https://diocesedecrato.org/seminario-sao-jose/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Fonte: MESTRES DA CULTURA. Mestra Dona Edite do Coco. *Mestres da Cultura*. Disponível em: <https://www.mestresdacultura.com.br/mestra-dona-edite-do-coco/>. Acesso em: 06 jul. 2024.

Fonte: MAPA CULTURAL. Agente cultural. *Mapa Cultural*. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/106136/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Fonte: CENTRO CULTURAL DO CARIRI. Disponível em: <https://centroculturaldocariri.cultura.ce.gov.br/sobre/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Sugestões de Atividades

1. Objetos Culturais Parte 1

- Inicie a aula a partir de uma "Tempestade de Ideias": Questionando os alunos sobre o que eles pensam quando se fala em Patrimônio cultural. A medida de forem respondendo o professor anota no quadro as percepções individuais e em seguida aprofunda o conteúdo.
- Durante esse segundo momento de explicação o professor já pode apresentar o conceito de patrimônio cultural e algumas de suas dimensões.
- Em um terceiro momento pode mostrar exemplos de objetos culturais (fotos, vídeos, ou objetos reais) e discutir sua importância histórica e cultural.

- Como atividade peça aos alunos que escolham um objeto cultural ou de memória que possa ser facilmente encontrado na comunidade ou em casa para trazerem na próxima aula. Pode ser uma fotografia antiga, um utensílio doméstico, uma peça de vestuário tradicional etc.
- Os alunos devem pesquisar a história e o contexto do objeto escolhido: origem, uso, significado cultural, e como ele representa a história e a cultura da região.
- Eles devem preparar uma apresentação curta sobre suas descobertas.

2. Objetos Culturais Parte 2

- Cada aluno apresenta seu objeto e suas descobertas para a classe.
- Após cada apresentação, abra para perguntas e discussões, incentivando os colegas a fazerem conexões entre os objetos apresentados e a história local ou familiar.
- Ao final peça aos alunos para refletirem sobre o que aprenderam com a atividade e como ela alterou sua percepção sobre a história e a cultura locais. Eles podem compartilhar oralmente suas reflexões.

3. Análise de Imagens

- Apresente uma breve explicação sobre patrimônio arquitetônico e imaterial.
- Mostre exemplos de patrimônios arquitetônicos (igrejas, prédios históricos) e imateriais (grupos de tradição popular, festas tradicionais, danças, artesanato) do Crato.
- Distribua um conjunto de imagens que retratam patrimônios arquitetônicos e imateriais do Crato. As imagens podem conter a primeira versão do patrimônio e uma versão mais atual.
- Peça aos alunos que formem grupos e escolham duas imagens, uma de um patrimônio arquitetônico e outra de um patrimônio imaterial. Cada grupo deve analisar suas imagens, discutindo:
 - A história e o contexto do patrimônio representado.
 - A importância cultural e histórica para a cidade.
 - Possíveis mudanças ocorridas ao longo do tempo.

(Cada grupo apresenta suas imagens e análises para a turma.)

4. Aulas de Campo

Planeje uma visita ao museu local ou a um sítio histórico no Crato, como o Museu de Fosseis ou ao Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, onde os alunos possam ver objetos culturais de relevância histórica e contextualizar ainda mais suas aprendizagens.

A aula de campo é uma metodologia altamente eficiente para a promoção da educação patrimonial, proporcionando aos alunos uma experiência significativa e prática do que foi discutido em sala de aula. Sugerimos visitação de lugares culturais e bens patrimoniais do Crato, como os exemplos mencionados na página anterior intitulada "Bens Patrimoniais". Essas visitas permitem que os estudantes explorem e interajam diretamente com a história e a cultura local, enriquecendo o aprendizado e fomentando um maior reconhecimento e valorização do patrimônio cultural da cidade.

Dentro dos momentos em aula de campo os alunos precisam ser instigados a reflexão, para isso o professor pode preparar algumas "Questões Geradoras" a serem feitas durante as visitas, como: Como é esse lugar hoje? Vocês sabem como era antes? O que mudou ao longo do tempo neste lugar? Qual a finalidade dessa construção? Para que ela é utilizada hoje? Que elementos do passado podemos identificar?

Referências:

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

Sugestão de Leituras

Referências do estudo sobre o tema:

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

FLORÊNCIO, Sônia R. R; et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**, Brasília-DF: Iphan, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FONSECA, Taís Nívia de Lima e. **História & ensino de história**. 2 ed. 1 reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Museu Imperial/IPHAN/MinC. Brasília, 1999.

JADE, Dane. **Cartografia Cultural do Crato**. 1. ed. Crato: TECNOGRAF, 2017.
MACHETT, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial no Ocidente. In: Dominique Poulot. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009, p. 197-203.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A Doação Do Objeto: O Museu No Ensino De História**. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. Necessidades de história: os usos da memória na construção da cidadania cultural. **Políticas Culturais em Revista**, v. 6, n. 1, p. 54-70, 2013.

SILVA, Jéssica Soares. "**Entre toadas, leis e cachês**": as práticas das bandas cabaçais do Cariri cearense e as ressignificações do conceito de culturas populares. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no Ensino de História. **Biblos**, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2008.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial. **Reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba**, 2012.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. João Pessoa: Iphan, 2013.

Sites:

Geopark Araripe:

<https://geoparkararipe.urca.br/>

IPHAN:

<https://portal.iphan.gov.br/>

<https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>

UNESCO:

<https://whc.unesco.org/>

<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia>

Secretaria da Cultura de Crato:

<https://crato.ce.gov.br/>

(Mapa Cultural)

Secretaria da Cultura do Ceará:

<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/51880/>

<https://www.secult.ce.gov.br/tesouros-vivos-do-ceara/>

Outros:

INSTITUTO BRINCANTE. Irmão Aniceto. YouTube. Disponível em:<

https://www.youtube.com/watch?v=GNWCfpDTwZY&ab_channel=InstitutoBrincante.

Acesso em: 29 maio 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a partir da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, realizamos uma análise do material didático destinado às escolas municipais de Crato para as aulas de História, também por se tratar de uma coleção que foi amplamente distribuída em todo Brasil. Constatamos que, embora o conceito de educação patrimonial seja mencionado como um dos norteadores da proposta de cada volume da coleção *História, Sociedade e Cidadania* (2020-2023), há uma relevante ausência de aprofundamento sobre o tema, havendo apenas menções pontuais.

Esse problema foi evidenciado também nas entrevistas com os docentes, que relataram que o livro oferece pouco suporte para práticas de educação patrimonial. Observou-se, ainda, que durante o período de vigência da coleção, houve pouca ou nenhuma iniciativa relacionada a projetos de educação patrimonial nas escolas. Os professores também mencionaram a necessidade de um material que auxilie no desenvolvimento de práticas nessa área.

Em uma cidade com a pluralidade de bens culturais já evidenciada, é intrigante que ainda haja uma ausência ou desconhecimento de materiais destinados ao Ensino de História que auxiliem no processo de apropriação do conceito de patrimônio cultural e no desenvolvimento de práticas de educação patrimonial nas aulas de História das escolas de Crato participantes da pesquisa.

Portanto, é relevante oferecer aos professores oportunidades de formação continuada que lhes permitam ampliar suas perspectivas sobre a educação patrimonial. Além disso, é importante que mais materiais sejam desenvolvidos e disponibilizados para escolas e secretarias de educação, a fim de apoiar a formação contínua dos docentes. Isso permitirá que os professores realizem aulas mais interativas e criem projetos voltados para a educação patrimonial dentro do ensino de história.

E considerando que o mundo está cada vez mais conectado às Tecnologias da Informação e do Conhecimento, o site surge como uma alternativa de fácil acesso para os professores, permitindo que eles possam consultá-lo on-line e planejar suas aulas de forma a atingir os objetivos traçados dentro dos seus planejamentos.

Nesse contexto, é inegável a relevância de recursos educacionais como este site. Plataformas digitais que dispõem de conteúdos educativos têm o potencial

de enriquecer significativamente o aprendizado dos alunos, proporcionando aos educadores ferramentas para aprimorar seu planejamento com acesso a informações atualizadas, sugestões de atividades e leituras complementares. Ao incorporar ferramentas como estas, as escolas não apenas ampliam o alcance do conhecimento, mas também incentivam um aprendizado dinâmico e participativo que prepara os estudantes para enfrentar os desafios contemporâneos.

Vale ressaltar que nosso objetivo não é que este produto educacional caia no esquecimento. Pretendemos promover o acesso ao site pelas escolas do município por meio de sua divulgação junto à Secretaria da Educação. Assim, buscamos contribuir para um processo de ensino significativo que integre a educação patrimonial ao Ensino de História.

Através deste estudo, pretendemos destacar a importância desse tema e incentivar novas investigações. Espero que este trabalho promova discussões contínuas que possam resultar em mudanças significativas nas práticas institucionais. É importante que nosso patrimônio, em todas as suas formas, seja cuidadosamente preservado, isso depende do reconhecimento e identificação da sociedade com ele, algo que pode ser alcançado pelo campo do Ensino de História.

Compreendendo que a educação patrimonial facilita o diálogo sobre outros conceitos como permanência, mudança, memória, identidade e cidadania, é essencial que práticas de educação patrimonial sejam implementadas no espaço escolar. Essas vivências, utilizando metodologias diferenciadas, podem promover mudanças de comportamento e pensamento, aproximando os alunos do ensino de história e incentivando-os a questionar a realidade em que vivem. Além disso, pode possibilitar o entendimento do que de fato constitui o sentimento de pertencimento que promove a salvaguarda de bens materiais e imateriais ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luis Alberto. Epistemologia e ensino da história. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 9, p. 9-30, 2016.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 01 set. 2023.

BEZERRA, Jorge Luis de Medeiros. **Educação patrimonial: novas perspectivas para o ensino de História**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Universidade Federal do Tocantins (UFT), Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PPGEHIST), Campus Araguaína, TO, 2016.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed., 6.^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania**: Ensino fundamental: anos finais. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm

BRASIL. **Decreto n. 3551**, de 4 de agosto de 2000. Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 01 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 dez. 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da educação, **PNLD 2020: História** – guia de livros didáticos/ Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em 01 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/pcn_5a8_historia.pdf. Acesso em 05 out. 2022.

CAIMI, Flávia Eloisa; MISTURA, Letícia. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso na pesquisa em ensino de História. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (Org.) **Ensino de História e suas Práticas de Pesquisa**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 153-167.

CAVALCANTI, Erinaldo. Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 9, p. 262-284, 2016.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Patrimônio cultural, escola, cidadania e desenvolvimento sustentável. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 91-109, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COSTA, Sinara Pereira Lima. **História e Geografia: uma proposta de ensino interdisciplinar à luz do patrimônio natural**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, CE, novembro 2022.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: O Direito à Cultura**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CRATO. **Lei Municipal n. 2.200**, de 15 de dezembro de 1999. Crato, CE, 1999. Disponível em: https://mail.crato.ce.gov.br/site/conteudo/2/1640287864_1.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

CRATO. **Lei n. 3.304, de 2017**. Dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município do Crato, e dá outras providências. Crato, CE, 2017. Disponível em: https://crato.ce.gov.br/arquivos/1075/LEIS%20MUNICIPAIS_3.304_2017_0000001.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

CRATO, **Lei Nº 3.507**, de 2018. Declara como bem integrante do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, a Banda de Música Municipal do Crato, e adota outras providências. Disponível em: https://mail.crato.ce.gov.br/site/conteudo/2/1545427045_1.pdf. Acesso em: 29 de maio 2024.

CRATO. **Lei nº 2.707**, de 21 de outubro de 2011. Torna obrigatório, nas escolas públicas e particulares deste Município, a introdução da História do Crato. Disponível em: <https://mail.crato.ce.gov.br/site/conteudo/2/2457.pdf>. Acesso em: 6 set. 2024.

De JADE, Dane. **Cartografia Cultural do Crato**. 1. ed. Crato: TECNOGRAF, 2017.

DOMICIANO, Rosani de Lima; SILVA, Ana Gláucia Pereira da; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. **Reconstituindo a história das escolas públicas da cidade do Crato-CE**. In: Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, São Luís, Maranhão, Brasil, 22-25 de agosto de 2010. ISBN 978-85-7862138-4.

FERNANDES, J. R. O. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)**. In: Anais do Seminário Internacional de Políticas Culturais. 2010. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/18412>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FERNANDES, Sidneia Caetano de Alcântara. **As tecnologias de informação e comunicação no ensino e aprendizagem de história: possibilidades no ensino fundamental e médio**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2012.

FIGUEIREDO FILHO, João Bernardo de. **O Livro Didático de História e a BNCC: uma análise sobre os avanços e retrocessos para o ensino da disciplina nos Anos Finais do Ensino Fundamental no tempo presente**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, CE, 2022.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FONSECA, Taís Nívia de Lima e. **História & ensino de história**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cassia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GASPARELLO, Arlene Medeiros. **Livro didático e história do ensino de História: caminhos da pesquisa**. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JÚNIOR, Arnaldo (Org.). **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de História**. São Paulo: Paco Editorial; Centro de Memória, Unicamp, 2013.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Museu Imperial/IPHAN/MinC. Brasília, 1999.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **Artcultura**: Revista de História, Cultura e Arte, v. 8, n. 12, p. 7, 2006.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

KOSELLECK, R. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 7. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2013.

LIMA, Marília Freires de; ARAÚJO, Jefferson Flora Santos de. A utilização das tecnologias de informação e comunicação como recurso didático-pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 23, 22 jun. 2021.

MACHETT, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MELO, Francisco Egberto de. Base Nacional Comum Curricular e Documento Curricular Referencial do Ceará para o ensino de História: Prescrição e resistência no tratamento das relações de gênero, étnicas e raciais. In: FERREIRA, Angela Ribeiro et al (org.). **BNCC de História nos estados: o futuro do presente**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021, p. 146-167.

MOREIRA, Catarina da Silva. **Ensino de História e educação patrimonial no trato com as relações étnico-raciais no ambiente escolar**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Ananindeua, PA, 2020.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da Educação**, v. 20, n. 50, p. 119-138, 2016.

MUNAKATA, Kazumi. **o livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação**. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete; MAGALHÃES, Marcelo (org.) Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2007, p. 137-147.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático: alguns temas de pesquisa**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PEREIRA, Antonio José Lima. **Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Universidade Regional do Cariri (URCA), Icó, CE, 2021.

PEREIRA, Railane Antunes. **Educação patrimonial: o papel social do Arquivo Nacional**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em História) — Universidade

Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA), Rio de Janeiro, RJ, 2016.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial no Ocidente. In: Dominique Poulot. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009, p. 197-203.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 12.372**, de 16 de novembro de 2005. Reconhece como integrantes do patrimônio cultural imaterial do Estado, as danças tradicionais gaúchas e respectivas músicas e letras. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.372.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

RUSEN, Jörn. O livro didático de ideal. In: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão Rezende Martins. **Jörn Rusen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 109 – 127.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. Necessidades de história: os usos da memória na construção da cidadania cultural. **Políticas Culturais em Revista**, v. 6, n. 1, p. 54-70, 2013.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ (SEDUC). **Documento de Currículo Referencial**: Versão Provisória de Lançamento. Fortaleza: SEDUC, 2019. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SILVA, Jéssica Soares. **“Entre toadas, leis e cachês”**: as práticas das Bandas Cabaçais do Cariri cearense e as ressignificações do conceito de culturas populares. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no Ensino de História. **Biblos**, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2008.

TOLENTINO, Átila. **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. João Pessoa: Iphan, 2013.

TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira. **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila; BRAGA, Emanuel (orgs.). **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. Caderno Temático 5. João Pessoa: Iphan-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 38-48.

REFERÊNCIAS DE SITES DA INTERNET

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. **Agência de Notícias do IBGE**. 161,6 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade utilizaram a internet no país em 2022. 12 jan. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n89b3yv>. Acesso em 06 de jul. 2023.

Assembleia Legislativa do Ceará – ALECE, 2023. **Alece celebra nesta sexta os 208 anos da Banda Cabaçal, dos irmãos Aniceto**. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/noticias/alece-celebra-nesta-sexta-os-208-anos-da-banda-cabacal-dos-irmaos-aniceto>. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Home**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/inse>. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia do PNLD 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/guia-pnld-2020>. Acesso em: 27 set. 2023.

CARTOGRAFIA CULTURAL DO CRATO. **Site**. Disponível em: <https://cartografiacultura.wixsite.com/cartografiacultura>. Acesso em: 06 jul. 2023.

CEARÁ. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULTCE. **Prédio do Centro Cultural**. Disponível em: <https://mapacultural.novarussas.ce.gov.br/espaco/5855/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

CEARÁ. Secretaria de Ciências, Tecnologia e Educação Superior – Governo do Ceará, 2021. **Geopark Araripe: a história da vida na Terra recontada no Ceará - Governo do Estado do Ceará**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/11/16/geopark-araripe-a-historia-da-vida-na-terra-recontada-no-ceara/>. Acesso em: 29 maio 2024.

CRATO. Secretaria de Cultura. **Prefeitura do Crato**. Disponível em: <https://www.crato.ce.gov.br/secretaria.php?sec=5>. Acesso em: 06 jul. 2023.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Programas do livro**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 06 jul. 2023.

GAZETA DO CARIRI. **Banda de Música do Crato celebra 138 anos**. Disponível em: <https://www.gazetadocariri.com/2018/11/banda-de-musica-do-crato-celebra-138.html>. Acesso em: 06 jul. 2023.

GEOARK ARARIPE. **Geopark Araripe**. Disponível em: <http://geoparkararipe.urca.br/>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

INSTITUTO BRINCANTE. **Irmão Aniceto**. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GNWCfpDTwZY&ab_channel=InstitutoBrincante. Acesso em: 29 maio 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Goiás**. Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie17_pirenopolis.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

SECULT-CE. **Mapa Cultural do Ceará.** Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/31430/>. Acesso em: 13 maio 2024.

QEDU. **Dados disponíveis no portal QEDu.** Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/23231467-aldegundes-gomes-de-mattos-eeief>. Acesso em: 13 maio 2024.

QEDU. **Dados disponíveis no portal QEDu.** Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/23270063-estado-da-paraiba-eef/censo-escolar4>. Acesso em: 13 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 12.372, de 16 de novembro de 2005.** Reconhece como integrantes do patrimônio cultural imaterial do Estado, as danças tradicionais gaúchas e respectivas músicas e letras, assinado em 16 de novembro de 2005. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre em 16 de novembro de 2005.

Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.372.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

UNESCO. **Unesco Brasília.** Disponível em: <https://whc.unesco.org/>. Acesso em: 11 de março de 2023.

WEBNODE. **Criar site.** disponível em: https://www.webnode.com/pt/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=webnode&utm_device=c&gclid=CjwKCAjwmJeYBhAwEiwAXIg0AYDTvuxl7tpS53IReaZKq1Lu1N5vietrnOy4wsY_-9lL5uRS5lvjjxoCCK8QAvD_BwE. Acesso em: 02 maio de 2024.

Anexo 01: Parecer Consubstanciado do CEP:

UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENSINO DE HISTÓRIA E LIVRO DIDÁTICO: UMA ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS VOLTADAS À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DO CRATO ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2023.

Pesquisador: FLAVIA GABRIELA PEREIRA PASCOAL DE MELO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 75774723.4.0000.5055

Instituição Proponente: Universidade Regional do Cariri - URCA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.598.064

Apresentação do Projeto:

Este material acadêmico pretende apresentar a proposta da pesquisa que está sendo desenvolvida a partir do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). Ao perceber a importância de se pensar os conceitos a partir de definições historicamente construídas, a pesquisa procura refletir sobre o ensino de história e o conceito de educação patrimonial a partir da análise dos livros didáticos de história e experiências escolares. Sabemos que as ideias que giram em torno do que se constitui como patrimônio histórico cultural vem sofrendo mudanças ao longo do tempo, trata-se de uma concepção que devemos partir da ideia de que é ambientada em diferentes historicidades, carregadas de dinâmicas, jogo de interesses e transformações. Dessa forma, a pesquisa proporcionará reflexões sobre como a educação patrimonial, ensinada nas aulas de história, pode proporcionar aos discentes uma verdadeira formação para a cidadania. O objetivo é analisar como o conceito de educação patrimonial é apresentado na coleção de livros didáticos História, Sociedade e Cidadania, do ensino fundamental anos finais, Editora FTD, do autor Alfredo Boulos Júnior (PNLD 2020-2023) e perceber como isto se reflete nas experiências escolares das instituições de ensino de nível fundamental do município do Crato-Ce, cidade em que essa coleção foi adotada. Objetiva-se especificamente refletir a educação patrimonial como um conceito historicamente construído e pensar como esse termo pode ser inserido no âmbito educacional. Além disso, buscamos analisar como os conteúdos voltados à educação patrimonial

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161

Bairro: Pimenta

CEP: 63.105-000

UF: CE

Município: CRATO

Telefone: (88)3102-1212

Fax: (88)3102-1291

E-mail: cep@urca.br

Continuação do Parecer: 6.598.064

na referida coleção estão refletidos nas experiências escolares das instituições educacionais que adotaram o material. A intenção é evidenciar por meio da análise de conteúdo, a maneira como as reflexões sobre o patrimônio histórico cultural estão presentes nos livros didáticos e como são refletidas na prática em sala de aula. Planejamos como produto final a criação de um site informativo que busque abordar os patrimônios que fazem parte da cidade do Crato-Ce. Por meio do produto educacional objetivamos dar visibilidade aos patrimônios frutos de reivindicações que se fazem presentes nas realidades dos estudantes. Nosso objetivo é romper com a visão elitista de percepção do patrimônio que reforça preconceitos, desigualdades e estereótipos. Buscamos ampliar essa perspectiva, reconhecendo e valorizando o patrimônio em suas diversas manifestações culturais, de forma inclusiva e abrangente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar como o conceito educação patrimonial se apresenta na coleção de Livros Didáticos História, Sociedade e Cidadania do ensino fundamental anos finais (PNLD 2020- 2023) e perceber como isto se reflete nas experiências escolares da cidade do Crato-Ce, em que essa coleção foi adotada.

Objetivo Secundário: Refletir sobre o conceito de educação patrimonial a partir de uma definição não cristalizada e como esse termo foi sendo inserido no âmbito educacional; Analisar como os assuntos voltados à educação patrimonial presentes na coleção História, sociedade e cidadania estão refletidos nas experiências escolares; Construir um site que auxilie os docentes das escolas de ensino fundamental dos anos finais da cidade do Crato-Ce a promover práticas de educação patrimonial em suas aulas de História.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Vale destacar que embora o estudo não pretenda promover risco a saúde humana, considera-se que a participação como depoente lhe expõe a um mínimo riscos de saúde pois estará sujeito a emoção e ou constrangimentos no momento da coleta de dados, podendo gerar um BAIXO risco à saúde, em função da natureza da pesquisa, isso porque pode haver algum desconforto por parte do entrevistado, haja vista que ao rememorar espaços ou vivências escolares esse pode sentir-se incomodado. Para reduzir tais possíveis riscos, a entrevista será individual, agendada conforme disponibilidade do depoente em local reservado na instituição de ensino que atua ou a sua escolha, evitando-se por parte do pesquisador comentários e expressões não verbais que possam causar qualquer desconforto aos(as) entrevistados(as).

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161

Bairro: Pimenta

CEP: 63.105-000

UF: CE

Município: CRATO

Telefone: (88)3102-1212

Fax: (88)3102-1291

E-mail: cep@urca.br

Continuação do Parecer: 6.598.064

Benefícios:

Espera-se que o resultado da investigação desta pesquisa possa trazer ao debate, a importância da educação patrimonial dentro ensino de história nas escolas municipais, como também pretendemos realizar a construção de um site que ajude os professores de História do município do Crato a planejarem suas aulas levando em conta a educação patrimonial como algo relevante na formação dos discentes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de dissertação relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1) Folha de rosto apresentada e adequada.
- 2) Cartas de anuência apresentadas e adequadas.
- 3) Cronograma apresentado e adequado.
- 4) Orçamento apresentado e adequado.
- 5) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) corrigido apresentado e adequado.
- 6) Instrumento de coleta de dados corrigido apresentado e adequado.
- 7) Projeto corrigido apresentado.

Recomendações:

Passar o projeto e demais documentos por rigorosa revisão ortográfica, gramatical e de formatação, de acordo com as normas da ABNT.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora dirimiu todas as pendências identificadas em pareceres anteriores. O relatório final da pesquisa deverá ser enviado ao CEP/URCA, conforme artigo 28 da Resolução 510/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2215832.pdf	19/12/2023 21:44:51		Aceito
Outros	Roteirodeentrevista.pdf	19/12/2023 21:39:11	FLAVIA GABRIELA PEREIRA PASCOAL DE MELO	Aceito

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161

Bairro: Pimenta

CEP: 63.105-000

UF: CE

Município: CRATO

Telefone: (88)3102-1212

Fax: (88)3102-1291

E-mail: cep@urca.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA



Continuação do Parecer: 6.598.064

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodetalhadoce.pdf	19/12/2023 21:32:11	FLAVIA GABRIELA PEREIRA PASCOAL DE MELO	Aceito
Brochura Pesquisa	ProjetoBrochura.pdf	19/12/2023 21:31:31	FLAVIA GABRIELA PEREIRA PASCOAL DE MELO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEDEPOENTE.pdf	19/12/2023 21:31:12	FLAVIA GABRIELA PEREIRA PASCOAL DE MELO	Aceito
Outros	AnuenciaEstadodaParaiba.pdf	14/11/2023 23:06:17	FLAVIA GABRIELA PEREIRA PASCOAL DE MELO	Aceito
Outros	AnuenciaAldegundes.pdf	14/11/2023 23:05:15	FLAVIA GABRIELA PEREIRA PASCOAL DE MELO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	14/11/2023 22:46:36	FLAVIA GABRIELA PEREIRA PASCOAL DE MELO	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	14/11/2023 22:43:53	FLAVIA GABRIELA PEREIRA PASCOAL DE MELO	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	14/11/2023 22:28:13	FLAVIA GABRIELA PEREIRA PASCOAL DE MELO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRATO, 21 de Dezembro de 2023

Assinado por:
Célide Juliana de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161
Bairro: Pimenta **CEP:** 63.105-000
UF: CE **Município:** CRATO
Telefone: (88)3102-1212 **Fax:** (88)3102-1291 **E-mail:** cep@urca.br

Anexo 2: Conversão do Produto em Word:



Objetivamos criar um site com uma trilha patrimonial da cidade do Crato, destacando alguns de seus bens que podem ser pensados dentro do ensino de História, a fim de proporcionar uma ferramenta interativa e acessível que conecte os estudantes com a riqueza cultural e histórica da região. Essa iniciativa busca fomentar o interesse e a curiosidade dos alunos, utilizando o patrimônio local como recurso pedagógico nas aulas de História. Além disso, esse recurso pode contribuir para a valorização e preservação do patrimônio cultural da cidade, sensibilizando a comunidade escolar sobre a importância de proteger e preservar tais bens históricos.



Fonte da imagem:

Assembleia Legislativa do Ceará – ALECE, 2023. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/noticias/alece-celebra-nesta-sexta-os-208-anos-da-banda-cabacal-dos-irmaos-aniceto>. Acesso em: 06 jul. 2023.



Este site consiste em um produto educacional destinado a professores de História da Educação Básica da cidade do Crato, Ceará. O projeto foi desenvolvido a partir de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA - URCA pela mestranda Flávia Gabriela Pereira Pascoal de Melo, sob orientação da Professora Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo.

Mestranda:

Flávia Gabriela Pereira Pascoal de Melo

Graduada no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Regional do Cariri-URCA (2018.2). Foi bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) pela Universidade Regional do Cariri-URCA (2015-2018). Pós-Graduada (Lato Sensu) no curso em Educação Infantil e Alfabetização pelo Instituto Dom José-IDJ (2018-2019). Atualmente, Mestranda no curso de Mestrado profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

E-mail: flaviagabrielapp@hotmail.com

Orientadora:

Janaína Valéria Pinto Camilo

Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pós-doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Atualmente é professora de magistério superior da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e professora colaboradora do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri (PROFHISTÓRIA URCA).



Cidade do Crato

A cidade do Crato, situada na região do Cariri cearense, atualmente comemora seu aniversário de 260 anos. É um lugar cercado por tradições, festas populares e manifestações artísticas que refletem a riqueza cultural da região. Com raízes profundas que remontam ao século XVIII, o Crato preserva tradições indígenas, africanas e europeias que se manifestam em festividades. Pensar sobre o patrimônio histórico e cultural do Crato é relevante dentro do ensino de História, pois ele reflete a diversidade dessas manifestações culturais. Esse patrimônio inclui desde construções históricas e espaços públicos, até tradições populares e folclóricas que refletem a identidade e a memória coletiva da população, algo que será evidenciado por meio de exemplificações de bens culturais em nossa "trilha patrimonial".



Trilha Patrimonial e o Ensino de História.

O site Trilha Patrimonial do Crato, criado a partir de uma proposta de pesquisa desenvolvida durante o Mestrado Profissional em ensino de História - PROFHISTÓRIA (URCA), tem como objetivo principal proporcionar uma ferramenta educacional interativa e acessível que conecte professores e alunos à riqueza histórica e cultural da cidade do Crato. O site será um recurso valioso para os educadores de História, oferecendo conteúdos detalhados sobre alguns dos principais bens patrimoniais da cidade, incluindo construções históricas, espaços públicos e tradições populares. Além disso, ele incentivará os alunos a explorarem e valorizarem o patrimônio cultural local, promovendo uma aprendizagem ativa e engajadora. Com imagens ilustrativas, descrições informativas e atividades pedagógicas, o site facilitará a compreensão e o apreço pelo patrimônio cultural, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a preservação da memória coletiva da região.



Patrimônio Cultural e Ensino de História.

O que é Patrimônio Cultural?

"O patrimônio cultural refere-se aos bens, manifestações e práticas culturais que um grupo social considera como valiosos e dignos de preservação e transmissão às futuras gerações. Ele abrange elementos materiais, como monumentos históricos, artefatos e construções, bem como elementos imateriais, como tradições, línguas, músicas e danças, que refletem a identidade e a memória coletiva de uma comunidade" (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Qual a relação entre Patrimônio Cultural e Ensino de História?

"O ensino de história e o patrimônio cultural são indissociáveis, pois o patrimônio serve como fonte primária de conhecimento e como ferramenta pedagógica que possibilita uma compreensão mais profunda da história e da identidade cultural de um grupo" (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Para mais informações sobre temática acesse a aba "sugestões de leitura" que encontrará a sugestão de um material completo sobre o assunto.

Referências:

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

Bens Patrimoniais do Crato

Imagens Ilustrativas



Patrimônio Cultural:

Grupos de tradição popular.

1. Banda Cabaçal dos Irmão Aniceto

A Lei Municipal nº 2.200, de 16 de dezembro de 2003, em seu art. 2º, considera os Irmãos Aniceto como Patrimônio Imaterial do Município. Este reconhecimento destaca a importância do grupo conhecido como Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto na cidade do Crato e em toda a Região do Cariri Cearense. O fundador era descendente dos índios Kariri, e segundo os integrantes desta banda cabaçal, ela já possui uma longa trajetória, iniciando suas atividades por volta do século XIX.

A Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto é um grupo tradicional de música e dança da cidade do Crato, composto por membros da família Aniceto, que ao longo das gerações têm preservado essa tradição cultural. Utilizando instrumentos típicos de cabaçais como pífanos (flautas de bambu), zabumbas, caixas e pratos, eles criam uma sonoridade característica que mescla influências indígenas, africanas e europeias, refletindo bem os aspectos da cultura nordestina.

Você pode encontrar uma playlist com as músicas do grupo através do link abaixo:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLNNE_7EFfXNBidn0xuG7D6O5AAc8OzqI9

2. Banda de Música Municipal do Crato

A Lei Municipal 3.507/2018 define a Banda de Música Municipal do Crato como patrimônio histórico-cultural do município em seu art. 1º. Essa Banda atualmente possui 143 anos de história no município e também faz parte da significativa rede cultural da Região do Cariri. A banda possui uma longa história e tradição no município, representando não apenas a musical local, mas também carregando consigo as memórias e identidades da comunidade a partir de suas diversas apresentações em celebrações e eventos culturais locais.

3. Reisado do Congo do Mestre Aldenir

Mestre Aldenir nos ajuda a evidenciar a existência dos "tesouros vivos" que residem na cidade do Crato. Ele coordena o tradicional grupo de Reisado Reis de Congo, que possui mais de 50 anos de existência, em sua comunidade no Distrito Bela Vista, Vila Padre Cícero, em Crato. Seus conhecimentos são demonstrados nas diversas apresentações que seu grupo realiza em eventos dentro e fora da cidade, mostrando a importância de entender o patrimônio cultural como algo dinâmico e em constante movimento. Além disso, ele transmite seus conhecimentos para seus familiares, garantindo a continuidade dessa rica tradição cultural.

4. Dança do Coco

Outra forma rica de expressão cultural é a dança do coco, presente no município e originada do trabalho escravo nos engenhos, especialmente da atividade de quebra do coco. Hoje, essa expressão cultural é mantida viva por meio da dança, com diversos grupos dedicados à sua prática. Um exemplo significativo é o grupo Coco das Mulheres da Batateira, iniciado pela mestra Edite Dias em 1979. Este grupo não apenas preserva a tradição, mas também transmite seus conhecimentos para as crianças, resultando no Coco Infantil da Batateira, que conta com a participação de filhas, netas e parentes das brincantes. Essas atividades transformam a dança em um momento de encontro e alegria, fortalecendo os laços comunitários e a identidade cultural local.

5. Maneiro Pau

O Maneiro Pau é outro exemplo de expressão cultural através da dança, onde o ritmo do pandeiro ou da ganzá e a cantoria dos participantes são acompanhados pelo som das batidas dos cacetes de jucá. A dança representa um simbolismo de combate entre os dançarinos, geralmente homens, que se movimentam em círculos. Um exemplo notável desse tipo de manifestação no município é o Maneiro Pau do Mestre Cirilo, reconhecido como um dos Tesouros Vivos do Estado do Ceará e conhecido nacionalmente pela sua habilidade e dedicação à preservação dessa tradição cultural.

Patrimônio Histórico e Arquitetônico.

1. Casa de Câmara e Cadeia

A Casa de Câmara e Cadeia do Crato, erguida em 1877 próxima à Praça da Sé, desempenhou múltiplas funções ao longo de sua história. Inicialmente, abrigou a prefeitura, câmara municipal, fórum, junta militar e delegacia de polícia até os anos 1970. Posteriormente, o edifício passou a ser sede do Museu Histórico do Crato J. Figueiredo Filho e do antigo Museu de Arte Vicente Leite. Este importante patrimônio histórico está tombado em nível estadual e local, porém encontra-se atualmente fechado devido ao desabamento da parte superior da estrutura. O local não apenas representa um marco arquitetônico, mas também é um repositório de diversas memórias históricas e culturais da cidade.

2. Complexo da estação ferroviária da RFFSA

A Estação da RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) em Crato é um significativo patrimônio histórico da cidade. Construída durante o auge da expansão ferroviária no Brasil, a estação foi um importante centro de transporte e conexão para a região do Cariri cearense. Sua arquitetura característica, típica das estações ferroviárias do século XX, reflete não apenas a funcionalidade de facilitar o transporte de passageiros e mercadorias, mas também a importância econômica e social que a ferrovia trouxe para o desenvolvimento regional. Hoje, mesmo não sendo mais operacional, a Estação da RFFSA em Crato continua a ser um marco emblemático da história local, além de ser um ponto de interesse cultural e turístico, lembrando o papel relevante da ferrovia na conectividade e no desenvolvimento da cidade e da região.

Após o fim do período das locomotivas conhecidas como "Maria Fumaça" e sofrer depredações, o espaço foi transformado para abrigar o Centro Cultural do Araripe, que inclui galerias, auditório, anfiteatro e um amplo espaço ao ar livre para atividades externas.

3. Caldeirão da Santa Cruz do Deserto

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto é um importante patrimônio cultural e histórico localizado na região do Cariri cearense. Este sítio representa um marco da resistência e da cultura popular nordestina, sendo um exemplo vivo das lutas sociais e religiosas ocorridas no Brasil durante o século XX. Fundado por beatos e seguidores, o Caldeirão foi um centro comunitário autossustentável que promovia a igualdade social e econômica entre seus membros, caracterizando-se pela prática da agricultura cooperativa e pela solidariedade comunitária. Apesar da perseguição política e da destruição física do local na década de 1930, sua memória e legado perduram como um símbolo de resistência cultural e social, contribuindo para a valorização da história e da identidade do povo do Cariri e do Ceará como um todo.

4. Casa da Rua D. Quintino (Museu de Fósseis - DNPM)

Uma das construções mais antigas da cidade do Crato abriga atualmente o Museu de Fósseis - DNPM, onde são expostos artefatos que narram a história dos povos originários, a influência católica no Cariri, aspectos culturais do cotidiano local, além de elementos relacionados ao Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e personalidades históricas como Bárbara de Alencar e Irineu Pinheiro.

5. Igreja da Sé

A Catedral de Nossa Senhora da Penha é um importante patrimônio histórico e cultural, construída entre os anos de 1745 e 1762. Localizada no coração da cidade, esta catedral é conhecida por sua imponente arquitetura colonial, que reflete a rica herança religiosa e artística da região do Cariri cearense. Além de seu valor estético, a igreja desempenha um papel central na vida religiosa e comunitária, sendo um local de grande importância para os fiéis e para a preservação da história local. Sua presença ao longo dos séculos testemunha as mudanças e continuidades da fé e da cultura no Crato, destacando-se como um ponto de referência não apenas espiritual, mas também histórico e turístico na região.

6. Seminário São José

O Seminário São José em Crato é um destacado patrimônio histórico e cultural da região do Cariri cearense. Inaugurada em 1875 como a primeira escola secundária do interior cearense, esta instituição é reconhecida por sua arquitetura imponente e por sua relevância na formação religiosa e educacional da cidade. Ao longo de décadas, o Seminário São José tem desempenhado um papel crucial na formação de clérigos e na promoção de valores cristãos e culturais entre seus estudantes e na comunidade local. Além de sua função educacional, o seminário é valorizado por sua contribuição para a preservação da identidade religiosa e histórica de Crato, servindo como um marco emblemático que testemunha as tradições e a evolução da fé na região.

7. Vale do Amanhecer

O Vale do Amanhecer em Crato é reconhecido como um patrimônio cultural da região do Cariri cearense. o Templo Patario teria sido fundado por volta de 1986 por um grupo de mestres da doutrina espiritualista cristã, fundada por Tia Neiva na década de 1960. Este centro espiritual, destaca-se por suas práticas religiosas e filosofia baseadas na fraternidade universal e na busca pela paz interior. Localiza-se no Sítio São vicente - Vila Lobo.

8. Terreiros, Casas, Centros e Tendas Espíritas

Além dos patrimônios arquitetônicos voltados à religião cristã, o Crato também abriga casas, terreiros e tendas espíritas, bem como outros espaços dedicados a religiões de matriz afro-indígena. Estima-se a existência de aproximadamente 200 terreiros, casas e centros em funcionamento no município. Esses locais desempenham um papel fundamental não apenas na prática religiosa, mas também na preservação e celebração das tradições espirituais e culturais de diversas comunidades na região do Cariri cearense. Eles contribuem de maneira significativa para a diversidade religiosa e cultural local, representando uma rica tapeçaria de crenças e rituais que enriquecem a identidade do Crato e de seu povo.

9. Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo:

O Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo, inaugurado no dia 1º de abril de 2022, que atualmente integra a rede de equipamentos culturais da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, anteriormente funcionava como o Hospital Regional Manuel de Abreu. Construído na década de 1940 para sediar o Seminário da Ordem da Sagrada Família, o edifício passou a oferecer ensino religioso até 1969. Em 1973, o local foi adaptado para abrigar o Hospital Manoel de Abreu, que permaneceu em operação até 2014. Atualmente, o prédio é utilizado como um espaço de lazer dedicado à promoção da arte, ciência, cultura e tecnologia.

Festas e Celebrações.

1. Festa da Baixa Rasa

A Festa da Santa Cruz da Baixa Rasa é uma celebração tradicional e culturalmente significativa realizada em Crato, no Cariri cearense. Anualmente, ela é realizada em memória de um vaqueiro que se perdeu na mata enquanto perseguia um boi e veio a falecer. Após um suposto milagre atribuído a ele, todos os anos ocorre uma visita ao local onde o vaqueiro foi encontrado. Nesse evento, as pessoas se reúnem para orar, fazer promessas, pedir milagres ou expressar gratidão. Promovida pela Secult (Secretaria de Cultura), a Câmara Municipal instituiu a Festa como Patrimônio Cultural e Imaterial da Cidade do Crato por meio da Lei nº 3.078/2015.

2. Festa de São José

A Festa de São José em Crato é uma tradição cultural e religiosa significativa na cidade, celebrada anualmente em honra ao padroeiro local. Além de reunir os fiéis em momentos de devoção e fé, a festividade destaca-se pelos aspectos culturais que a acompanham, como as apresentações de grupos folclóricos como reizados e congadas, e pelas feiras de artesanato e gastronomia típica do Cariri cearense. A festa não apenas fortalece os laços comunitários, mas também preserva um importante patrimônio imaterial, valorizando as tradições religiosas e culturais que compõem a identidade histórica e social do Crato.

Durante os 15 dias de novena, a imagem de São José visita diariamente as residências dos moradores do bairro Seminário. Esses momentos são marcados por orações, culminando na chegada da imagem à igreja, onde ocorre a "Festa das Pitombas". O ciclo festivo se encerra no dia 19 de março com uma grandiosa procissão, reunindo fiéis em uma demonstração pública de devoção e celebração.

3. Aniversário do Município

No dia 21 de junho, é comemorado o aniversário da cidade do Crato. A criação da Vila Real de Crato remonta a 1746, e atualmente a cidade testemunha seus 260 anos de história. Essa data especial é marcada por eventos cívicos, culturais e sociais que unem a comunidade em celebração à sua identidade local. Durante as festividades, ocorrem desfiles cívicos, apresentações artísticas, exposições históricas, atividades esportivas e manifestações religiosas e culturais, que destacam a diversidade e riqueza cultural do município. A celebração do aniversário do Crato não apenas fortalece o sentimento de pertencimento dos seus habitantes, mas também valoriza e preserva as tradições que moldaram sua história e contribuíram para seu desenvolvimento ao longo dos séculos.

4. Festas Juninas

As festas juninas em Crato e no Ceará são celebradas com grande entusiasmo e são reconhecidas como importantes patrimônios culturais da região. Elas são marcadas por uma série de elementos tradicionais que fazem parte dessa festividade tão querida:

Fogueiras: As fogueiras são um dos símbolos mais emblemáticos das festas juninas. Em Crato e no Ceará, as pessoas acendem fogueiras nas ruas, praças e até mesmo em frente às casas, criando uma atmosfera festiva e acolhedora.

Vestimenta: Durante as festas juninas, é comum as pessoas se vestirem com trajes típicos, como vestidos de chita, camisas quadriculadas, chapéus de palha e lenços coloridos, ressaltando a identidade cultural nordestina.

Comidas típicas: A gastronomia junina é bastante variada e deliciosa. Pratos como canjica, pamonha, milho verde cozido, bolo de milho, pé-de-moleque e cocada são muito apreciados durante as festas.

Músicas: As músicas típicas das festas juninas, como o forró e o baião, embalam as danças e as quadrilhas, sendo tocadas em todas as celebrações juninas.

Dias de São Pedro, São João e Santo Antônio: As festas juninas são divididas em três datas principais: 24 de junho (São João), 29 de junho (São Pedro) e 13 de junho (Santo Antônio). Cada uma dessas datas tem suas próprias tradições e rituais específicos, incluindo danças, cantigas e homenagens aos santos.

Esses elementos juntos não apenas celebram as tradições populares e religiosas, mas também fortalecem os laços comunitários e preservam a rica herança cultural do Crato e de todo o estado do Ceará.

5. Expocrato

A Expocrato é um evento de grande relevância cultural e econômica para a cidade e região do Cariri, no Ceará. Realizada anualmente durante oito dias, no mês de julho, no Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, essa exposição agropecuária não apenas impulsiona o desenvolvimento agrícola e pecuário local, mas também celebra a rica cultura nordestina em suas diversas manifestações. Além das exposições de animais, máquinas agrícolas e produtos regionais, a Expocrato oferece uma variada programação de shows musicais com artistas renomados, atraindo milhares de visitantes de todo o país. Ao destacar e valorizar as tradições agrícolas e culturais da região, a Expocrato desempenha um papel crucial na preservação e promoção do patrimônio cultural do Cariri cearense, contribuindo significativamente para a economia local e fortalecendo a identidade regional.

6. Festa de Nossa Senhora da Penha

A festa de Nossa Senhora da Penha em Crato ocorre sempre na última semana de agosto e encerra com a procissão no dia 1º de setembro, feriado municipal. É uma celebração religiosa de grande importância e patrimônio cultural para a cidade. Realizada em honra à padroeira local, a festividade atrai fiéis e visitantes de toda a região do Cariri cearense. Durante os dias de comemoração, que incluem novenas, procissões e missas solenes, os devotos expressam sua devoção através de rituais tradicionais, como a queima de fogos e a ornamentação da igreja dedicada à santa. Além do aspecto religioso, a festa de Nossa Senhora da Penha também é um momento de encontro social, reunindo a comunidade em atividades culturais, apresentações folclóricas e feiras de artesanato, que ressaltam a rica identidade cultural do Crato.

Para mais informações sobre temática acesse a aba "sugestões de leitura" que encontrará a sugestão de um material completo sobre o assunto.

Referências:

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

JADE, Dane. **Cartografia Cultural do Crato**. 1. ed. Crato: TECNOGRAF, 2017.

Imagens Ilustrativas retiradas dos seguintes sites:

Fonte: Mestres da Cultura. Mestre Aldenir. Disponível em: <https://www.mestresdacultura.com.br/mestre-aldenir/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Assembleia homenageia Banda Cabaçal e destaca sua contribuição à cultura popular. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/noticias/assembleia-homenageia-banda-cabacal-e-destaca-sua-contribuicao-a-cultura-popular>. Acesso em: 06 jul. 2023.

Fonte: Banda de Música Municipal do Crato. Disponível em: <https://www.facebook.com/BandaDeMusicaMunicipalDoCrato/photos>. Acesso em: 06 jul. 2023.

Fonte: RODRIGUES, Paulo Henrique. Autointitulada "terra da cultura", Crato vê ruir seu último prédio histórico fechado há 15 anos. *Diário do Nordeste*, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/paulo-henrique-rodriques-o-ph/autointitulada-terra-da-cultura-crato-ve-ruir-seu-ultimo-predio-historico-fechado-ha-15-anos-1.3486137>. Acesso em: 26 jun. 2024.

Fonte: DIOCESE DE CRATO. Seminário São José. *Diocese de Crato*. Disponível em: <https://diocesedecrato.org/seminario-sao-jose/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Fonte: MESTRES DA CULTURA. Mestra Dona Edite do Coco. *Mestres da Cultura*. Disponível em: <https://www.mestresdacultura.com.br/mestra-dona-edite-do-coco/>. Acesso em: 06 jul. 2024.

Fonte: MAPA CULTURAL. Agente cultural. *Mapa Cultural*. Disponível em:
<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/106136/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Fonte: CENTRO CULTURAL DO CARIRI. Disponível em:
<https://centroculturaldocariri.cultura.ce.gov.br/sobre/>. Acesso em: 26 jul. 2024.



Sugestão de Atividades

Sugestões de Atividades

1. Objetos Culturais Parte 1

- Inicie a aula a partir de uma "Tempestade de Ideias": Questionando os alunos sobre o que eles pensam quando se fala em Patrimônio Cultural. A medida que forem respondendo o professor anota no quadro as percepções individuais e em seguida aprofunda o conteúdo.
- Durante esse segundo momento de explicação o professor já pode apresentar o conceito de patrimônio cultural e algumas de suas dimensões
- Em um terceiro momento pode mostrar exemplos de objetos culturais (fotos, vídeos, ou objetos reais) e discutir sua importância histórica e cultural.
- Como atividade peça aos alunos que escolham um objeto cultural ou de memória que possa ser facilmente encontrado na comunidade ou em casa para trazerem na próxima aula. Pode ser uma fotografia antiga, um utensílio doméstico, uma peça de vestuário tradicional, etc.
- Os alunos devem pesquisar a história e o contexto do objeto escolhido: origem, uso, significado cultural, e como ele representa a história e a cultura da região.
- Eles devem preparar uma apresentação curta sobre suas descobertas.

2. Objetos Culturais Parte 2

- Cada aluno apresenta seu objeto e suas descobertas para a classe.
- Após cada apresentação, abra para perguntas e discussões, incentivando os colegas a fazerem conexões entre os objetos apresentados e a história local ou familiar.
- Ao final peça aos alunos para refletirem sobre o que aprenderam com a atividade e como ela alterou sua percepção sobre a história e a cultura locais. Eles podem compartilhar oralmente suas reflexões.

3. Análise de Imagens

- Apresente uma breve explicação sobre patrimônio arquitetônico e imaterial.
- Mostre exemplos de patrimônios arquitetônicos (igrejas, prédios históricos) e imateriais (grupos de tradição popular, festas tradicionais, danças, artesanato) do Crato.
- Distribua um conjunto de imagens que retratam patrimônios arquitetônicos e imateriais do Crato. As imagens podem conter a primeira versão do patrimônio e uma versão mais atual.
- Peça aos alunos que formem grupos e escolham duas imagens, uma de um patrimônio arquitetônico e outra de um patrimônio imaterial. Cada grupo deve analisar suas imagens, discutindo:
 - A história e o contexto do patrimônio representado.
 - A importância cultural e histórica para a cidade.
 - Possíveis mudanças ocorridas ao longo do tempo.

(Cada grupo apresenta suas imagens e análises para a turma.)

4. Aulas de Campo

Planeje uma visita ao museu local ou a um sítio histórico no Crato, como o Museu de Fosseis ou ao Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, onde os alunos possam ver objetos culturais de relevância histórica e contextualizar ainda mais suas aprendizagens.

A aula de campo é uma metodologia altamente eficiente para a promoção da educação patrimonial, proporcionando aos alunos uma experiência significativa e prática do que foi discutido em sala de aula. Sugerimos visitação de lugares culturais e bens patrimoniais do Crato, como os exemplos mencionados na página anterior intitulada "Bens Patrimoniais". Essas visitas permitem que os estudantes explorem e interajam diretamente com a história e a cultura local, enriquecendo o aprendizado e fomentando um maior reconhecimento e valorização do patrimônio cultural da cidade.

Dentro dos momentos em aula de campo os alunos precisam ser instigados a reflexão, para isso o professor pode preparar algumas "Questões Geradoras" a serem feitas durante as visitas, como: Como é esse lugar hoje? Vocês sabem como era antes? O que mudou ao longo do tempo neste lugar? Qual a finalidade dessa construção? Para que ela é utilizada hoje? Que elementos do passado podemos identificar?

Referências:

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.



Sugestões de leitura

Referências do estudo sobre o tema:

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

FLORÊNCIO, Sônia R. R; et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**, Brasília-DF: Iphan, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FONSECA, Taís Nívia de Lima e. **História & ensino de história**. 2 ed. 1 reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Museu Imperial/IPHAN/MinC. Brasília, 1999.

JADE, Dane. **Cartografia Cultural do Crato**. 1. ed. Crato: TECNOGRAF, 2017.

MACHETT, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial no Ocidente. In: Dominique Poulot. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009, p. 197-203.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A Doação Do Objeto: O Museu No Ensino De História**. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. Necessidades de história: os usos da memória na construção da cidadania cultural. **Políticas Culturais em Revista**, v. 6, n. 1, p. 54-70, 2013.

SILVA, Jéssica Soares. **"Entre toadas, leis e cachês"**: as práticas das bandas cabaçais do Cariri cearense e as ressignificações do conceito de culturas populares. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no Ensino de História. **Biblos**, v. 22, n.

1, p. 199-211, 2008.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial. **Reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba**, 2012.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. João Pessoa: Iphan, 2013.

Sites:

Geopark Araripe:

<https://geoparkararipe.urca.br/>

IPHAN:

<https://portal.iphan.gov.br/>

<https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>

UNESCO:

<https://whc.unesco.org/>

<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil>

Secretaria da Cultura de Crato:

<https://crato.ce.gov.br/>

(Mapa Cultural)

Secretaria da Cultura do Ceará:

<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/51880/>

<https://www.secult.ce.gov.br/tesouros-vivos-do-ceara/>

Outros:

INSTITUTO BRINCANTE. Irmão Aniceto. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GNWCfpDTwZY&ab_channel=InstitutoBrincante>. Acesso em: 29 maio 2024.